

e-ISSN: 2764-9296

Vol. 1 Nº 1 2022

Sementes

Revista Científica de Teologia

Seminário Teológico Presbiteriano Rev. Ashbel Green Simonton

Dossiê Redescobrimo a Vocação



IGREJA
PRESBITERIANA
do BRASIL

e-ISSN: 2764-9296

Vol. 1 Nº 1 2022

Sementes
Revista Científica de Teologia

Seminário Teológico Presbiteriano Rev. Ashbel Creen Simonton

Dossiê Redescobrimdo a Vocação



Rio de Janeiro

Outubro de 2022



Seminário Teológico Presbiteriano Reverendo Ashbel Green Simonton

Diretoria

- Diretor - Rev. Romer Cardoso dos Santos
- Capelão - Rev. Adelino Barros
- Administradora - Danielly Coelho
- Secretária Geral – Eliane Lima
- Orientadora Pedagógica – Prof.^a Andréia Massa

S471d Sementes: Revista Científica de Teologia [recurso eletrônico]. Dossiê redescobrimo a vocação – v. 1. 2022. – Rio de Janeiro, RJ: Seminário Teológico Presbiteriano Rev. Ashbel Green Simonton.

138 f.

Recurso on-line [PDF] 256 Kb. Disponível em: www.revista-sementes.com.br

Publicação contínua a partir de 2022.

e-ISSN: 2764-9296.

Título, resumos e textos em português.

Inclui referências.

1. Teologia – Estudo e ensino. 2. Vida cristã. 3. Vocação ministerial. 4. Igreja Presbiteriana – Doutrinas. I. Título. II. Revista Científica de Teologia. III. Faculdade Presbiteriana Mackenzie. IV. Seminário Teológico Presbiteriano Rev. Ashbel Green Simonton.

CDD 285.098105

JURET- JUNTA REGIONAL DE EDUCAÇÃO TEOLÓGICA DO RIO DE JANEIRO

Diretoria

- Presidente - Rev. Sandro Moreira de Matos
- Vice-Presidente - Presb. Pascoal da Silva Filho
- Secretário - Rev. Arivelton Peisini

Titulares

- Rev. Sandro Moreira de Matos
- Presb. Pascoal da Silva Filho
- Rev. Arivelton Peisini
- Rev. Márcio José da Silva Ciríaco
- Presb. Antônio José Rosa

Suplentes

- Rev. Lael Viana de Alcântara
- Rev. Lourival Marciano dos Santos
- Rev. Edson Arantes Ferreira
- Presb. Dorvy da Silva Correia
- Presb. Assuero de Oliveira Silva

JET - JUNTA DE EDUCAÇÃO TEOLÓGICA DA IPB

Diretoria

- Presidente: Rev. Leonardo Sahium
- Vice Pres.: Rev. Alfredo Ferreira de Souza
- Secretário: Pb. Flávio Heringer
- Tesoureiro: Rev. Alexandre Lessa

Titulares

- Rev. Leonardo Sahium (DF)
- Rev. Alfredo Ferreira de Souza (RR)
- Rev. Alexandre Ribeiro Lessa (BA)
- Rev. José Sidério dos Santos (SP)
- Rev. Juliano Balbino (GO)
- Pb. Flávio Heringer (DF)
- Pb. Hildemar Rodrigues Falcão Júnior (MG)
- Pb. Paulo Mendes Júnior (RJ)
- Pb. Ítalo Fittipaldi (PB)



Expediente

Equipe Editorial

Editor-Chefe

- Prof. Rev. Romer Cardoso dos Santos - STPS

Editores Adjuntos

- Prof. Rev. Adelino Barros - STPS
- Prof. Dr. Rev. Junio Cesar Rodrigues Lima - PPGH/UERJ

Conselho Editorial

- Prof. Me. Rev. Jackson William Marques Fonseca - STPS
- Prof. Me. Rev. Ivo César Mozart - CPAJ/SP
- Prof. Me. Rev. Eduardo Machado - PFI/UFF
- Prof. Mestrando Rev. Evaldo Beranger - PUC/RJ
- Prof. Me. Rev. Daniel O. Kozlowski de Farias – Mackenzie/SP
- Prof.^a Esp. Tânia Brizon - UCB

Conselho Consultivo

- Prof. Dr. Rev. Junio Cesar Rodrigues Lima - PPGH/UERJ
- Prof. Dr. Rev. Sergio T. L. Kitagawa - FFP/UERJ
- Prof. Doutorando Rev. Heber Bertucci - PUC/RJ

Equipe Técnica

- Prof. Esp. Rev. André Luis Barros Monteiro - STPS
- Prof. Dr. Rev. Junio Cesar Rodrigues Lima - PPGH/UERJ

Diagramação e Editoração Eletrônica

- Equipe Técnica da Revista Sementes



Contato

Endereço Postal

Rua Isolina, 151, Méier, Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20710-080

Contato Principal

Equipe Editorial da Revista Sementes / Seminário Teológico Presbiteriano

Reverendo Ashbel Green Simonton

Rua Isolina, 151, Méier, Rio de Janeiro – RJ - CEP: 20710-080

Tel. +55 (21) 2201-6734 - E-mail: revistasementes@gmail.com

Site: www.revistasementes.com.br

Contato para Suporte Técnico

Equipe Editorial da Revista Sementes

E-mail: revistasementes@gmail.com

Todos os textos são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a posição da editoria ou da instituição responsável por esta publicação.



Sumário

EDITORIAL

DOSSIÊ: REDESCOBRINDO A VOCAÇÃO

Sergio Tuguio Ladeira Kitagawa, 7

DOSSIÊ

O PREPARO PARA O MINISTÉRIO PASTORAL

Romer Cardoso dos Santos, 10

A AÇÃO DO ESPÍRITO SANTO NA VOCAÇÃO MINISTERIAL

Daniel Oliveira Kozlowski de Farias, 33

A TEOLOGIA DA VOCAÇÃO EM JOSEPH RATZINGER

Heber Ramos Bertuci, 42

JOÃO 21.15-19 E A RENOVAÇÃO DA VOCAÇÃO

Jackson Willian Marques da Fonseca, 77

VOCAÇÃO DESIGNATIVA, UM DESAFIO À COMPREENSÃO DA GRAÇA DE DEUS

João Batista Borges, 89

VOCAÇÃO SE DISCUTE?

Sergio Tuguio Ladeira Kitagawa, 97

ARTIGOS

IR, PREGAR E DISCIPULAR: O MODELO DE JESUS PARA A EXPANSÃO DO REINO DE DEUS ENTRE OS HOMENS

Matheus da Silva Fernandes, 120

RESENHAS

OS MEIOS NECESSÁRIOS E PRÓPRIOS PARA PLANTAR O REINO DE JESUS CRISTO NO BRASIL

Samuel Gomes Junior, 135

Dossiê Redescobrimo a Vocação

EDITORIAL

Sergio Tuguio Ladeira Kitagawa¹

É com imensa alegria que entregamos a comunidade acadêmica o primeiro número da nova fase da antiga *Revista Teológica do Seminário Presbiteriano do Rio de Janeiro*, agora com novo nome: **Sementes**. É uma ressonância da nova fase do Seminário Presbiteriano Rev. Ashbel Green Simonton, que inaugurou sua nova sede em junho deste ano de 2022.

Entre os dias 27 e 30 de setembro de 2022, sob o tema “*Redescobrimo a Vocação*”, nossos alunos foram alimentados pela palavra de Deus em palestras proferidas pelo Rev. Rhoister Guimarães Lopes. Unindo o rigor acadêmico e o cuidado pastoral, o Rev. Evaldo Beranger coordenou mesas em que contamos com a experiência vocacional do Rev. Otávio Henrique de Souza e do Rev. Isaías Cavalcanti Silva, bem como a apresentação oral dos artigos aqui publicados pelos professores Rev. Heber Ramos Bertuci, Rev. Sergio Kitagawa e Rev. João Batista Borges. Em ocasião anterior, os professores Rev. Daniel Oliveira Kozlowski de Farias, Rev. Jackson Willian Marques da Fonseca e Rev. Romer Cardoso dos Santos já haviam proferido palestras que hoje compõem o conteúdo desta revista.

Abre o volume o artigo da lavra de nosso diretor, Rev. Romer Cardoso dos Santos, sob o título “*O preparo para o ministério pastoral*”. O artigo revela sua preciosa ótica balizada em anos de ministério pastoral e da experiência como diretor de uma instituição de preparação de candidatos ao ministério. Sob o prisma da Teologia Pastoral, Santos revisa as etapas e as responsabilidades do Presbitério para com o candidato antes, durante e após o curso teológico. Como bem lembra, é o Presbitério quem recebe o aspirante, o examina, o encaminha para o Seminário e, ao final do processo, o ordena – ou não – para o ministério pastoral.

¹ Doutor em História pela FFP/UERJ. Coordenador do Departamento de Teologia Histórica do Seminário Presbiteriano Rev. Ashbel Green Simonton.

No artigo intitulado “*A ação do Espírito Santo na Vocação Ministerial*”, Daniel Oliveira Kozlowski de Farias, sob o referencial da Teologia Sistemática, discutirá em três movimentos textuais o papel do Espírito Santo como o agente da vocação: é o Espírito quem chama e impele o vocacionado a seguir o chamado; é o Espírito quem capacita concedendo os dons e talentos necessários ao exercício da vocação; é o Espírito Santo quem convence intimamente os escolhidos de sua vocação.

Por sua vez, o Rev. Heber Ramos Bertuci contribui com um texto de Teologia Contemporânea, com viés sistemático-pastoral. Escrevendo sobre a “*Teologia da Vocação em Joseph Ratzinger*”, Bertuci defende que é possível fazer ciência confessional com competência e arte. Assim, analisa a compreensão do papa emérito Bento XVI sob nossa ótica confessional, identificando nesse teólogo a convicção de que ser pastor é: se sentir vocacionado e superar crises; apascentar as ovelhas; conscientizar o ser humano de sua peregrinação neste mundo e buscar e viver a verdade.

Como não poderia faltar, a Teologia Exegética tem sua vez através do artigo do Rev. Jackson Willian Marques da Fonseca denominado “*João 21.15-19 e a renovação da vocação*”. A abordagem chama a atenção para a possibilidade de o vocacionado fracassar na fé. Porém, a queda pessoal não é maior do quem chama, tampouco de sua obra concretizada em sua morte e ressurreição. Analisando detalhadamente o diálogo entre Jesus e Pedro, conclui-se que a intenção do Senhor era tratar do ministério daquele apóstolo: Jesus renova e sustenta aqueles a quem chama.

Introduz-nos a um tema complexo o artigo “*Vocação Designativa, um desafio à compreensão da graça de Deus*”, do Rev. João Batista Borges. Refletindo sobre um aspecto específico da doutrina da vocação, Borges apresenta o conceito de “vocação designativa” discutindo a responsabilidade humana e a hipótese de haver conflito entre os atributos e os desígnios divinos.

Por fim, junto-me aos colegas abordando a vocação sob o prisma da Teologia Pastoral, mais especificamente analisando a legislação da IPB em vigor. Citando o que compreendo ser o “direito eclesiástico presbiteriano”, indico que a avaliação da vocação é uma responsabilidade compartilhada que se desdobra em duas esferas, a pessoal e a comunitária, e se divide entre o vocacionado, sua família (destacando-se a esposa), congregação, Conselho e Presbitério (em especial nesses últimos dois, os pastores e os presbíteros individualmente).

Além do Dossiê, essa primeira edição conta com o artigo “Ir, pregar e discipular: o modelo de Jesus para a expansão do reino de Deus entre os homens”, desenvolvido pelo

Rev. Matheus da Silva Fernandes, ex-aluno do Seminário; bem como, uma resenha sobre “Os meios necessários e próprios para plantar o reino de Jesus Cristo no Brasil”, um documento elaborado por Ashbel Green Simonton no século XIX, que possui autoria do graduando Samuel Gomes Junior.

Os artigos aqui publicados espelham os **três pilares** que têm sido fundamentais em nossa instituição: como seminário confessional, zelamos pela **Teologia Reformada**, que une o que há de melhor da reflexão e da sistematização teológica ancorada na fidelidade bíblica; como o seminário é uma parte da igreja de Cristo, valorizamos a **piiedade**, porque é o temor do Senhor o princípio da sabedoria e porque fomos irresistivelmente vocacionados pelo Espírito Santo a íntima comunhão com o Pai, mediante Jesus, o Filho; como casa de profetas, desenvolvemos a **proclamação do Evangelho**, porque anunciamos com tudo o que somos, falamos e fazemos, dentro e fora de sala de aula, que Jesus Cristo é o Senhor, para glória de Deus o Pai. Cada um desses valores tem por base as Escrituras Sagradas, a Palavra de Deus, a semente por excelência, à luz da parábola do semeador.

As “sementes” que nos propomos lançar serão sempre do mesmo tipo: a Palavra de Deus, mas que pode ser semeada de diferentes formas como por exemplo na palavra pregada, nas aulas de nossos diferentes cursos, na música, no discipulado pessoal ou em artigos como os publicados nesta revista. Que as sementes aqui semeadas caiam em terra fértil para frutificar a cem, a sessenta e a trinta por um. Boa leitura!

Dossiê Redescobrimo a Vocação

O PREPARO PARA O MINISTÉRIO PASTORAL

Rev. Romer Cardoso dos Santos

Diretor do STPS

RESUMO

O propósito do presente artigo é destacar o papel desempenhado pelo Presbitério na formação dos pastores da Igreja Presbiteriana do Brasil. Sendo a ordenação ao Sagrado Ministério, uma competência deste Concílio, serão destacadas as responsabilidades devidas em cada etapa e como cumpri-las com excelência para que sejam ordenados pastores segundo o coração de Deus. De acordo com a CI/IPB, no art 108, “vocação para ofício na igreja é a chamada de Deus, pelo Espírito Santo, mediante o testemunho interno de uma boa consciência e a aprovação do povo de Deus por intermédio de um concílio”. Este artigo evidencia uma ação ordenada para a identificação dos dons para o Ministério, naquele que se sente chamado por Deus para esta missão.

PALAVRAS-CHAVE: Formação; Sagrado Ministério; Vocação; Missão.

ABSTRACT

The purpose of this article is to highlight the role played by the Presbytery in the formation of pastors in the Presbyterian Church of Brazil. As ordination to the Sacred Ministry is a competence of this Council, the responsibilities due at each stage will be highlighted, and how to fulfill them with excellence so that they can be ordained pastors according to the heart of God. According to the CI/IPB, in article 108, "vocation to an office in the church is the call of God, by the Holy Spirit, through the internal testimony of a good conscience and the approval of the people of God through a council". This article evidences an ordered action for the identification of the gifts for ministry in the one who feels called by God for this mission.

KEYWORDS: Formation; Sacred Ministry; Vocation; Mission.

Para que não se introduzissem temerariamente homens inquietos e turbulentos a ensinar ou a governar, o que de outra sorte haveria de acontecer, tomou-se precaução expressamente a que alguém não assuma para si ofício público na igreja sem a devida vocação. Portanto, para que alguém seja considerado verdadeiro ministro da Igreja, primeiro importa que tenha sido devidamente chamado (Hb 5.4); então, que responda ao chamado, isto é, empreenda e desempenhe as funções a si conferidas.¹

O preparo para o ministério pastoral na Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB) não é simples. Considerando todos os passos necessários, sem contar o tempo mínimo de membresia exigido, seriam necessários pelo menos seis anos de preparação para que alguém possa ser ordenado. No primeiro ano, o vocacionado precisa ser avaliado pelo Conselho da Igreja local, que lhe designará atividades com a finalidade de comprovar sua vocação. Durante este período ele será denominado como “Aspirante”.

Uma vez concluída esta etapa no Conselho, o aspirante é encaminhado ao Presbitério para que, em sua Reunião Ordinária, o examine dentro dos princípios constitucionais e, sendo aprovado, se tornará “Candidato” e será encaminhado para cursar Teologia em um dos Seminários reconhecidos pela IPB. Este curso tem o tempo mínimo de quatro anos, nos quais ele é acompanhado por um Tutor Eclesiástico.

Concluídos os seus estudos, o candidato se apresenta novamente ao Presbitério que, em sua Reunião Ordinária, o examinará e, sendo aprovado, será “Licenciado” para pregar a palavra por um período de, pelo menos, um ano. Findo este prazo, ele passa por novos exames no Presbitério que, considerando cumpridos todos os passos, nomeia uma Comissão Especial para Ordená-lo ao Sagrado Ministério.

Este processo é longo, mas necessário para que a formação do ministro seja completa, dando-lhe uma solidez doutrinária dentro da cosmovisão reformada, ofertando-lhe as ferramentas administrativas necessárias para o bom cuidado da igreja e desenvolvendo a sua vida piedosa a fim de que seu caráter e sua conduta sejam irretocáveis frente ao rebanho do Senhor Jesus.

¹ CALVINO, João. As institutas da religião cristã. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1985, Livro IV, p. 72

O propósito do presente artigo é destacar o papel desempenhado pelo Presbitério na formação dos pastores da Igreja Presbiteriana do Brasil. Sendo a ordenação ao Sagrado Ministério, uma competência deste Concílio, serão destacadas as responsabilidades devidas em cada etapa e como cumpri-las com excelência para que sejam ordenados pastores segundo o coração de Deus.

De acordo com a CI/IPB, no art 108, “*vocação para ofício na igreja é a chamada de Deus, pelo Espírito Santo, mediante o testemunho interno de uma boa consciência e a aprovação do povo de Deus por intermédio de um concílio*”. Este artigo evidencia uma ação ordenada para a identificação dos dons para o Ministério, naquele que se sente chamado por Deus para esta missão.

O primeiro passo para o reconhecimento da vocação é individual. A própria pessoa precisa ter esta consciência em sua mente. O segundo passo é coletivo, pois a igreja precisa demonstrar aprovação, reconhecendo nele o chamado de Deus. O terceiro passo é o momento em que o reconhecimento da vocação é feito pela autoridade conciliar responsável pela ordenação dos pastores. A Junta de Educação Teológica da IPB, afirma que a vocação ministerial precisa ser diferenciada em três sentidos:

[...] (1) não se baseia em tendências, mas no chamado de Cristo mediante o conhecimento de sua vontade e o testemunho interno do Espírito Santo; (2) não objetiva uma profissão nem um cargo para realização pessoal, mas uma posição de serviço que requer abnegação e transformação do caráter; e (3) implica no cumprimento exemplar de obediência à Palavra de Deus em todo o processo de crescimento espiritual, na capacitação e habilidade para a pregação e no cuidado público e individual. Como disse Paulo, o Senhor dotou homens para o ministério e os concedeu à igreja.²

Duarte resume estes pontos afirmando que:

[...] é importante estabelecer que o ministério pastoral se diferencia das demais vocações em, pelo menos, três sentidos. Ele não se baseia nas tendências de mercado, não busca uma realização profissional ou um plano de carreira, nem tão pouco é um processo de concorrência com os demais vocacionados.³

Na Igreja Presbiteriana do Brasil, o concílio que tem o dever de reconhecer e chancelar a vocação ao Ministério Pastoral é o Presbitério. É este concílio que recebe o aspirante enviado pelo Conselho e o examina com vistas à confirmação de sua vocação e, caso seja aprovado, o encaminha para um dos Seminários oficiais da IPB, a fim de

² Junta de Educação Teológica. *Vocação: Preparo para o Ministério Pastoral*. São Paulo: Cultura Cristã, 2009; p. 9.

³ DUARTE, Jedeias de Almeida. “A Vocação para o serviço ou o Serviço dos vocacionados?”. *Revista Fides Reformata* XVI, nº2. São Paulo: Editora Mackenzie, 2011; p. 115.

cursar Bacharelado Livre em Teologia⁴ e, findo o processo, é quem o ordena ao pastoreio, designando-lhe um campo.

Mas quais são as responsabilidades do Presbitério durante este período? Como deve ser o acompanhamento do candidato? O que precisa ser observado e o que precisa ser desenvolvido? Quais são as etapas deste processo no presbitério e quais são as responsabilidades do mesmo em cada uma delas.

Para facilitar o entendimento, o trabalho será dividido em três etapas, a saber: (1) responsabilidades que precedem o Curso Teológico, (2) responsabilidades durante o Curso Teológico e, (3) responsabilidades Posteriores ao Curso Teológico.

Deve-se destacar que este trabalho se aterá ao processo constitucional para a ordenação de um pastor da Igreja Presbiteriana do Brasil. Entende-se que situações específicas podem modificar algumas etapas, mas jamais invalidar o processo. Almeja-se que este roteiro básico possa servir como esclarecimento para os presbitérios na sua importante tarefa de receber, capacitar e ordenar os Ministros da Palavra de Deus, na Igreja Presbiteriana do Brasil.

1 RESPONSABILIDADES QUE PRECEDEM O PERÍODO DO CURSO TEOLÓGICO

Apesar da responsabilidade do Conselho da Igreja durante o período de aspirantado daquele que se sente vocacionado ao Ministério, o processo de candidatura só tem o seu início quando este é apresentado ao Presbitério para que este, após os trâmites legais, o encaminhe para os estudos teológicos. Nesta primeira parte, serão descritas as responsabilidades que pairam sobre o Presbitério antes de efetivar a candidatura do aspirante enviado pelo Conselho, ao Sagrado Ministério Pastoral.

1.1 Receber o aspirante enviado pelo Conselho

De acordo com o art. 115.b da CI/IPB, para que se inicie o processo de candidatura ao Sagrado Ministério, o Conselho da Igreja deve enviar ao Presbitério um documento “*declarando que, no trabalho da igreja, já demonstrou vocação para o Ministério Sagrado*”. Este princípio constitucional, por si só, deixa claro que a ação identificadora da vocação não é uma responsabilidade do Presbitério.

⁴ Vale ressaltar que os Cursos de Teologia oferecidos pelos Seminários da Igreja Presbiteriana do Brasil não possuem o reconhecimento do Ministério da Educação e, por isso, são considerados Cursos Livres, ainda que possam ser denominados como Bacharelados.

Todo o processo de identificação dos dons para o ministério na vida do aspirante deve ser feito pelo Conselho, durante o seu tempo de experiência e observação. Após esta etapa, o Presbitério é notificado através de um documento que exponha as razões que o levaram a apresentar o aspirante para se tornar um candidato ao Ministério Pastoral.

Quem deve identificar, avaliar e informar ao Presbitério a boa consciência e a aprovação coletiva da vocação é o Conselho. O dever do Presbitério neste momento é reconhecer e dar o aval, mediante os arrazoados apresentados pelo Conselho, para a efetivação da candidatura. A CE SC/IPB – 2008, na resolução do Doc. CXXXV, afirma que o Conselho tem a seguinte responsabilidade:

Quem se sentir chamado para o Ministério da Palavra, deverá preliminarmente, estar arrolado como membro e perfeitamente integrado na vida da igreja há pelo menos 3 (três) anos. Durante este tempo, quem se sentir vocacionado para o ofício de pastor precisa demonstrar através de vivências e práticas, a sincera vocação para o Ministério Pastoral.

Youssef afirma que “*quando alguém apregoa que é líder, tem que provar que o é. E precisa de confirmação de outros que admitam: Ele é mesmo um líder*”.⁵ Entretanto, todo este processo de reconhecimento dos dons na vida do aspirante precisa ser feito no local onde ele congrega.

É preciso ter claro em mente que, neste primeiro momento, o Presbitério não é o responsável por reconhecer os dons daquele que se sente chamado para o ministério. Seu dever é capacitar aqueles que tiveram o seu chamado reconhecido pela igreja, dando-lhes as ferramentas que o habilitam ao pastoreio. Duarte, citando Veith, deixa isso claro ao afirmar que:

Esse mesmo chamado é assistido pela Igreja; a gestação de uma vocação para um ofício acontece no ventre da igreja; o concílio responsável pela publicidade e legalidade do exercício vocacional apenas sanciona aquilo que foi confirmado na consciência do vocacionado e no convívio com a comunidade local.⁶

O aspirante que se apresentou ao Conselho da Igreja, afirmando que se sentia chamado para o Ministério e que teve a aprovação da igreja e dos presbíteros, agora precisa do reconhecimento do Presbitério, que é o concílio responsável pela avaliação da sua motivação e da sua maturidade, avaliando, caso os exames sejam satisfatórios, a efetivação de sua candidatura.

⁵ YOUSSEF, Michael. O Estilo de Liderança de Jesus. Venda Nova/MG: Editora Betânia, 1987; p.13.

⁶ DUARTE, op cit, p. 107.

Este passo é muito importante pois requer o aval daqueles que também foram vocacionados e atenderam a todos os requisitos da denominação e, pela própria experiência, compreendem de forma pormenorizada os labores do ministério. Youssef afirma que:

A maioria das denominações já têm estabelecidas as normas para a ordenação ou o reconhecimento dos líderes. Elas compreenderam que, embora as pessoas possam ser treinadas para a liderança, apenas Deus faz a *chamada*. A igreja funciona como uma agência confirmadora. Este processo se inicia, quase sempre, quando a pessoa assume cargos de liderança na igreja local, e os membros vão reconhecendo sua capacidade e seu talento.⁷

Vale destacar que este processo inicial não deve gerar nenhum compromisso conclusivo. O aspirante não deve nutrir a ideia de que ser recebido no Presbitério já é uma garantia de que será futuramente ordenado como Ministro do Evangelho. Este caminho está apenas no início, podendo ser findado em qualquer momento.

1.2 Examinar a motivação do Aspirante

Art. 116 – Aceitos os documentos de que trata o artigo anterior,⁸ o concílio examinará o aspirante quanto aos motivos que o levaram a desejar o Ministério.

Uma vez que o Presbitério tenha recebido a documentação necessária e observado o histórico descrito pelo Conselho, o aspirante precisa ser examinado pelo plenário ou por uma comissão de expediente nomeada pelo concílio. O objetivo desta entrevista é ouvir da própria pessoa, as razões pelas quais almeja o ministério pastoral.

Não se trata aqui de uma avaliação daquilo que foi descrito pelo Conselho. Ao aceitar a documentação, o Presbitério tomou como satisfatórias todas as ações realizadas para a identificação dos dons ministeriais na vida do aspirante. A função desta entrevista é, primeiramente, conhecer aquele que está sendo enviado e, em segundo lugar, conhecer as suas motivações.

Diversos motivos podem levar alguém a desejar o pastoreio. É dever do Presbitério aprovar aqueles, cujos motivos são coerentes com o ministério pastoral e impedir a continuidade da candidatura daqueles, cujos motivos são impróprios para a vocação almejada. O registro de Simonton em seu Diário, acerca das motivações que o

⁷ YOUSSEF. Op cit, p. .17.

⁸ Está se referindo ao documento que deve ser enviado pelo Conselho ao Presbitério, apresentando o aspirante para que sua candidatura seja efetivada.

levaram a seguir o ministério pastoral, é um precioso relato, do que pode ser considerada uma motivação coerente.

Meus sentimentos a esse respeito são intensos. No batismo fui consagrado a esse ministério; em toda a vida tive convicção de ser responsável pelo cumprimento dos votos de meus pais, e secretamente (pois nunca confessaria este sentimento a outros) tenho desejado que chegue o dia em que possa cumprir essa promessa. E, o que é mais estranho e inexplicável, tenho sentido um forte desejo de ser capacitado e chamado para pregar o Evangelho. Sim, eu diria que é um de meus mais fortes desejos nestes últimos três ou quatro anos de vida, se eu me avaliasse a esse respeito com a mesma confiança que o faço no caso de outras pessoas. Outra coisa que reforçou esse sentimento é o interesse que em toda parte tem sido demonstrado por mim e a esperança confiante de que, afinal, eu me decidiria pelo ministério: em casa, entre amigos e até mesmo entre estranhos. Pois se agora concluir ser meu dever e privilégio cumprir tantas expectativas, aceitarei alegremente e bendirei a Deus por me dar tal honra. Estou perfeitamente disposto a fazer qualquer sacrifício exigido (do ponto de vista mundano) por esta decisão, contanto que veja o caminho com clareza.⁹

Em suas anotações, Simonton relata as principais motivações que lhe fizeram ter certeza do seu chamado: (1) uma convicção que vem desde a sua infância, que ele reconhece ter sido fruto do voto de seus pais, durante seu batismo; (2) o intenso desejo interno de pregar o Evangelho; (3) as afirmações das pessoas próximas acerca de sua vocação e; (4) a disposição sacrificial para se preparar para o ministério.

Esta avaliação jamais poderá ser medida de forma completamente objetiva, existindo sempre o caráter subjetivo. O importante é o concílio estar ciente de que não é a intenção do coração daquele que se sente chamado, nem mesmo quando este expõe uma “profunda experiência de chamado”, que deve conduzi-lo á candidatura; mas a convicção do plenário, que já foi asseverada anteriormente pelo conselho, de que são vistas nele, as mesmas motivações que identificaram aqueles discípulos que foram chamados para seguir Jesus, a saber: serem pescadores de homens.

1.3 Avaliar a maturidade espiritual do aspirante

Um outro aspecto que também pode ser extraído do Art. 116, é o reconhecimento da maturidade espiritual do aspirante. Em 1 Timóteo 3.6, Paulo orienta ao seu discípulo que o Presbítero não deve ser neófito. A imaturidade de um oficial da igreja pode trazer sérios danos para a compreensão do Evangelho. Se esta exigência é feita para aqueles que são oficiais na igreja, o que se deve esperar daqueles que almejam o ministério?

⁹ SIMONTON, Ashbel Green. O Diário de Simonton. São Paulo: Cultura Cristã, 2ª edição, 2002; p.88.

É responsabilidade do Presbitério, avaliar a maturidade daquele que há de ser considerado “candidato”, a fim de que ele não venha a causar vergonha para a obra do Senhor. Mas como se pode avaliar, em uma simples reunião, se uma pessoa está ou não madura, para ser encaminhada ao Seminário. O Presbitério precisa, antes de tudo, exigir que o relatório enviado pelo Conselho seja minucioso e bastante informativo sobre o período de aspirantado que fora exigido.

O Presbitério precisa ser informado pelo Conselho sobre a conduta do aspirante. Lidório recomenda a quem se sente chamado por Deus para o Ministério que “*ofereça-se para cooperar nas necessidades ministeriais em sua igreja local e exponha-se aos contextos de trabalho para os quais você se sente dirigido*”.¹⁰ Este voluntariado, associado ao empenho para se desenvolver em suas atividades, antes mesmo de lhe serem atribuídas responsabilidades ministeriais, será uma das evidências de sua maturidade, que precisam ser relatadas.

É claro que não se pode exigir que o aspirante tenha a mesma experiência daqueles que já estão há longos anos no ministério, mas é essencial que marcas de maturidade sejam vistas como um ponto de partida. No decorrer de sua candidatura, este amadurecimento precisa ser desenvolvido.

Uma importante advertência feita por Lidório precisa ser destacada. Ele diz que

Uma aplicação objetiva do texto [Atos 13.2] seria: *não envie para longe aqueles que não são uma bênção perto*. Aquele rapaz que diz possuir um claro chamado ministerial, mas é criador de problemas, não está pronto para ser enviado. [...] O outro jovem que deseja ser pastor e servir ao corpo de Cristo, mas é imaturo e arrogante na relação com os demais, não deve ainda ser enviado ao seminário.¹¹

Em muitas ocasiões, o simples desejo de ter uma formação diferenciada, fugindo dos trâmites constitucionais com a intenção de antecipar a ordenação ou dedicar mais tempo para a sua atividade na igreja, já pode demonstrar certa imaturidade, pois o julgamento do que é o ministério o leva a acreditar que o seu preparo dispensa o que os demais tiveram de passar.

1.4 Efetivar a sua candidatura

Cumpridas as etapas acima, o Presbitério passa a considerá-lo “candidato ao Sagrado Ministério”. Não se trata apenas de uma mudança de terminologia, mas uma mudança de

¹⁰ LIDÓRIO, Ronaldo. Vocacionados. Belo Horizonte: Betânia, 2014, 48p; p.24.

¹¹ LIDÓRIO. Op cit; p.34.

atitude. Durante o tempo de aspirantado, o Presbitério recebe alguém que se sente chamado para o ministério e que foi encaminhado por um Conselho que identificou nele, os dons para o ministério, afirmou o seu bom testemunho e o reconhecimento por parte da igreja.

Ao chamá-lo de “candidato”, o Presbitério assume a responsabilidade sobre a formação ministerial daquele aspirante e o encaminha ao Seminário para seus estudos teológicos.¹² Esta etapa mostra o reconhecimento da vocação, mas é apenas o início da caminhada em que seus dons serão testados, seu caráter será provado, sua perseverança será desenvolvida para que ele possa tornar-se habilitado para o exercício do Ministério Pastoral.

Na Igreja Presbiteriana do Brasil, a ordenação somente pode ser feita pelo Presbitério. Logo, é este o concílio diretamente responsável pela qualificação dos ministros da igreja e independe do Conselho, da Igreja ou mesmo do Seminário. Uma correta avaliação dos requisitos prévios e um plano de acompanhamento dentro dos princípios bíblicos é vital para que os pastores ordenados sejam homens segundo o coração de Deus.

Dizer não para o aspirante é a primeira responsabilidade de um Presbitério que não vê os requisitos plenificados naquele que se diz chamado. É claro que o Conselho deve fazer isso antes, mas caso não o faça, o presbitério precisa recusar a candidatura que não transmite segurança para os conciliares. Se alguém se sente chamado e comparece ao Conselho que, sem coragem de dizer não, o encaminha ao Presbitério, ele deve ouvir o não agora, pois é deste concílio o dever de abrir ou fechar as portas para a formação do Pastor Presbiteriano.

Caso o Presbitério, por algum motivo particular, aceite a candidatura com dúvidas, jamais poderá culpar o Seminário, as Igrejas, o Tutor ou quem quer que seja, por permitir que alguém não vocacionado seja ordenado ao pastorado. Por outro lado, se não há dúvidas, ele deve ser encaminhado para cursar seus estudos teológicos. Duarte afirma a importância de

[...] submeter a escolha e envio de ministros, missionários e plantadores de igrejas com base exclusiva em uma avaliação do perfil ministerial, sendo a

¹² Recomenda-se que o Presbitério custeie o valor integral do Curso de Teologia dos seus candidatos. Além disso, deverá ser nomeado um tutor para acompanhá-lo em seus estudos e, também, em sua relação eclesial, oferecer-lhe o suporte pastoral e a mentoria necessária para sua boa formação. No decorrer deste trabalho, estes tópicos serão detalhados.

capacitação, o treinamento e o desenvolvimento de habilidades, dons e caráter ferramentas teológicas essenciais para o ministério.¹³

O tempo de estudos é uma parceria entre o Presbitério, o Seminário e a Igreja, para que o Pastor, ao ser ordenado, não deixe dúvidas de seu preparo e de sua vocação.

2 RESPONSABILIDADES DURANTE O CURSO TEOLÓGICO

Uma vez aceita a candidatura, o Presbitério deve conduzir o candidato aos estudos teológicos. Este curso deve ser feito, de acordo com a Constituição da IPB, em um dos Seminários Regulares, que foram aprovados pelo Supremo Concílio da IPB.¹⁴ Nenhum pastor deve ser ordenado sem que tenha capacidade plena de Subscrever os Símbolos de Fé da IPB.

Ele também precisa demonstrar capacidade exegética, conhecimento histórico e habilidade para ensinar a igreja em harmonia com os padrões doutrinários da Fé Reformada. É com estes propósitos em mente que o candidato precisa ser encaminhado ao Seminário e, após a conclusão dos seus estudos, passar por uma série de exames.

Um erro muito cometido neste período é o abandono. Muito presbitérios enviam seus candidatos e só voltam a contatá-lo na próxima Reunião Ordinária. Muitos tutores não entendem o seu papel e se veem apenas como apresentadores de relatórios. Duarte faz uma importante observação, baseando-se na visão de Baxter:

Para Baxter, a tratativa da teologia como uma disciplina científica corroía a essência da vocação e separava a realidade transcendente do chamado para o

¹³ DUARTE, op. cit; p. 96.

¹⁴ Sobre este ponto, o Rev. Ageu Magalhães responde de uma forma bastante adequada à pergunta: “Presbitérios podem enviar seus candidatos a seminários que não são da IPB? Eis sua resposta: “*Não. Pelas nossas leis, presbitérios não podem enviar candidatos a seminários de fora da IPB. O artigo 118 diz: “Ninguém poderá apresentar-se para licenciatura sem que tenha completado o estudo das matérias dos cursos regulares de qualquer dos seminários da Igreja Presbiteriana do Brasil.”* Observe: Ninguém pode se apresentar sem ter completado as matérias dos cursos regulares de qualquer dos seminários da IPB. Este artigo fecha as portas para alguém fazer outro seminário, que não um dos 8 seminários da IPB.

Mas, e o parágrafo 1º? Ele não permite que um presbitério encaminhe aluno para seminário não presbiteriano? Não permite. Ele diz: “§ 1º. Em casos excepcionais, poderá ser aceito para licenciatura candidato que tenha feito curso em outro seminário idôneo ou que tenha feito um curso teológico de conformidade com o programa que lhe tenha sido traçado pelo Presbitério.”

O artigo não fala que, em casos excepcionais poderá ser enviado para outro seminário. Mas fala do candidato que está se apresentando para licenciatura e já fez um curso em outro seminário. Ele já está no final do processo, com curso pronto. Os legisladores vislumbraram a situação de alguém que veio de outra denominação com um curso concluído e agora quer ser ordenado na IPB. Neste caso, de acordo com as últimas resoluções do Supremo Concílio, o presbitério deve juntar toda a documentação do seminário deste candidato e enviá-la à JET para que ela averigue a idoneidade do Seminário. Mas, o envio do candidato, no início do processo, deve ser a um seminário da IPB.

Note que o caput do Artigo 118 fala da regra: ninguém pode se apresentar sem curso de seminário da IPB. Ele abrange o envio do candidato. Já o parágrafo 1º não trata do envio, mas da excepcionalidade de se receber alguém com curso pronto, vindo de outra denominação. E isso não pode anular a regra estabelecida no caput. Na última reunião do SC, em 2010, foi reafirmada a resolução da CE-2008, justamente com a interpretação dada acima: “... 3. Responder que a competência para aferir a idoneidade dos seminários é da JET, segundo decisões SC-94-024 – Doc. CCXXVIII; CE-SC/IPB-2000-Doc.CV; 4. Reafirmar a resolução SC-70-097- Recomendar a todos os presbitérios da IPB que encaminhem os seus candidatos ao Sagrado Ministério aos seminários da Igreja Presbiteriana do Brasil”. (Doc. CXLIII). Disponível em <http://www.seminariojmc.br/index.php/2018/01/17/10-mitos-sobre-a-educacao-teologica-da-ipb/>. Acessado em 15/11/2019, às 17h25min.

ministério, fazendo do pastorado um trabalho como outro qualquer, ignorando o trato com as Escrituras e com os sacramentos como boca de Cristo aos seus eleitos para edificação e sentença do Supremo Juiz para condenação dos ímpios. Para ele, não se deve tratar a teologia apenas como uma disciplina acadêmica. Se os instrutores das faculdades e universidades se ocupassem principalmente em familiarizar os seus alunos com a doutrina da vida, e se trabalhassem para colocá-la em seus corações, isso seria um meio feliz para abençoar almas, e resultaria numa feliz igreja e feliz comunidade. Mas quando fazem leitura de teologia como filósofos – como se fosse uma coisa não mais importante que uma lição de música ou de aritmética, e não a doutrina da vida eterna – eles a destroem e suprem a igreja de mestres não santificados! “Eis porque temos tantos pregadores mundanos a apregoar uma felicidade invisível e tantos homens carnisais a declarar os mistérios do Espírito”.¹⁵

O tempo de Seminário é o tempo de observação mais importante na vida do candidato, pois são os seus primeiros passos e precisam ser guiados com carinho paterno e paciência para que ele seja fortalecido até a hora em que possa caminhar sozinho como um ministro ordenado. Quais são, então, as responsabilidades do presbitério nesta etapa da formação pastoral?

2.1 Nomear um tutor para acompanhar o crescimento pessoal e espiritual do candidato

Art. 118 § 2º - O Presbitério acompanhará o preparo dos candidatos por meio de um tutor eclesialístico.

Assim que a candidatura é aceita, o Presbitério nomeia um Tutor para o candidato. Esta é a pessoa encarregada pelo Presbitério para acompanhá-lo em todos os instantes de sua formação. É aquele que entende o caminho, porque já trilhou por ele antes e pode amparar e conduzir o iniciante.

O tutor é aquele pastor já experiente que se prontifica a mentorear, discipular, acompanhar o candidato, mostrando-lhes, através da sua própria vida e exemplos, como ser um pastor. Reis afirma que “*o alvo do discipulado é mudar o comportamento das pessoas, e não somente passar informações a serem absorvidas de maneira intelectualizada*”.¹⁶ Este deve ser o alvo do tutor em sua caminhada junto àquele que está se preparando para o ministério.

O tutor, como um mestre precisa “*reproduzir na vida do aluno a plenitude da vida que ele desfruta em Cristo. Um discípulo maduro tem de ensinar a outros crentes como*

¹⁵ DUARTE, op. cit, p. 114.

¹⁶ REIS, Gildásio J. B. dos. “O Pastor e o Discipulado: um apelo aos pastores para resgatarem a mentoria espiritual”. Revista Fides Reformata XVIII, nº2. São Paulo: Editora Mackenzie, 1996; p.43.

viver uma vida que agrade a Deus, equipando-os a treinar outros e assim por diante”.¹⁷

O candidato precisa de alguém ao seu lado para que a sua caminhada não seja solitária e autônoma. Ele precisa de alguém que lhe mostre a direção e que o apoie nos tempos de dificuldade, que o anime nos momentos de crise e se alegre nas suas conquistas.

Exatamente por conhecer o caminho, o tutor deve levar o candidato a experimentar todas as facetas do ministério, durante a sua formação. Ele não deve impedir que o seu tutelado passe por situações inóspitas, pois elas são vitais para o seu crescimento. Entretanto, o tutor não é um avaliador, mas um pastor que está pronto para investir no seu tutelado, dando-lhe, como apoio mais precioso, a sua própria experiência.

Lidório mostra a importância do investimento tutelar na vida do candidato, ao afirmar que *“os maiores líderes à frente dos mais respeitáveis ministérios que conheço são fruto de oração e investimento por parte de pessoas que os ajudaram a olhar mais longe e ouvir mais a Deus*”.¹⁸ É profundamente inquietante saber que muitos pastores olham para o seu período de estudos e se sentem completamente sós. Eles deveriam se lembrar de seus tutores da mesma forma como estes líderes sobre quem Lidório fala.

O tutor é, também, a voz do candidato perante o Presbitério. Sua palavra serve como referência para que os demais pastores e presbíteros possam avaliar o desenvolvimento do candidato. Sua experiência é um fator de confiança para os seus pares, de forma a creditar ao candidato as análises feitas por ele. Dentro do sistema presbiteriano, não há ninguém ou nenhuma instituição que tenha maior importância na formação do pastor, do que o tutor.

Como o próprio artigo citado da constituição diz, a forma como o Presbitério acompanha o preparo do candidato é através do tutor. Trata-se, então, de uma relação de mútua confiança, na qual o concílio se faz presente na vida daquele em quem eles viram os dons para o ministério através do tutor, que investe, corrige, acompanha e avalia cotidianamente o candidato, relatando o resultado do seu trabalho ao concílio.

O trabalho eficiente de um tutor pode levar à formação com excelência daquele que é vocacionado, ou à desistência da ordenação daquele que não é vocacionado. Porém, se o resultado não for fruto de uma relação próxima e discipuladora, pessoas vocacionadas podem ser rejeitadas pelo concílio, enquanto não vocacionados podem ser ordenados e, depois, causarem grande vergonha ao Evangelho.

¹⁷ Ibid; p.42.

¹⁸ LIDÓRIO, op cit; p.40.

2.2 Zelar por uma formação teológica adequada

Art. 118 – Ninguém poderá apresentar-se para licenciatura sem que tenha completado o estudo das matérias dos cursos regulares de quaisquer dos Seminários da Igreja Presbiteriana do Brasil.

No ano de 2014, entre os dias 20 e 22 de fevereiro, foi realizado um encontro com todos os docentes dos Seminários da IPB. Deste encontro surgiu um documento chamado “*Conteúdo Programático Curricular do Curso de Bacharelado em Teologia dos Seminários Teológicos da Igreja Presbiteriana do Brasil*”, unificando todas as disciplinas nestes Seminários. Este documento foi aprovado na Reunião Extraordinária do Supremo Concílio em 2014. Dentre as resoluções consta: “*reconhecer a importância do estabelecimento de um único conteúdo programático para todos os Seminários, com o objetivo de alcançar um perfil teológico que identifique o ensino teológico na Igreja Presbiteriana do Brasil*”.¹⁹

O histórico registrado neste documento afirma que o propósito pelo qual este e outros encontros foram realizados era “*a padronização no conteúdo programático das disciplinas ministradas nos seminários de nossa denominação*”,²⁰ mesmo mantendo as peculiaridades de cada seminário. Este trabalho tem em vista muito mais do que, apenas, uma adequação acadêmica. O próprio relatório afirma que se “*buscou estabelecer um consenso mínimo no conteúdo ministrado pelos docentes que caracterizasse o perfil teológico da IPB*”.²¹

É responsabilidade dos Presbitérios observar a existência desta padronização teológica no desenvolvimento dos seus candidatos e se eles estão sendo devidamente preparados para o ministério. Santos lembra que

Ainda que o Novo Testamento apresente a igreja com uma comunidade ministerial e ainda que, em certo sentido, a educação teológica seja uma educação para a igreja, o principal objetivo da mesma é preparar para o ministério eclesialístico.²²

A razão máxima para que o candidato se especialize nos estudos teológicos e capacitá-lo para ser “*aprovado, como obreiro que não tem de que se envergonhar, que*

¹⁹ SC-E/IPB-2014 -Doc. VI, letra “h” das resoluções.

²⁰ Disponível em <http://seminariosimonton.com.br/documentos/contendo-programatico.pdf>, p. 9.

²¹ Ibid.

²² SANTOS, Valdeci da Silva. “Educação Teológica para um Ministério Urbano Multicultural”. Revista Fides Reformata XXII, nº 1. São Paulo: Editora Mackenzie, 2017; p. 66.

maneje bem a palavra da verdade” (2 Timóteo 2.15). Se o candidato não tem usado a teologia para se tornar um bom pastor, ele precisa ser cassado. Duarte afirma que:

A convicção da vocação ministerial deve fazer parte do sentido existencial do ministro. O reconhecimento da igreja local é a certificação da convicção que deve existir indelevelmente no coração do genuíno ministro. Neste sentido, a busca de capacitação, após o exercício da piedade pessoal e do bom testemunho dentro e fora da igreja, deve ser uma norma para a vida do vocacionado.²³

A confessionalidade precisa ser desenvolvida dentro dos parâmetros estabelecidos pela IPB e todos os passos já estão claros. O Manual do Candidato, da JET/IPB, estabelece este parâmetro para quaisquer outras instituições que possam ser indicadas, quando afirma que: “*espera-se que a formação do candidato seja concluída nos prazos regulares dos cursos oferecidos pelos seminários da Igreja Presbiteriana do Brasil*”.²⁴

Sendo assim, mesmo que haja situações específicas que possam levar o Presbitério a escolher outro Seminário para que seus candidatos façam seus estudos teológicos, é preciso estar atento a que se cumpram os prazos e o currículo para a formação dentro dos moldes dos cursos oferecidos pelos Seminários Regulares da Igreja Presbiteriana do Brasil.

2.3 Acompanhar o desenvolvimento de suas atividades na igreja

O tempo no Seminário não deve ser exclusivo para os estudos. O candidato precisa continuar a sua vivência eclesial como mantinha antes de sua candidatura. Não há como separar o desenvolvimento acadêmico esperado na instituição teológica, do desenvolvimento da prática pastoral esperada na igreja. O tutor deve acompanhar as atividades eclesial do candidato e o presbitério, receber relatório e realizar exames em suas Reuniões Ordinárias, com o objetivo de acompanhar o desenvolvimento ministerial do vocacionado.

Meister afirma que “*todo tipo de educação deve manter juntos ensino e discipulado. Sendo assim, a educação teológica que não é discipuladora está laborando em erro, na direção contrária de todos os modelos que vêm da própria Escritura*”.²⁵ Todo o conhecimento teológico adquirido no Seminário precisa ser avaliado no cotidiano do

²³ DUARTE, op cit; p. 105.

²⁴ Junta de Educação Teológica, op cit; p. 27.

²⁵ MEISTER, Mauro. A Matriz da Educação Cristã e a Missão da Igreja. Revista Fides Reformata XIX, nº 1. São Paulo: Editora Mackenzie, 2014; p. 18.

candidato. Não se trata de apenas aprimorar o seu discurso, ser capaz de escrever bons textos sobre assuntos teológicos ou praticar a visitação e o aconselhamento com eficácia. Ele precisa demonstrar desenvolvimento em todas as áreas da sua vida.

A “maturidade para ser candidato” precisa ser desenvolvida durante o tempo de estudos teológicos tornando-se uma “maturidade para ser licenciado”. Meister, analisando o texto de 2 Timóteo 3.16,17, conclui que a Educação Cristã, inclusive a Teológica, “*existe para a formação espiritual, para a construção do caráter, bem como da integridade intelectual e acadêmica (para a repreensão, para a correção, para a educação na justiça) de todo homem de Deus*”.²⁶ Estes aspectos práticos, apesar do acompanhamento feito pela própria instituição acadêmica, só podem ser efetivamente avaliadas na igreja onde o candidato está servindo.

2.4 Encaminhar para a sua licenciatura

Art. 119 - O candidato, concluídos seus estudos, apresentar-se-á ao Presbitério[...]

Concluído o curso de Teologia e entendendo o tutor que o candidato está apto para dar prosseguimento ao processo de formação ministerial, deverá ser solicitado ao Presbitério que o reexamine com o objetivo de licenciá-lo para a pregação do Evangelho. Esta decisão não pode ser tomada de forma automática. O tutor precisa entender que é sua a responsabilidade primária de avaliar o amadurecimento do candidato e informar ao concílio a sua aptidão, a fim de que o mesmo possa ser encaminhado ao passo seguinte.

Lidório afirma que “*o ministério não é tecido prioritariamente por fios de inteligência, competência ou influência, mas de fé, santidade e espírito quebrantável*”.²⁷ Estes critérios são fundamentais neste momento, pois o crescimento do conhecimento teológico não pode diminuir a devocionalidade daquele que está sendo preparado para o Sagrado Ministério.

Murray, na Introdução do livro *Um Ministério Ideal*, vol. 2, cita uma afirmação de Spurgeon sobre critérios para a admissão de alunos em sua escola:

Nossa instituição tenciona impedir que ocupem o encargo sagrado os que não são vocacionados para ele. Constantemente estamos rejeitando candidatos por

²⁶ Ibid; p. 18.

²⁷ LIDÓRIO, op cit; p.36.

duidarmos de sua aptidão; nesse caso, nada lhes aproveita educação, dinheiro ou intercessão de parentes ou amigos.²⁸

Esta é a postura esperada de um tutor. Que ele seja capaz de avaliar os dons necessários para o exercício pastoral e como estes foram desenvolvidos durante o tempo de estudos teológicos. Se o candidato estiver deficiente no conhecimento teológico ou na vida devocional, não deve ser indicado para a licenciatura.

3 RESPONSABILIDADES POSTERIORES AO CURSO TEOLÓGICO

Art. 119 - O candidato, concluídos seus estudos, apresentar-se-á ao Presbitério que o examinará quanto à sua experiência religiosa e motivos que o levaram a desejar o Sagrado Ministério, bem como nas matérias do curso teológico.

De volta ao Presbitério, o candidato agora passa por uma nova bateria de exames, desta vez com uma profundidade ainda maior. Ele agora, assumirá responsabilidades pastorais sob a supervisão de um tutor, que o acompanhará em toda a sua lide ministerial. Este é, de certa forma, o seu momento probatório mais prático. O licenciado precisa demonstrar o conhecimento adquirido no Seminário e o seu crescimento na vida devocional, através do serviço pastoral à igreja.

O Presbitério deverá nomear um tutor para acompanhá-lo neste período. A relação do tutor com o Licenciado deverá ser mais próxima e mais interativa que no período de candidatura, pois o objetivo, agora, é levar o tutelado a conhecer de perto a rotina do pastoreio. Ele deixa de ser um “aluno” e passa a ser um “companheiro” com quem o Tutor divide tarefas, distribui responsabilidades, faz suas devocionais, visitas, etc. Mas, quais são as responsabilidades que pairam sobre o Presbitério nesta etapa?

3.1 Avaliar o seu conhecimento teológico e as habilidades exigidas pela Constituição da IPB

Art. 120 - Deve ainda o candidato à licenciatura apresentar ao presbitério: a) uma exegese de um passo das Escrituras Sagradas, no texto original em que deverá revelar capacidade para a crítica, método de exposição lógica nas conclusões e clareza no salientar a força e expressão da passagem bíblica b) uma tese de doutrina evangélica da Confissão de Fé; c) um sermão proferido em público perante o concílio, no qual o candidato deverá revelar sua doutrina, boa forma literária, retórica, didática e sobretudo, espiritualidade e piedade.

²⁸ SPURGEON, C.H.; *Um Ministério Ideal*, vol.2. São Paulo: PES, 2005, 2ª ed.; p. 8.

Antes de ser licenciado e logo após a conclusão do seu Curso Teológico, deverá o candidato cumprir exigências básicas para avaliação do concílio. A lista é grande, mas o objetivo principal não é que o candidato à licenciatura mostre a sua capacidade de escrever muito ou eloquência na pregação. Conforme se percebe no artigo citado, os objetivos primários estão relacionados, em primeiro lugar, à capacidade do candidato em extrair de forma autônoma, o conhecimento revelado na Palavra de Deus. Isso é visto através da Exegese.

Em segundo lugar, espera-se que o candidato a licenciatura seja um bom conhecedor e defensor dos Símbolos de Fé adotados pela Igreja Presbiteriana do Brasil. Isso é visto através da tese elaborada pelo candidato. Vale ressaltar neste ponto que há o risco de se dar mais ênfase à qualidade da linguagem ou a formatação da tese, deixando em segundo lugar a sua fidelidade na exposição das doutrinas confessionais. Isso seria o equivalente a “coar o mosquito e deixar passar o camelo” (Mateus 23.24)

Em terceiro lugar, espera-se que ele seja capaz de expor publicamente de forma clara e convincente, o conhecimento bíblico e sua confessionalidade, despertando os ouvintes à espiritualidade e à vida piedosa. Esta é a razão pela qual ele apresenta o seu sermão de prova. Aqui, vale a pena ressaltar a observação de Spurgeon:

Um sermão não pode ser julgado pelas palavras, pois alma e vida dele decorrem de sua força interior; o juízo de Deus quanto ao sermão dependerá de quanto havia da verdadeira flor e fruto do Espírito embutido sob a forma do mesmo.²⁹

O Manual do Candidato ao Sagrado Ministério da Palavra de Deus, no Item “4.2.1 - Tese e Exegese”, mostra a importância de se fazer uma correta avaliação destes itens, destacando a nomeação de uma Comissão Especial para cumprir esta função e orientando que haja uma Convocação Extraordinária para ouvir o parecer da referida Comissão.

Sendo aprovado em todas as tarefas que foram determinadas, o candidato é licenciado por uma Comissão nomeada pelo Plenário do Presbitério em uma Cerimônia Pública, onde toda a igreja possa identificá-lo como alguém que recebeu a autorização para pregar o evangelho na Igreja Presbiteriana do Brasil. Ele ainda fica proibido de administrar os atos pastorais, como presidir o Conselho e impetrar a bênção, e os sacramentos. Entretanto, em todas as demais atividades, ele já deve se portar como um pastor.

²⁹ SPURGEON, op cit; p. 55.

3.2 Acompanhar o desenvolvimento da postura pastoral do licenciado

O princípio da associação, usado por Jesus na capacitação dos seus discípulos, é uma boa demonstração do que se espera do tutor neste período de acompanhamento do licenciado.

Segundo Coleman,

O método de ensino natural e informal de Jesus fazia violento contraste com o modo de proceder formal e quase escolástico dos escribas. Aqueles mestres religiosos da época de Jesus insistiam que os seus discípulos aderissem estritamente a certos rituais e fórmulas de conhecimento, mediante o que pudessem ser distinguidos dos demais; ao passo que Jesus tão-somente pedia que os Seus discípulos O seguissem. O conhecimento não era comunicado pelo Mestre em termos de leis e dogmas, mas na personalidade viva de alguém que andava entre eles.³⁰

Não há, neste contexto, um repúdio ao ensino das doutrinas, das leis e de todo o conhecimento teórico necessário à formação, mas sim uma ênfase de que somente a teoria não é suficiente para que haja uma boa formação pastoral.

Muitos cursos de Ensino a Distância têm ocupado um lugar de destaque no ensino das doutrinas reformadas. Isso é bom, mas não suficiente. O ministério só pode ser vivenciado quando se aprende a caminhar ao lado de alguém disposto a lhe ensinar, da mesma forma que Jesus ensinou aos seus discípulos. Apesar da sociedade se tornar cada vez mais individualista, a igreja precisa enfatizar o seu caráter comunitário. E isso deve começar na formação de seus pastores.

Foi na caminhada de Cristo com seus discípulos que ele pode repreender as ações impetuosas de Pedro e elogiá-lo quando procedeu de forma correta. Foi ao lado deles que ele mostrou o que a fé é capaz de fazer. Foi andando com eles que o mestre ensinou o que eles precisavam aprender e como deveriam fazer. Foi na caminhada que eles entenderam o privilégio e o desafio oriundos do chamado. E foi vendo o Mestre que eles aprenderam a servir com alegria e gratidão em todas as circunstâncias. Como afirma Lidório:

Nossa vocação em Cristo é nosso maior privilégio e também nosso maior desafio. Perante tal vocação, devemos louvar a Deus e lhe agradecer pelo privilégio de servir a Cristo ao mesmo tempo em que devemos nos fortalecer no Senhor (Ef 6.10), resistir no dia mau (v.13) e pregar o Evangelho de Deus (v. 19).³¹

³⁰ COLEMAN, Robert E. *O Plano Mestre de Evangelismo*. São Paulo: Mundo Cristão, 1969; p. 40

³¹ LIDÓRIO, op cit; p.29.

Durante o período de licenciatura é necessário que licenciado mostre a sua sinceridade para o exercício piedoso e zeloso para com a obra do Senhor. Baxter, citado por Duarte, afirma que:

O homem que não for totalmente sincero como cristão, não poderá estar apto para ser pastor de igreja. Isto se comprova quanto ao seu amor a Deus... Tampouco serve para ser um ministro de Cristo o homem que não tem adequando e notório espírito para com a igreja. É preciso que ele se deleite com a beleza da Igreja, anele sua felicidade, procure a sua prosperidade e se regozije com o seu bem-estar. Ele deve estar disposto a gastar-se e a ser gasto por amor à Igreja.³²

De uma forma conclusiva, pode-se afirmar que ele estará pronto para ser ordenado quando a glória de Cristo o leve a amar a igreja da mesma forma que Cristo fez, dispondo-se a morrer por ela. Seu conhecimento teológico deve libertá-lo do orgulho e servir como instrumento para edificar a igreja. Sua vida devocional deve ser constante e com propósitos, capacitando-o a compreender a vontade de Deus para a Sua igreja.

De certa forma, o período de licenciatura é uma prova para o tutelado e para o tutor, pois a experiência passada precisa ser de um pastor que, nas palavras de Paulo, “imitou a Cristo” e agora olha para o licenciado e diz: “seja meu imitador, como eu sou de Cristo”. Não é uma cópia do Tutor, mas do aprendizado de como imitar o Senhor Jesus. Quando esta relação se torna visível, está na hora de encaminhá-lo para a ordenação.

3.3 Aprovar os passos constitucionais exigidos para a ordenação

Art. 127 – Quando o Presbitério julgar que o licenciado, durante o período de experiência, deu provas suficientes de haver sido chamado para o ofício sagrado e de que seu trabalho foi bem aceito, tomará as providências para sua ordenação.

Art. 128 – As provas para ordenação consistem de: a) exame da experiência religiosa do ordenando, mormente depois de licenciado; das doutrinas e práticas mais correntes no momento; história eclesiástica, movimento missionário, sacramentos e problemas da igreja; b) sermão em público perante o Presbitério.

Assim que o tutor eclesiástico do licenciado apresentar o seu Relatório com o pedido de ordenação, o concílio se reunirá para examiná-lo mais uma vez. O objetivo básico deste exame é avaliar o progresso intelectual do licenciado e o seu conhecimento sobre questões realizadas à atualidade. Todas as cinco áreas de conhecimento abordadas pela Constituição da IPB refletem a necessidade de o licenciado estar atento aos

³² DUARTE; p. 103.

acontecimentos na sua igreja local e em toda a amplitude da igreja do Senhor. Ele precisa mostrar-se preparado para assumir um rebanho, sem deixar de entender que seu chamado vai muito além deste grupo que Deus colocou sob seus cuidados.

A segunda prova para ordenação é o sermão de prova. Diferentemente do sermão pregado para a licenciatura, este não apresenta nenhuma exigência específica na Constituição da IPB. Isso não significa que os quesitos anteriores foram dispensados, mas deve-se ter em mente que o formalismo acadêmico esperado de um recém ordenado, não seja mais o tópico mais importante a ser avaliado neste sermão.

O pregador que almeja a ordenação tem de saber o valor da palavra para a edificação da igreja e demonstrar sua plena submissão a Deus. Spurgeon faz uma importante observação:

Amados, observo que Deus confia Suas mensagens aos que estão *completamente submissos a Ele*. Falando com certos irmãos ou lendo seus escritos, pergunto a mim mesmo quem é o Senhor e quem é o servo, se o homem, ou Deus. Lamento seus erros e aflijo-me ainda mais pelo espírito demonstrado.³³

Este sermão precisa mostrar que o futuro pastor é um servo e que sua palavra nada mais é do que o anúncio da Palavra de Deus.

3.4 Efetivar a Ordenação

Art. 130 – Julgadas suficientes as provas, passará o Presbitério a ordená-lo, de conformidade com a liturgia da Igreja Presbiteriana do Brasil.

Concluídas todas as etapas e estando o licenciado apto para ordenação, o Presbitério nomeará uma Comissão Especial para efetivar a ordenação, em culto público, conforme os “*Princípios de Liturgia da IPB*”, *Capítulo XIV – “Ordenação de Ministros, art. 32 ao art. 36”*. Na conclusão dessa cerimônia, o recém ordenado impetrará a bênção apostólica, sendo este o seu primeiro ato pastoral.

Considerações Finais

O presente artigo procurou analisar as responsabilidades que pairam sobre o Presbitério na formação de um pastor presbiteriano. Foram analisados os passos necessários desde o momento em que o Conselho da igreja local encaminha um documento, atestando os dons

³³ SPURGEON; p. 107.

do “aspirante” e recomendando-o à candidatura, até o ato de sua ordenação ao Sagrado Ministério da Palavra.

O trabalho dividiu-se em três partes: (1) Responsabilidades que precedem o período do Curso Teológico; (2) Responsabilidades durante o Curso Teológico e; (3) Responsabilidades posteriores ao Curso Teológico. Em cada etapa foram discutidos os aspectos constitucionais e destacadas as expectativas que são almejadas para que haja uma boa formação dos Pastores da Igreja Presbiteriana do Brasil.

De uma forma geral, pode-se perceber que a caminhada longa e árdua para que aquele que se sentiu chamado para o Ministério seja ordenado, tem seus propósitos. Em primeiro lugar, espera-se que aquele que almeja o ministério demonstre o chamado em sua vida e em seus atos. O pastor não pode ser ordenado apenas pelo seu sentimento; ele precisa do aval da igreja e dos conciliares que o acompanharão.

Em segundo lugar, espera-se que aquele que almeja o ministério seja capaz de submeter-se plenamente ao concílio. Se alguém se diz chamado para o ministério, mas antes mesmo de ser ordenado já quer fazer as coisas “da sua forma”, já está dando o primeiro passo errado. Uma das primeiras marcas na vida de Jesus foi a sua submissão plena ao pai.

Um terceiro propósito de todo este processo é observar o crescimento acadêmico e devocional na vida daquele que almeja o ministério. As qualidades e os defeitos observados no primeiro momento não são suficientes para avaliar um ministério inteiro. O tempo na igreja, o tempo no seminário, o tempo com o tutor são fundamentais para que se possa fazer um juízo mais adequado de sua postura pastoral.

Poderiam ser elencados outros propósitos, mas estes três já são suficientes para se destacar algumas figuras essenciais para que eles sejam alcançados. A primeira figura é a do Tutor Eclesiástico. Durante todo o período de candidatura e de licenciatura, a figura do tutor recebe destaque. É seu o papel de acompanhar o candidato em sua formação, seja no seminário, seja na igreja. É seu o papel de acompanhar o licenciado em sua experiência pastoral.

O tutor é quem apresenta ao presbitério os relatórios que apontam o desenvolvimento ou estagnação do candidato. É ele quem solicita a ordenação. O tutor é a figura chave para que o processo que visa à ordenação caminhe de forma a alcançar sucesso ou fracasso. É uma pena que existam tutores que se veem apenas como relatores das atividades e notas do candidato. Ele é o parceiro que caminha ao lado, até a conclusão da jornada.

Outra figura essencial neste processo é o Seminário. O tempo de estudos não tem apenas a finalidade de preencher uma gama de conhecimentos na cabeça de um aluno, para que ele possa responder às perguntas de forma correta. O Seminário é um tempo de provação, onde o aluno precisa aprender os conteúdos ministrados, manter ativa a sua vida devocional, conviver com colegas de turmas, professores e todo o ambiente acadêmico pastoral da instituição teológica.

O seminário, dizem alguns, é o tempo do deserto na vida do pastor. Mas o que se deve enfatizar é que no deserto Deus se mostrou presente e provedor, fez milagres, ensinou o povo, dando-lhes as leis, construiu o tabernáculo, estabeleceu os princípios de culto e organizou toda a liderança do seu povo. Eles saíram do Egito como escravos e chegaram a Canaã, como uma nação. É no seminário que esta transformação precisa acontecer.

Para concluir, a igreja é outra figura essencial neste processo. Se o tutor é aquele que caminha ao lado e o seminário é o agente que promove o crescimento, a igreja é o local onde o amadurecimento é percebido. Quanto mais distante da igreja o candidato estiver, mais dificilmente será desenvolvido o seu caráter pastoral. Ele precisa pregar, ensinar, visitar, participar ativamente das atividades da igreja, para que os membros possam chancelar a sua vocação.

O presbitério tem a responsabilidade de fazer com que este processo seja efetivado e que os propósitos exarados sejam alcançados. É deste concílio a responsabilidade de nomear o tutor, designar o seminário e indicar a igreja que acompanharão o candidato em todo o seu tempo de preparo. Estes serão os responsáveis por relatar a atitude zelosa e submissa, a maturidade na vida acadêmica e na piedade cristã e a convicção de que aquele que se sente chamado, está apto a ser ordenado Pastor da Igreja Presbiteriana do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAXTER, Richard, Manual Pastoral de Discipulado, 2ª Edição. Cultura Cristã, 2015. 224p.

CALVINO, João. As institutas da religião cristã. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1985, Livro IV

COLEMAN, Robert E. O Plano Mestre de Evangelismo. São Paulo: Mundo Cristão, 1969; 143p. p. 40

DUARTE, Jedeias de Almeida. “A Vocação para o serviço ou o Serviço dos vocacionados?”. Revista Fides Reformata XVI, nº2. São Paulo: Editora Mackenzie, 2016.

Junta de Educação Teológica. Vocação: Preparo para o Ministério Pastoral. São Paulo: Cultura Cristã, 2009. 96p.

LIDÓRIO, Ronaldo, Vocacionados. Belo Horizonte: Betânia, 2014, 48p

MEISTER, Mauro. A Matriz da Educação Cristã e a Missão da Igreja. Revista Fides Reformata XIX, nº1. São Paulo: Editora Mackenzie, 2014.

REIS, Gildásio J. B. dos. “O Pastor e o Discipulado: um apelo aos pastores para resgatarem a mentoria espiritual”. Revista Fides Reformata XVIII, nº2. São Paulo: Editora Mackenzie, 1996

SANTOS, Valdeci da Silva. “Educação Teológica para um Ministério Urbano Multicultural”. Revista Fides Reformata XXII, nº1. São Paulo: Editora Mackenzie, 2017.

SIMONTON, Ashbel Green. O Diário de Simonton. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1982. 232p.

SPURGEON, Charles H. Um Ministério ideal: São Paulo: PES, 2005; 144p

YOUSSEF, Michael. O Estilo de Liderança de Jesus. Venda Nova/MG: Editora Betânia, 1987.

VEITH, Gene Edward, Jr. Deus em Ação: a vocação em todos os setores da vida. São Paulo: Cultura Cristã, 2007. 128p.

Artigos da Internet

Catecismo Maior de Westminster, disponível em

http://monergismo.com/textos/catecismos/catecismomaior_westminster.htm. Acessado em 16/12/2019.

Conteúdo Programático Curricular dos Seminários da Igreja Presbiteriana do Brasil, disponível em <http://seminariosimonton.com.br/documentos/conteudo-programatico.pdf>. Acessado em 16/12/2019.

Digesto Presbiteriano, disponível em

<http://se.icalvinus.net/icalvinus.php?d=1576516483427>. Acessado em 16/12/2019.

Magalhães, Ageu. 10 mitos sobre a educação teológica da IPB. Disponível em

<http://www.seminariojmc.br/index.php/2018/01/17/10-mitos-sobre-a-educacao-teologica-da-ipb/>. Acessado em 15/11/2019, às 17h25min

Dossiê Redescobrimo a Vocação

A AÇÃO DO ESPÍRITO SANTO NA VOCAÇÃO MINISTERIAL

Rev. Me. Daniel Oliveira Kozlowski de Farias¹
STPS; Universidade Presbiteriana Mackenzie

RESUMO

A necessidade de se considerar e refletir a respeito da vocação ministerial tem sido tratado como um tema de extrema relevância dentro da Teologia Reformada e sua eclesiologia, para que não sejam admitidos ao ministério, como foram no passado, homens inaptos ao ministério eclesiástico. O ponto fulcral desta reflexão passa pela compreensão da ação do Espírito Santo na vocação ministerial. Este é o objetivo deste artigo que pretende abordar rapidamente, a ação Pneumatológica no processo de vocação e convencimento do vocacionado. No segundo momento a ação do Espírito ao conceder dons para equipar o vocacionado para o exercício do ministério. Observando a convicção interna que surge no coração do que é vocacionado através do exercício do trabalho que é realizado na dependência da ação do Espírito Santo.

PALAVRAS-CHAVE: Espírito Santo; Vocação; Ministério Pastoral; Convicção; Igreja Presbiteriana do Brasil.

ABSTRACT

The need to consider and reflect on the ministerial vocation has been treated as an extremely relevant theme within Reformed theology and its ecclesiology, so that men who are unfit for ecclesiastical ministry are not admitted to the ministry, as they were in the past. The focal point of this reflection is the understanding of the action of the Holy Spirit in the ministerial vocation. This is the objective of this article that intends to approach briefly, the Pneumatological action in the process of vocation and conviction of the vocated. In the second moment, the action of the Spirit in granting gifts to equip the vocationed for the exercise of the ministry. Observing the internal conviction that arises in the heart of the one who is vocated through the exercise of the work that is carried out in dependence on the action of the Holy Spirit.

KEYWORDS: Holy Spirit; Vocation; Pastoral Ministry; Conviction; Presbyterian Church of Brazil.

¹ Pastor presbiteriano. Bacharel em Teologia pelo Seminário Presbiteriano Rev. Ashbel Green Simonton. Especialização em Teologia bíblica, sistemática e pastoral pela Faculdade Batista do Rio de Janeiro. Mestre em Educação, arte e história da cultura na Universidade Presbiteriana Mackenzie. Professor de disciplinas do departamento de Teologia Sistemática e do departamento Teologia Pastoral no Seminário Presbiteriano Rev. Ashbel Green Simonton. E-mail: profdanielstps@gmail.com

Fiel é a palavra: se alguém aspira ao episcopado, excelente obra almeja (1ª Tm 3.1).

Uma das questões que mais desafia aqueles que se sentem vocacionados ao ministério pastoral é encontrar uma maneira de responder a indagação feita pelos concílios da Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB), conforme prescrito na Constituição Interna da Igreja Presbiteriana do Brasil (CI/IPB), de que os que se sentirem vocacionados deverão dar os motivos por que desejam o ministério. De fato, esse cuidado dos nossos concílios, se mostra necessário para buscar salvaguardar a integridade do ministério pastoral e a pureza da igreja. Esse cuidado tem sido recomendado através dos tempos, para que não sejam admitidos ao ministério, como foram no passado, homens inaptos ao ministério eclesiástico como bem destaca o reformador João Calvino (1509-1564).

Por isso, para que homens inquietos e turbulentos não assumissem temerariamente o ofício de ensinar ou reger a igreja, o que, aliás, aconteceria depois, tomou-se a precaução de que ninguém exercesse um ministério público na igreja sem que fosse vocacionado. Para alguém ser considerado verdadeiro ministro da Igreja, exige-se antes de tudo que tenha sido devidamente chamado (Hb 5,4), e que depois tenha respondido à vocação, isto é, que exerça o ministério que lhe compete. (CALVINO, 2009B, p. 508)

O aspecto interior, ou pessoal, da vocação é definitivamente algo subjetivo e por isso mesmo torna-se difícil de explicar os motivos que levam alguém a se sentir vocacionado. Essa subjetividade, porém, pode ser um pouco melhor compreendida quando buscamos olhar pelo prisma pneumatológico a vocação e o que leva o vocacionado a desejar o ministério pastoral.

Por isso vamos examinar, rapidamente, a ação do Espírito Santo no processo de vocação e convencimento do vocacionado. No segundo momento a ação do Espírito ao conceder dons para equipar o vocacionado para o exercício do ministério.

Outro aspecto a ser observado é a convicção interna que surge no coração do que se sente vocacionado através do exercício do trabalho que lhe é confiado e realizado na dependência da ação do Espírito Santo.

1 O ESPÍRITO SANTO COMO O AGENTE DA VOCAÇÃO

A pneumatologia é a área da teologia sistemática que procura estudar e entender a pessoa e a ação do Espírito Santo. Assim, a pneumatologia tem sido definida como a doutrina do Espírito Santo.

Durante muito tempo, vários teólogos mergulharam nas águas profundas e de certa forma bem turvas na busca do conhecimento pneumatológico. Parte dessa turbidez pode

ser explicada com base na subjetividade da ação do Espírito, como bem destaca o teólogo reformado e estadista holandês Abraham Kuyper (1837-1920) ao pontuar que ocorrem nas escrituras fatos e apreciações simbólicas, mas que tão logo elas desaparecem, o ser do Espírito Santo permanece enigmático, misterioso e que quase toda a instrução divina relativa ao Espírito Santo é igualmente obscura, inteligível apenas até o ponto em que ele torna claro apenas aquele a quem quer se revelar (KUYPER, 2010). Esta reflexão inicial se faz necessária para que possamos adentrar no território da pneumatologia.

Sabedores desses desafios, propomos olhar um pouco mais detalhadamente para a ação do Espírito Santo na execução das obras de Deus antes de adentrarmos na discussão da vocação interior propriamente dita. Ao falarmos “das obras de Deus”, precisamos ter em mente que nos referimos as obras que são realizadas pelas três Pessoas de forma conjunta e simultânea. Também é preciso notar que há uma diferenciação entre as obras externas (*opera ad extra*) e as obras que se dão internamente a Trindade (*opera ad intra*). Neste estudo nos deteremos exclusivamente sobre uma das obras externas, a saber a vocação.

De forma bem resumida e objetiva, tendo como modelo a criação do universo, Kuyper propõe que em toda a obra que a Trindade realiza pode-se fazer seguinte distinção: “o poder de *criar* procede do Pai; o poder de *organizar* procede do Filho; e o poder de *aperfeiçoar* procede do Espírito Santo” (KUYPER, 2010, p. 57). Essa distinção pode ser compreendida da seguinte forma, o Pai traz a existência a matéria primitiva ainda informe, o Filho dá forma essa matéria e o Espírito Santo conduz a “criatura ao seu destino, fazer com que se desenvolva de acordo com a sua natureza, para torná-la perfeita” (KUYPER, 2010, p. 59). Desta forma, podemos perceber que cabe ao Espírito tornar perceptível a execução daquilo que se decretou e foi executado pela Trindade. O teólogo reformado e pastor norte-americano Charles Hodge (1797-1878) define o Espírito Santo como aquele que comunica “o poder ou eficiência de Deus, isto é, a pessoa por meio de quem se exerce a eficiência de Deus” (HODGE, 2001, p. 389). O grande reformador francês João Calvino, que recebeu o epíteto de teólogo do Espírito Santo (o que se mostra justificado quando examinamos os seus escritos), percebe que a pessoa do Espírito é o grande dinamizador de toda obra de Deus. Sendo o Espírito o grande dinamizador ou, como também é chamado, o grande executivo das obras de Deus, a vocação é também resultado direto da ação do Espírito Santo na vida daqueles aos quais tem chamado.

Embora a ação do Espírito não possa ser confinada a um determinado padrão, como por exemplo, nas manifestações de convocação registradas no Antigo Testamento dos profetas e demais líderes, podemos perceber a sarça que arde e não se consome para chamar Moisés (Êx 3.2) para se tornar o grande líder do povo de Israel em sua saída do Egito, mas não há outra manifestação semelhante em toda Escritura. De outro modo o Espírito manifesta a presença de Deus ao profeta Elias através de um cicio suave o levando para fora da caverna (2Rs 19.12-13) e tantos outros episódios que poderíamos examinar e perceber em cada um existe uma particularidade da ação pneumática. Porém em todos os episódios vocacionais há um componente que se repete, a vontade daquele que está sendo chamado é por fim, mesmo depois de inúmeras de respostas evasivas como: “sou pesado de língua”, “não passo de uma criança”, “sou o mais novo da casa de meu pai” e outras mais, termina sendo movida na direção daquele que chama e para o que ele chama.

Esse mover da vontade do vocacionado, que parte de um episódio inicial de resistência para a aceitação e aspiração, é um dos passos iniciais e fundamentais para que aquele que é chamado entenda que está sendo levado a almejar, não obrigado, a uma grande obra. O que o leva a perceber que o Espírito trabalha em seu íntimo o impelindo para algo que ainda pode até não compreender, mas que é essa a vontade de Deus, apesar de todas as suas limitações! O que nos leva a examinar um segundo momento do processo de vocacional executado pelo Espírito Santo.

2 O ESPÍRITO SANTO, AQUELE QUE CHAMA E CAPACITA

O apóstolo Paulo escreve aos filipenses: “Estou plenamente certo de que aquele que começou boa obra em vós há de completá-la até ao Dia de Cristo Jesus” (Fp 2.6). Essa e outras passagens apontam claramente para ação do Espírito Santo como aquele que aperfeiçoa os cristãos para cumprir o chamado de Deus. O Espírito também é apresentado nas Escrituras como o despenseiro dos dons e talentos.

Embora o nosso foco central seja a vocação pastoral, cabe aqui que olhemos inicialmente de forma mais ampla de como o Espírito concede a todos os seres humanos dons e talentos para cumprirem o propósito que foram chamados.

A concessão de dons e talentos é uma das formas que o Espírito executa o governo divino no mundo. As Escrituras nos falam de homens que receberam talentos de Deus para governarem, como Davi, Salomão e Ciro. Outros que se mostraram exímios artistas

como Bezalel e Aoliabe (Êx 31.1-11). Outros como José e Daniel, que além de sua fé se revelaram sábios administradores.

Os dons e talentos, como bem resume o teólogo e pastor reformado escocês Sinclair B. Ferguson (1948-), são como “a poderosa presença de Deus se revela em seu Espírito com vistas ao cumprimento de uma variedade de propósitos” (FERGUSON, 2014, p. 26). Se o Espírito age nas obras de Deus levando a criatura ao seu aperfeiçoamento e cumprimento do seu propósito, nada mais natural do que entender que, se o Espírito Santo chama alguém para algo, logo ele também o capacitará para que tenha meios de cumprir o seu chamado.

Essa capacitação começa a despertar no vocacionado a percepção dos seus dons e talentos naturais, mas também dos novos dons que lhe são concedidos a cada momento. Por exemplo, a inclinação para o ensino voltado as questões da palavra de Deus. Outras vezes pode ser o discernimento e sabedoria para orientar e aconselhar quem está ao seu redor. Esses dons visam que o vocacionado seja equipado para desenvolver o seu ministério e como um sinal para si próprio desse chamado. Outro fator é que a manifestação desses dons indica também aos de fora o surgimento dessa vocação.

Não há vocacionado sem dons. Necessariamente a vocação executada pelo Espírito Santo é acompanhada de dons. Esses dons que concedidos precisam, necessariamente, serem aplicados e desenvolvidos no âmbito da igreja, possibilitando ao próprio vocacionado reconhecê-los e aqueles que são abençoados por esses dons poderão testificar dessa vocação também.

Assim, tanto externamente, pela igreja, quanto internamente começam a surgir evidências deste chamado. Sendo a evidência interna um fator preponderante para que o vocacionado seja movido para a direção certa e tenha certeza para onde está indo, como Calvino disse certa vez “quando um homem sabe que Deus é seu Guia em todos os planos de sua vida, até em meio a seus trabalhos, dificuldades e outras cargas, sente um consolo incomparável” (CALVINO, 2001, p. 76). Esse consolo se traduz na convicção interna, que passaremos a observar em seguida.

3 A CONVICÇÃO INTERNA COMO RESULTADO DA AÇÃO ESPÍRITO SANTO

Fiel é a palavra: se alguém aspira ao episcopado, excelente obra almeja. (1ª Tm 3.1). Talvez esse seja um dos textos mais emblemáticos para se pensar a respeito da vocação e

da convicção interna, pois fala claramente da vontade do vocacionado que se move em direção de sua vocação. Calvino afirma que a convicção interna, ou vocação interior, indica os motivos que o vocacionado é atraído para o ministério:

Essa vocação interior é o bom testemunho de nosso coração que não nos aproximamos do ministério por ambição, avareza ou qualquer outra cobiça, mas por sincero temor de Deus e para a edificação da Igreja (CALVINO, 2009B, p. 509).

A convicção interna não surge do nada, mas é fruto da obra de iluminação realizado pelo Espírito Santo que leva o vocacionado a vislumbrar o caminho do ministério como parte fundamental da sua vida. O Espírito vai iluminando a mente do vocacionado de tal forma que ele se sente, primeiramente impelido a fazer algo que sente ser a vontade de Deus. Num segundo momento ele se percebe como estando física, mental e espiritualmente a altura do desafio que lhe está sendo proposto, isso se dá pela concessão de dons pelo Espírito ao vocacionado.

Há ainda um terceiro elemento que forma a convicção interna de um vocacionado, que alinha os dois momentos anteriores. Com a vontade sendo movida em direção ao objetivo de se tornar um ministro e utilizando os dons que lhes estão sendo concedidos, o vocacionado experimenta a pavimentação do caminho ministerial que Deus vai operando através daquilo em que tem trabalhado.

Da mesma forma que se pressupõe que deve haver satisfação pessoal exercício de qualquer profissão, também o vocacionado experimenta dessa mesma satisfação pessoal, a sensação de realização do seu propósito de vida. Ninguém pode abraçar o ministério sentindo-se obrigado, constrangido ou que é um fardo extremamente penoso e pesado.

Muito embora aquele que é vocacionado necessite ser conscientizado da severidade da vida ministerial, de suas inúmeras lutas e dissabores para que não entre no ministério com uma visão romantizada e venha a desfalecer. Por outro lado, ele deve ser encorajado a buscar e experimentar essa sensação de satisfação e contentamento ao exercer o ministério que lhe é confiado, seja na administração dos sacramentos, em um sermão ou na solução de algum tipo de conflito em que atue como mediador. Se por um lado os dons aparelham o vocacionado, o uso desses dons e o êxito experimentado através da ação do Espírito Santo vão fortalecendo o sentimento de vocação e o desejo de abraçar o ministério, por amor a Deus e ao seu Reino, como disse Calvino, é “um desejo piedoso que os homens consagrados possuem, ou seja, aplicar seu conhecimento da doutrina para a edificação da Igreja”. (CALVINO, 2009A, p. 79).

Essa convicção interna difere em muito de qualquer tipo de sentimento de arrogância ou de pretensa superioridade, antes é marcada por uma postura de humildade, dependência da ação do Espírito em sua vida e consciência de que está sendo guiado para uma tarefa específica, logo suas habilidades são limitadas para o desempenho da missão que está lhe sendo confiada. Este conhecimento é importante para que não aconteça, conforme Calvino alerta, que “ninguém deve ser tentado por sua própria jactância a levar a cabo nada que não seja compatível com o seu chamamento, porque tem que saber que é incorreto ultrapassar os limites impostos por Deus” (CALVINO, 2001, p. 76). Embora aquele que é vocacionado seja habilitado para as funções mais elementares do ministério, ele também saberá identificar para qual área mais específica o seu ministério irá revelar a sua ênfase.

A convicção pessoal é, em última instância, a forma de o Espírito Santo iluminar aquele a quem tem chamado a sua vocação, capacitando e o levando a experimentar o êxito do serviço divino, mesmo diante de suas limitações. De forma que aquele que se sente vocacionado se apresenta voluntariamente e desejoso de servir a Deus no ministério pastoral.

Calvino muito bem destaca esse elemento da vontade de servir ao dizer que os que são vocacionados “devem fazer de um espontâneo oferecimento a Deus, de si próprios e de seu trabalho, mesmo antes de serem eles admitidos a algum ofício eclesiástico [...]” (CALVINO, 2009A, p. 79). Aquele que aspira o ministério demonstra prazer em servir ao corpo de Cristo, antes mesmo de ser aceito e declarado como ministro do evangelho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora, como já afirmado no início, de fato seja algo extremamente subjetivo os motivos que levam alguém a desejar o ministério pastoral e que não há possibilidade de uma resposta, sincera, padronizada para que seja considerada certa em todas as ocasiões, temos sim como observar as ações do Espírito Santo no processo de despertar a vocação de alguém.

É importante ter essa ação em mente pois é o Espírito que convoca, molda o caminho e move a vontade do vocacionado por ele. Nenhuma vocação nasce da simples inclinação humana, muito menos a vocação ministerial. Assim, como nas Escrituras, o Espírito continua a chamar aqueles a quem escolheu para servirem no ministério de forma particular e única. Esse aspecto precisa estar claro na mente dos conciliares ao

examinarem os que se apresentam, como também na dos que se sentem vocacionados. Essa consciência ajudará a fugir das fórmulas prontas e a olhar para a ação pessoal do Espírito.

O vocacionado recebe dons para exercer a sua missão, dons que precisam ser desenvolvidos e por isso ele precisa se apresentar para servir. A utilização destes dons fortalece a mente e o coração do vocacionado, o levando a perceber que o Espírito não só o chama, mas também o capacita de forma a deixá-lo à altura do desafio que lhe está sendo proposto. Os dons também sinalizam para a igreja a ação do Espírito e o despertar de uma vocação, por isso todos os que se sentem vocacionados necessariamente precisam se apresentar e servirem na igreja sob a supervisão dos pastores e presbíteros.

Finalmente, o vocacionado precisa experimentar a satisfação de ver o que o Espírito está fazendo através de sua vida. Essa satisfação pessoal não pode ser confundida com arrogância ou vaidade, mas de reconhecimento de estar cumprindo o seu propósito na dependência e através da ação do Espírito. O que provoca naquele que é vocacionado a convicção interna que o leva a desejar, ardentemente, servir a Deus e ao seu Reino através do ministério pastoral.

Embora seja uma questão desafiadora, julgar e apresentar os motivos que levam alguém a desejar o ministério, os aspirantes ao sagrado ministério devem buscar perceber a ação do Espírito Santo, que lhes tem despertado e capacitado para cumprirem a missão a que são chamados. Na dependência tão somente do Espírito e no reconhecimento de que são por ele chamados, poderão com toda clareza mostrar que a vontade de ser ministro brota de já vivenciarem no estágio embrionário aquilo que o Espírito Santo os mostra como futuro de suas vidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERKHOF, Louis. Teologia Sistemática. Tradução de Odayr Olivetti. 4ª. ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2012.

CALVINO, João. A verdadeira vida cristã. Tradução de Daniel Costa. São Paulo: Novo Século, 2001.

_____. As Institutas: edição especial com notas para estudo e pesquisa.

Tradução de Odayr Olivetti. 1ª. ed. São Paulo: Cultura Cristã, v. 4, 2006.

- _____. As Institutas: edição especial com notas para estudo e pesquisa. Tradução de Odayr Olivetti. 1ª. ed. São Paulo: Cultura Cristã, v. 1, 2006.
- _____. Pastorais. Tradução de Valter Graciano Martins. 1ª. ed. São José dos Campos: Ediora Fiel, 2009A.
- _____. A Instituição da religião cristã. Tradução de Omayr J. de Moraes e Elaine C. Satorelli. São Paulo: UNESP, v. Tomo II, Livros III e IV, 2009B.
- CÉSAR, Kléos M. L. Vocação: perspectivas bíblicas e teológicas. Viçosa: Ultimato, 1997.
- FERGUSON, Sinclair B. O Espírito Santo. Tradução de Valter Graciano Martins. 2ª. ed. Recife: Puritanos, 2014.
- HODGE, Charles. Teologia Sistemática. Tradução de Valter Martins. São Paulo: Hagnos, 2001.
- KUYPER, Abraham. A obra do Espírito Santo. Tradução de Neuza Batista da Silva. 1ª. ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2010.

Dossiê Redescobrimo a Vocação

A TEOLOGIA DA VOCAÇÃO EM JOSEPH RATZINGER

Rev. Doutorando Heber Ramos Bertuci ¹

STPS; Universidade Presbiteriana Mackenzie; PUC-RJ

RESUMO

Nesse artigo será abordado o tema “A Teologia da Vocação em Joseph Ratzinger”. A delimitação encontra-se na explicação de uma síntese sobre o que o teólogo alemão ensina sobre ser pastor. O artigo, portanto, tem linha estritamente poimênica. Antes de explicar sobre Ratzinger e a vocação, há uma primeira seção onde se apresenta o que significa o termo “confessional”. A ênfase é que, ao lado da confessionalidade, deve haver a liberdade acadêmica, para que os assuntos sejam apresentados e analisados com ciência, competência e arte. Na segunda seção, explica-se um pouco sobre a carreira teológica de Ratzinger, ainda bastante desconhecida de grande parte dos presbiterianos. Na terceira seção, entra-se na teologia ratzingeriana propriamente dita, com o objetivo de analisar alguns pontos que a vocação pastoral pode adotar como sua prática diária. Ratzinger ensina que ser pastor é se sentir vocacionado e superar as crises; ser pastor é apascentar as ovelhas; ser pastor é conscientizar o ser humano de sua peregrinação neste mundo; e ser pastor é buscar e viver a verdade.

PALAVRAS-CHAVE: Vocação; Joseph Ratzinger; Confessionalidade; Pastor; Verdade.

ABSTRACT

In this article the topic “The Theology of Vocation in Joseph Ratzinger” will be addressed. The de-limitation lies in the explanation of a synthesis of what the German theologian teaches about being a pastor. The article, therefore, has a strictly poimenic line. Before explain-ing about Rat-zinger and the vocation, there is a first section where it is presented what is meant by the term "confessional". The emphasis is that alongside confessionality there must be aca-demic freedom, so that subjects can be presented and analyzed with science, competence and art. In the second section, Ratzinger's theological career, still unknown to most Presbyterians, is explained. In the third section, we will go into Ratzinger's theology itself, to analyze some points that the pastoral vocation can

¹ Bacharel em Teologia pelo Seminário Teológico Presbiteriano Rev. José Manoel da Conceição - SP (2008) e pela Universidade Presbiteriana Mackenzie - SP (2009); Mestre em Ciências da Religião pela Universidade Presbiteriana Mackenzie - SP (2016); Mestre em Divindade, com concentração em Teologia Filosófica, pelo Centro Presbiteriano de Pós-Graduação Andrew Jumper - SP (2017); Doutorando em Teologia, com concentração em Teologia Sistemático-Pastoral, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2019 -). Professor do Seminário Teológico Presbiteriano Rev. Ashbel Green Simonton - RJ.

adopt as its daily practice. Ratzinger teaches that to be a pastor is to feel called and to overcome crises; to be a pastor is to feed the sheep; to be a pastor is to make the human being aware of his pilgrimage in this world; and to be a pastor is to seek and live the truth.

KEYWORDS: Vocation; Joseph Ratzinger; Confessionality; Pastor; Truth.

O retorno da Revista Teológica do Seminário Presbiteriano Ashbel Green Simonton dispõe artigos que expressam a “teologia caseira”, a partir da qual seus professores puderam escrever um tema comum e universal entregue a eles: “redescobrimo a vocação”. Em breve terei acesso aos demais artigos e os lerei a fim de que possa aprender com a exposição dos colegas. O tema encomendado a mim pelo amado professor Sérgio Kitagawa não deixa de ser, além de um privilégio, grande responsabilidade: “A Teologia da Vocação em Joseph Ratzinger”. Pelo que sei, é a primeira vez que um autor presbiteriano tem a responsabilidade de escrever sobre o teólogo alemão Joseph Ratzinger (1927 -) em um veículo de comunicação que é uma das “vozes oficiais” da Igreja Presbiteriana do Brasil. Toda vez que somos o pioneiro em fazer algo, não apenas a responsabilidade é maior, pois somos a porta de entrada de determinada pesquisa em nosso meio confessional, mas também as críticas construtivas (ou não) são inéditas, tendo que ser administradas e respondidas de modo claro e com mansidão e respeito. Sou leitor de Ratzinger há alguns anos, desde a época que era seminarista presbiteriano. Entretanto, aprofundei-me nas pesquisas sobre ele nos últimos três anos. Tenho a alegria de ter alguns artigos publicados sobre ele, e de estar concluindo meu Doutorado em Teologia sobre ele, pesquisando o tema “Ampliando o Horizonte da Razão: Fé a Razão no Pensamento de Joseph Ratzinger.

Nesse artigo, pretendo abordar a “A Teologia da Vocação em Joseph Ratzinger” explicando um pouco do que o teólogo alemão ensina sobre ser pastor. O texto, portanto, tem linha estritamente poimênica. Antes de explicar sobre Ratzinger e a vocação, escrevo uma primeira seção onde apresento o que entendo pelo termo confessional. Minha tese é que, ao escrever sobre um teólogo católico, eu não deixei de ser confessional e presbiteriano. Ao lado da confessionalidade deve haver a liberdade acadêmica, para que os assuntos sejam apresentados e analisados com ciência, competência e arte. Na segunda seção, explico um pouco sobre a carreira teológica de Ratzinger, ainda bastante desconhecida de grande parte dos presbiterianos. Na terceira seção, entro na teologia ratzingeriana propriamente dita, com o propósito de analisar alguns pontos que a vocação pastoral pode adotar como sua prática diária. De acordo com o que percebi em minhas

leituras, Ratzinger ensina que ser pastor é se sentir vocacionado e superar as crises; ser pastor é apascentar as ovelhas; ser pastor é conscientizar o ser humano de sua peregrinação neste mundo; e ser pastor é buscar e viver a verdade. Desejo que esses assuntos sejam bem aproveitados por todos os leitores dessas páginas. Estou à disposição para responder qualquer dúvida que, porventura, surgir.

1 CONFSSIONALIDADE E LIBERDADE ACADÊMICA

1.1 Um presbiteriano escrevendo sobre Joseph Ratzinger?

Senti-me honrado com o convite que me foi feito para escrever sobre um tema tão desafiador. Não pude resigná-lo, mesmo ficando um pouco ansioso quando a proposta me foi feita. Uma das leituras que fiz na época que cursei Teologia na Universidade Presbiteriana Mackenzie (São Paulo), foi o livro *A Arte da Pesquisa* (publicado, originalmente, em 2005), dos estudiosos Wayne C. Booth (1921-2005), Gregory G. Colomb (1951-2011) e Joseph M. Williams (1933-2008). Estes autores me conscientizaram que, mesmo quando nos sentimos um pouco ansiosos ao iniciarmos uma pesquisa, podemos ter certeza de que alcançaremos o prazer da investigação.² Toda pesquisa possui dupla relevância: primeiramente, a satisfação pessoal: “a pesquisa é um trabalho árduo, mas, assim como todo trabalho desafiador bem feito, tanto o processo quanto os resultados trazem enorme satisfação pessoal.”³ Ao desenvolvermos nosso tema, permitimos que ele transforme nossa realidade com suas ilações. Particularmente, aprecio os estudantes que se envolvem tanto com seus objetos de pesquisa, que passam a incorporá-los em seu vocabulário e dinâmica, sem, contudo, perder sua personalidade e estilo. Em segundo lugar, uma vez que as pesquisas e seus resultados exigem perene reflexão sobre a relação do trabalho do pesquisador com os leitores, pesquisar implica clara relevância social. Cada pesquisador deve acreditar que “... o que tem a dizer é algo bastante importante para levar os leitores a mudar de vida, modificando o modo de pensar.”⁴ Se as pesquisas gerais são assim, quanto mais as de cunho cristão. Assim que saí do Instituto Bíblico Eduardo Lane (IBEL), resolvi comprar um livro de pregação chamado *Pregação Cristocêntrica* (lançado, originalmente, em 1994), de um autor

² BOOTH, Wayne; COLOMB, Gregory; WILLIAMS, Joseph, *A arte da pesquisa*, p. 1.

³ BOOTH, Wayne; COLOMB, Gregory; WILLIAMS, Joseph, *A arte da pesquisa*, p. 6.

⁴ BOOTH, Wayne; COLOMB, Gregory; WILLIAMS, Joseph, *A arte da pesquisa*, p. 6.

chamado Bryan Chapell (1954 -). Uma das frases que mais me fez entender o anúncio do Evangelho na pregação foi: “não somos simplesmente ministros de informação; somos ministros da transformação de Cristo”.⁵ Quando nos conscientizamos de que estamos em um momento de crise de religiosidade e das grandes culturas, entendemos que temos algo a dizer aos outros, pois sabemos que a questão de Deus não é privada, apenas para nós, como se pertencêssemos um clube que tem seus próprios interesses e faz seu jogo. Joseph Ratzinger (1927 -) escreveu: “Um cristianismo que se retira ao nível de associação privada e perde a sua dilacerante força cultural e política contrasta com a grandeza da própria mensagem.”⁶ Nós, cristãos, estamos convencidos de que o ser humano necessita conhecer Deus e de que a verdade surgiu em Jesus, verdade que não é propriedade privada de ninguém, mas que deve ser compartilhada e conhecida. Por isso, neste momento histórico, “... é importante que nós não vivamos só no interior de nossas certezas e de nossas identidades, mas que nos exponhamos realmente às perguntas dos outros.”⁷

O tema que trabalharei neste artigo, *A vocação na Teologia de Joseph Ratzinger*, é desafiador por dois motivos. Um deles é que a literatura do teólogo católico alemão Joseph Ratzinger (1927-) é ampla. Neste momento, cabe-me citar que minha admiração pela teologia de Ratzinger vem desde a sua eleição ao Papado, em 19 de abril de 2005. Eu sou de uma família presbiteriana conservadora e bem ativa nesta Igreja. Meus pais, pessoas simples e de respeito, sempre me educaram a pesquisar a razão de minhas crenças e a respeitar aqueles que pensam diferente. Essa formação “caseira” moldou toda a minha forma de ver o mundo religioso e acadêmico. Com essa educação em mente, quando vi (do apartamento que eu morava à época em que era seminarista presbiteriano, em São Paulo), o Papa Bento XVI sair, após a sua eleição, à sacada da Basílica de São Pedro, em Roma, ele me recordou Tradição, pesquisa e seriedade acadêmica. Resolvi, a partir daquele dia, comprar e ler todos os livros que me fosse possível adquirir do teólogo Ratzinger, a fim de aprender com ele sobre aspectos da fé que eu precisava acrescentar à minha cosmovisão. Foram leituras preciosas e memoráveis. Em meu recente artigo (o último antes deste), denominado *Joseph Ratzinger: Um Eminente Teólogo da Atualidade*, testemunhei que as leituras em Ratzinger são “... proveitosas que ensinam sobre a essência

⁵ CHAPPELL, Bryan, *Pregação cristocêntrica*, p. 51.

⁶ RATZINGER, Joseph, *Com o prefeito da fé em altos voos* (julho-agosto de 1986), p. 17-18.

⁷ RATZINGER, Joseph; D'ARCAIS, Paolo, *Deus existe?: debate entre o Cardeal Joseph Ratzinger e Paolo flores d'Arcais*, p. 27.

da religião cristã e sua aplicação na cultura de hoje”.⁸ Recordo-me de que, no ano de 2005, eu tive um horário vago de aula do Seminário nas manhãs de quarta-feira. Eu tinha um amigo seminarista que possuía uma TV e a deixava na sala do apartamento. Ali pegava a RAI Italiana e eu pude acompanhar o Papa Bento XVI expor alguns assuntos teológicos. Depois de alguns anos, à época de meu doutorado em Teologia, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, eu tive o privilégio de relatar a Ratzinger esta alegria de meu aprendizado com as obras dele, por meio de uma carta. Guardo, com muito carinho, a foto enviada a mim de Roma (pelo meu orientador da Tese de Doutorado, o professor Dom Antonio L. Catelan Ferreira), em que o secretário particular do Papa Emérito Bento XVI, o Bispo Georg Gänswein, lê para ele minha carta. Dom Catelan pediu-me para prestar atenção ao semblante sereno e sorridente do Papa Emérito enquanto o seu secretário lia a minha carta. Aquele momento foi, realmente, muito satisfatório para mim: um privilégio único na vida. Fiz questão de agradecer a Deus por ele. Sendo um bom presbiteriano, é claro que minhas leituras em Ratzinger sempre tiveram a Escritura Sagrada como palavra única de autoridade: tudo é analisado pela sua coerência com a Palavra de Deus. Esse princípio eu aprendi com a leitura do autor reformado inglês Arthur Pink (1886-1952): “o Cristianismo é a religião de um Livro. O Cristianismo baseia-se na rocha inexpugnável da Sagrada Escritura. O ponto de partida de toda discussão doutrinária deve ser a Bíblia”.⁹

O segundo motivo pelo qual o tema *A vocação na Teologia de Joseph Ratzinger* é desafiador é porque o convite a mim dirigido (e a outros professores para escreverem outros artigos) vem da instituição onde sou professor, o Seminário Ashbel Green Simonton. Há o entusiasmo no projeto de retornar a publicar a Revista Teológica deste Seminário, que faz parte (juntamente com alguns outros), da Igreja Presbiteriana do Brasil, uma Igreja conservadora e de viés não ecumênico, que é fiel aos seus dogmas oriundos da Reforma Protestante do século XVI. É especialmente por este segundo desafio que escrevo esta primeira seção do presente artigo: abordar sobre um teólogo católico em um ambiente presbiteriano pode não ser bem compreendido. É preciso esclarecer que este texto não é embasado pelo movimento ecumênico, nem em um dos pilares deste movimento – o relativismo em assuntos da fé. Entendo ser importante

⁸ BERTUCI, Heber, Ratzinger: um eminente teólogo da atualidade, p. 1.

⁹ “Christianity is the religion of a Book. Christianity is based upon the impregnable rock of Holy Scripture. The starting point of all doctrinal discussion must be the Bible” (PINK, Arthur, *The divine inspiration of the Bible*, p. 3).

abordar autores insígnies para o pensamento teológico atual. Sem dúvida, Ratzinger é um dos principais. Em meu artigo *A Opção da Igreja Antiga Pela Filosofia*, de 2016, escrevi que Ratzinger é um dos maiores eruditos de nosso tempo e que “suas reflexões são profundas e atingem praticamente todas as áreas da teologia e filosofia. Sua obra é vasta e repleta de humanidade. Não é surpresa o fato de ele ter conquistado admiradores não apenas da Igreja Católica, como também de várias outras confissões religiosas”.¹⁰ Confirmei estas palavras, anos depois, ao escrever: “um presbiteriano escrevendo sobre [...] Ratzinger [...]. Este fato é possível não apenas pelo respeito com que se deve à temas teológicos, mas também pela grandeza intelectual de Ratzinger que ultrapassa as barreiras confessionais”.¹¹ Chamou-me a atenção uma reunião que tivemos entre nós, o corpo docente do Seminário Simonton, e o senhor presidente da Junta Regional de Educação Teológica do Estado do Rio de Janeiro, no ano passado (2021), na qual foi proposto que cada professor explicitasse a motivação fundamental para lecionar ali. A minha resposta embasou-se no fato de que o Seminário Simonton, segundo percebi em dois anos de docência, possui um ambiente permeado por confessionalidade e liberdade acadêmica: esta instituição presa pela liberdade, tão importante no ambiente acadêmico, sem mitigar, contudo, sua ênfase confessional. Seguindo o ambiente do Seminário, este artigo segue a diretriz da confessionalidade (sem perder de vista a liberdade acadêmica), e enaltece a liberdade acadêmica (sem desdenhar da confessionalidade). Trabalharei, portanto, este tema com o pressuposto de que, mesmo sendo meu objetivo elucidar o pensamento de um autor católico (J. Ratzinger), não menosprezarei a confessionalidade reformada, mas me norteari por ela.

1.2 A confessionalidade unida à liberdade acadêmica

1.2.1 A confessionalidade

O que é ser confessional? Por que no meio acadêmico não podemos olvidar da confessionalidade? Eis algumas questões sobre o assunto. O verbo “confessar”, no idioma grego, é ὁμολογέω, e o substantivo “confissão” é ὁμολογία. Esses dois termos são compostos de ὁμός, “o mesmo”, “semelhante”, e λέγω, “dizer”, ou λόγος, “palavra” ou “fala”. Portanto, ὁμολογέω significa “dizer a mesma coisa” (ou seja, “concordar nas

¹⁰ BERTUCI, Heber, *A opção da Igreja Antiga pela filosofia*, p. 197.

¹¹ BERTUCI, Heber, *Ratzinger: um eminente teólogo da atualidade*, p. 1.

declarações”), “prometer”, “assegurar”, “admitir” ou “declarar publicamente”; e ὁμολογία quer dizer “acordo”, “consentimento” ou “reconhecimento”.¹² Na cultura grega clássica, o predomínio do uso dos termos “confessar/confissão” foi na conotação legal.¹³ O período do grego clássico caminha de 900 a.C. até 330 a.C., sendo conhecido pelas famosas obras literárias que tiveram origem ali. Essas obras são bem famosas, sendo preservadas até a atualidade. Elas se chamam *Ilíada* e *Odisseia*, atribuídas a Homero (928-898 a.C.) – são os exemplos mais arcaicos da literatura grega, seguidos posteriormente por obras de Hesíodo (século VIII a.C.), Heródoto (484-425 a.C.), Platão (427-347 a.C.) e outros. Com respeito à linguagem, neste tempo, o dialeto que mais se destacou foi o ático, sendo a principal base para o grego *koinê*, aquele em que iria ser escrito o Novo Testamento.¹⁴ Neste período, o uso dos termos “confessar/confissão” era liderado pela conotação legal e alguém concordava com a declaração de outra pessoa, concedendo ou confessando algo (por exemplo, uma culpa perante um juiz), e concordando com algo (uma vontade de outra pessoa). A partir dessa congruência, o indivíduo prometia algo. Esse acordo se expressava em vários âmbitos: no ato de compromisso, promessa ou confissão, no tribunal ou em um contrato legal.¹⁵ Da cultura grega, a prática de fazer confissões adentrou a Igreja cristã nascente. É claro que este “batismo” da prática teve suas adaptações ao que se esperava da realidade cristã. É nesse sentido que observamos na Escritura várias confissões de fé, para serem memorizadas, vivenciadas e ensinadas. Alguns teólogos têm enfatizado isso: o protestante britânico Ralph Martin (1925-2013);¹⁶ o teólogo reformado brasileiro Hermisten Costa;¹⁷ o católico alemão Joseph Ratzinger¹⁸ e o reformado inglês Carl Trueman (1967 -).¹⁹ De fato, segundo Ratzinger, “a Igreja Primitiva expressou o núcleo central de sua fé na forma de confissões.”²⁰ Martin declara que há evidências para comprovar que a Igreja Apostólica contava com um corpo de ensino distintamente cristão, que podia ser denominado de

¹² ὁμολογέω. In: GINGRICH, F.; DANKER, Frederick, *Léxico do N.T. grego/português*, p. 146; ὁμολογία. In: GINGRICH, F.; DANKER, Frederick, *Léxico do N.T. grego/português*, p. 146; FÜRST, D., *Confessar (ὁμολογέω)*, p. 385.

¹³ FÜRST, D., *Confessar (ὁμολογέω)*, p. 385.

¹⁴ REGA, Lourenço; BERGMANN, Johannes, *Noções do grego bíblico*, p. 8.

¹⁵ FÜRST, D., *Confessar (ὁμολογέω)*, p. 385.

¹⁶ MARTIN, Ralph, *Adoração na Igreja primitiva*, p. 63-75; MARTIN, Ralph, *Credo*, p. 277.

¹⁷ COSTA, Hermisten, *Eu creio*, p. 13-76.

¹⁸ RATZINGER, Joseph, *What Constitutes Christian Faith Today?* (1975), p. 15-27.

¹⁹ TRUEMAN, Carl, *O imperativo confessional*, p. 71-110.

²⁰ “The early Church expressed the central core of her belief in the form of confessions” (RATZINGER, Joseph, *What Constitutes Christian Faith Today?* (1975), p. 17).

“depósito sagrado da parte de Deus”.²¹ Nas Escrituras, os nomes para esse corpo de ensino eram: “ensino dos apóstolos”, “palavra da vida”, “padrão de doutrina”, “tradições apostólicas”, “depósito” e “forma de sãs palavras”. Eis alguns textos que encontramos essas palavras ou expressões: Atos 2.42, Romanos 6.17, Efésios 4.5, Filipenses 2.16, Colossenses 2.17 e 2 Tessalonicenses 2.15.²²

A partir dessas confissões ou declarações de fé do Novo Testamento, ao longo da História da Igreja, cada cristão foi e é chamado a manter a doutrina cristã e ser confessional. Esse é o grande desafio e, ao mesmo tempo, o grande privilégio do ser cristão. Retorno à pergunta feita anteriormente: “o que é ser confessional?”. Resume a questão Augustus Lopes: “ser confessional pressupõe um credo. Como o nome já indica, uma confissão é um conjunto de conceitos e valores que declaramos ser a expressão da verdade.”²³ Desta definição, haurimos dois princípios: primeiramente, o conjunto de conceitos que declaramos ser a expressão da verdade é uma “confissão de fé”; em segundo lugar, o pressuposto básico de quem é confessional é adotar um *credo*, termo latino que indica uma atitude firme de “eu creio”, uma confiança perene na Trindade Santa.²⁴ Todo religioso é confessional e, de acordo com o teólogo reformado inglês Carl Trueman (1967 -), adota uma confissão de fé particular ou pública. Não existe a divisão entre cristãos subscritores de credos e confissões e os que não os subscrevem. Ao contrário, os cristãos se dividem entre quem subscreve credos e confissões públicos, “[...] registrados e existentes como documentos públicos, sujeitos a escrutínio, avaliação e crítica públicos[...]”,²⁵ e quem subscreve credos e confissões particulares, “[...] muitas vezes improvisados, não registrados e, portanto, vedados ao escrutínio público, insuscetíveis à avaliação e, de forma crucial e irônica, insubmissos ao teste da Escritura a fim de ter a veracidade examinada.”²⁶ As confissões reformadas são tradições públicas que não rivalizam com a autoridade da Escritura Sagrada.²⁷ Uma das frases que mais marcaram meu ministério pastoral, no assunto Escrituras *versus* Tradição, foi a do teólogo

²¹ MARTIN, Ralph, Credo, p. 277.

²² MARTIN, Ralph, Adoração na Igreja primitiva, p. 66; COSTA, Hermisten, Eu creio, p. 25-26.

²³ LOPES, Augustus, Confessionalidade e liberdade acadêmica, p. 1.

²⁴ COSTA, Hermisten, Eu creio, p. 25.

²⁵ TRUEMAN, Carl, O imperativo confessional, p. 23.

²⁶ TRUEMAN, Carl, O imperativo confessional, p. 23.

²⁷ Sobre o tema Tradição, indico a seguinte leitura: GEORGE, Timothy, Teologia dos reformadores, p. 80-87,126-130,189-198,311-314; PACKER, James, O conforto do conservadorismo, p. 231-243; BENTO XVI, A comunhão no tempo: a Tradição [Audiência Geral de 26/04/2006], p. 190-194; RATZINGER, Joseph, Introdução ao Cristianismo, p. 40-44; FERNÁNDEZ-ARMESTO, Felipe; WILSON, Derek, Reforma, p. 41-74.

inglês James Packer (1926-2020): “a questão não é se *temos* tradições, mas se nossas tradições estão em conflito com o único padrão absoluto nessas questões: as Escrituras Sagradas.”²⁸ Exatamente este tinha sido o propósito dos reformadores Martinho Lutero (1483-1546) de João Calvino (1509-1564): conferir que a pureza do Evangelho novamente fosse o vigor da história humana. Lutero não jogou fora os 1500 anos procedentes de história da Igreja. Ele reconhecia a suficiência da Escritura como Palavra inspirada por Deus. Deste modo, “todos os credos, os ditos dos pais da igreja, as decisões conciliares, deviam ser julgados pela ‘norma infalível da Palavra de Deus’ – e nunca julgá-la”.²⁹ E Calvino combatia a “fé implícita”, declarando que nossa fé sempre deve ser “explícita”.³⁰

A Reforma Protestante contém uma mensagem sempre atual. Uma das questões que todo teólogo reflete é sobre a forma de tornar vívido o Evangelho de Jesus em nosso tempo e lugar. Aprendi bastante com a leitura do teólogo reformado estadunidense Michael Horton (1998 -), quando ele explicou sobre “Os Sola’s da Reforma” que, se nos convencemos de que “[...] a Reforma Protestante foi a maior recuperação do evangelho desde o tempo dos apóstolos e de que ela nos deixou com um tesouro no qual há riquezas para serem redescobertas por uma nova geração, então certamente uma nova reforma representará um alvo para nós.”³¹ Esta redescoberta da Reforma não deve ser realizada no sentido de apenas fazermos uma reprise do que foi dito no passado, como se nós fôssemos arquivistas de um museu e ficássemos constantemente consultando os seus documentos. A história, a filosofia e o estudo do direito já estão nos seus respectivos livros: os cristãos podem e devem se ater a esses estudos, porém sabendo que aquele que meramente repete o que os outros falam vive como um papagaio. Ao invés de agir assim, cada cristão, em sua época, precisa recuperar e confessar a fé do mesmo modo que os reformadores fizeram na época deles. A mensagem do Evangelho é sempre a mesma, mas as pessoas que pregam essa mensagem mudam. Sendo assim, agora, é a nossa vez de entrar em campo e demonstrar espiritualidade e seriedade no fato de entendermos que não somos apenas “confessionais”, no sentido de crer, pregar e ensinar o conteúdo que nossas confissões regem; ao contrário, nossa maior responsabilidade, que de modo algum não

²⁸ PACKER, James, O conforto do conservadorismo, p. 234, grifo do autor, tradução minha.

²⁹ GEORGE, Timothy, Teologia dos reformadores, p. 83.

³⁰ COSTA, Hermisten, Eu creio, p. 46.

³¹ HORTON, Michael, Os Sola’s da Reforma, p. 101.

podemos resignar, é sermos confessantes, isto é, “não é um mero compromisso com a fidelidade ao passado, embora seja isso, mas é também *nossa* confissão *nesta* época e lugar. Nosso mundo, cercado de novos temores e falsas esperanças, requer uma nova confissão – não nova na mensagem, mas viçosa na apresentação.”³²

1.2.2 A liberdade acadêmica

Além de sermos confessionais, o mundo acadêmico requer, também, sua liberdade acadêmica. A primeira pergunta que devo refletir ao falar de liberdade acadêmica é: onde essa liberdade se configurará? Este texto pretende aplicar o conceito de liberdade acadêmica a um Seminário Presbiteriano. Esse âmbito é diferente de uma faculdade confessional: Augustus Lopes, em uma das cartas de princípio da Universidade Presbiteriana Mackenzie, explicou que “ser confessional não pressupõe forçar essas convicções religiosas em alunos, professores e funcionários.”³³ E: “O Mackenzie sempre preservou a liberdade religiosa e o respeito quanto às crenças individuais e sabe fazer a diferença entre academia e Igreja. Contudo, como confessional, a Universidade se reserva o direito de testemunhar o Evangelho de Jesus Cristo em seu campus.”³⁴ Entretanto, o objetivo de um seminário é diferente. A fim de introduzir o assunto, declinarei os propósitos de um seminário presbiteriano. Primeiramente, o propósito de um Seminário Teológico é estudar diretamente a Palavra de Deus e aplicar sua mensagem a todas as áreas da vida humana. Essa é a sua função principal. Quando estudei no Centro Presbiteriano de Pós-Graduação Andrew Jumper, uma das leituras sugestivas, para mim, foi a do apologeta reformado de origem holandesa Cornelius Van Til (1895-1987). Em um de seus livros, *Apologética Cristã*, ele enfatizou o que podemos aplicar nos seminários presbiterianos. Ele escreveu que em um seminário de linha ortodoxa, “a Bíblia é central, não apenas em cada disciplina, mas está no centro do currículo como um todo. Ela é vista como tendo autoridade em todos os assuntos acerca dos quais trata.”³⁵ O seminarista é “vacinado” com a verdade de que a Escritura aborda sobre todas as coisas, o que não significa que “[...] a Bíblia fale diretamente de jogos de futebol, ou átomos,

³² HORTON, Michael, *Os Sola's da Reforma*, p. 101, grifos do autor.

³³ LOPES, Augustus, *Confessionalidade e liberdade acadêmica*, p. 1.

³⁴ LOPES, Augustus, *Confessionalidade e liberdade acadêmica*, p. 1.

³⁵ VAN TIL, Cornelius, *Apologética cristã*, p. 21.

etc., mas que ela fala de tudo, seja diretamente ou por implicação.”³⁶ Em segundo lugar, o seminário tem o propósito de ser “casa espiritual”, especialmente para os seus discentes.³⁷ A expressão “casa espiritual” precisa ser explicada. “Em sentido bíblico, o termo ‘casa’ significa não tanto o edifício mas a estirpe, a família.”³⁸ “A palavra ‘espiritual’ deriva do Espírito Santo, ou seja, daquela força criadora sem a qual não existiria nada real.”³⁹ A expressão “casa espiritual” não pode indicar, pelo hábito linguístico moderno, uma casa em sentido figurado e, portanto, irreal. O seminário deve ser, acima de tudo, uma “casa espiritual”, porque seu ajuntamento é de natureza espiritual, sendo, somente deste modo, uma casa autêntica. Joseph Ratzinger afirma, com razão, que : “os laços que derivam do Espírito Santo são mais radicados, mais fortes e mais vivos que o parentesco de sangue. Pessoas que se unem porque foram tocadas pelo Espírito Santo são mais próximas entre si quando poderiam ser por parentesco.”⁴⁰ O seminário é casa espiritual, porque é edificado pelo Espírito Santo para ser o local de ensino da Escritura Sagrada e da Tradição da Igreja que permanece de acordo com a Palavra de Deus. Os seminaristas estão unidos perenemente a Jesus Cristo, aquele que não foi gerado pela carne, mas pela vontade de Deus. “Isso dá uma harmonia interior, uma característica nova, uma nova razão de vida, mais forte que qualquer diversidade natural, e faz crescer o verdadeiro parentesco espiritual.”⁴¹ Deste modo, o seminário pode se renovar continuamente, uma vez que nele os alunos se deixam guiar por Jesus Cristo na construção dessa casa espiritual.

O seminário é uma academia que estuda a teologia científica. Em um texto de 1982,⁴² denominado *Natureza e liberdade do sistema acadêmico*, Joseph Ratzinger iniciou escrevendo: “o adjetivo ‘acadêmico’ provoca hoje reações conflitantes. Lembra, em primeiro lugar, coisas velhas e empoeiradas, uma teoria que se instalou em seu próprio mundo privado passando ao largo das exigências da realidade”.⁴³ O nome também recorda

³⁶ VAN TIL, Cornelius, Apologética cristã, p. 21.

³⁷ Joseph Ratzinger (1927 -) possui um artigo muito interessante sobre o propósito de um Seminário. Este texto foi publicado na etapa preparatória do Sínodo sobre os sacerdotes, ocorrido em Roma, entre os dias 30 de setembro e 28 de outubro, sob o tema: “A formação dos sacerdotes nas circunstâncias atuais”. Mesmo sendo um texto católico, há bastante conceitos que cabem também aos seminários reformados (RATZINGER, Joseph. Seminário: não um hotel, mas uma casa (fevereiro de 1990), p. 37-44).

³⁸ RATZINGER, Joseph, Seminário: não um hotel, mas uma casa (fevereiro de 1990), p. 38-39.

³⁹ RATZINGER, Joseph, Seminário: não um hotel, mas uma casa (fevereiro de 1990), p. 39.

⁴⁰ RATZINGER, Joseph, Seminário: não um hotel, mas uma casa (fevereiro de 1990), p. 39.

⁴¹ RATZINGER, Joseph, Seminário: não um hotel, mas uma casa (fevereiro de 1990), p. 39.

⁴² RATZINGER, Joseph, *Naturaleza y misión de la teología*, p. 11.

⁴³ RATZINGER, Joseph, *Natureza e liberdade do sistema acadêmico* (1982), p. 27.

que o fundador da Academia foi o filósofo Platão (427-347 a.C.). No entanto, “... o platonismo é visto por muitos como a fuga para o mundo irreal das ideias puras, como a essência de uma superada orientação do espírito, apesar de todas as reabilitações de Platão que se podem observar, por exemplo, na ciência natural ou na política.”⁴⁴ Hoje, só há um brilho quando se diz a palavra “acadêmico”: quando a unimos à palavra “liberdade”. Em nossa época, ouvimos, de modo empírico, indivíduos defendendo que deve existir um espaço livre para o espírito, local em que podemos obedecer apenas às nossas próprias regras pessoais; uma esfera em que o indivíduo sinta que não está subordinado a nenhuma norma externa. “A luta que se trava aqui conhece muitas modalidades. Trata-se, por um lado, da defesa das disciplinas ‘inúteis’ – as assim chamadas ciências do espírito – contra a prepotência do útil.”⁴⁵ Precisamos reconhecer, também, que as ciências naturais não foram descobertas para serem isoladas ou tornadas fracas: elas também lutam pela liberdade para que elas próprias possam determinar seu objeto, não sendo obrigadas a receber ordens das imposições do mercado. Por fim, existe “... o clamor particular dos teólogos por sua liberdade acadêmica frente à instituição da Igreja, seu desejo de poderem determinar suas próprias questões e resultados, como o fazem, por exemplo, os filósofos.”⁴⁶ O ensino, com essa visão de liberdade, torna-se utilitarista, perdendo seu fundamento intrínseco. Quando eu afirmo que o seminário possui confessionalidade que não perde de vista sua liberdade acadêmica, não presumo que os teólogos do seminário desafiem a instituição Igreja Reformada de que fazem parte. Penso em duas questões fundamentais. Primeiramente, nossa confessionalidade não deve ser como um castelo fechado, com água e crocodilos ao redor, evitando-se que se entre nele. Um lugar desse tipo espanta qualquer um de queira aproximar-se, parecendo uma “casa mal-assombrada”, cheia de mistérios e austeridade. Um indivíduo confessional deve ser como um castelo, belo e sublime, acessível com sua porta sempre aberta, cuja ponte sem obstáculos conduza ao seu interior todos os que desejarem conhecer seus contornos. O confessional é como um castelo bem arejado e com excelente recepção para o diálogo que não relativize, sob nenhuma circunstância, a verdade.

Em segundo lugar, quando declaro que o seminário possui confessionalidade que não perde de vista sua liberdade acadêmica, penso no ensinamento de Clemente de

⁴⁴ RATZINGER, Joseph, *Natureza e liberdade do sistema acadêmico* (1982), p. 27.

⁴⁵ RATZINGER, Joseph, *Natureza e liberdade do sistema acadêmico* (1982), p. 27.

⁴⁶ RATZINGER, Joseph, *Natureza e liberdade do sistema acadêmico* (1982), p. 27-28.

Alexandria (150-215) de que todas “[...] as coisas que cooperam na descoberta da verdade não devem ser rejeitadas.”⁴⁷ Também Agostinho de Hipona (354-430) afirmou que “... todo bom e verdadeiro cristão há de saber que a verdade, em qualquer parte onde se encontre, é propriedade do Senhor”.⁴⁸ Agostinho quis que entendêssemos que foi Deus quem colocou no coração do ser humano a busca pela verdade. Ele afirmou que “[...] todos querem a alegria que provém da verdade”,⁴⁹ e que é o auxílio divino que faz com que cada indivíduo aspire à primeira das suas liberdades: poder buscar a verdade.⁵⁰ Em Agostinho, percebemos que a pergunta pela liberdade é intrinsecamente ligada à pergunta pela verdade. Para Ratzinger, “quando a verdade deixa de ser um valor em si mesma, quando deixa de ser merecedora de empenho e atenção, o conhecimento só poderá ser avaliado através da utilidade. Nesse caso ele já não se justifica por si mesmo, mas apenas pelos objetivos a cujo serviço se encontra.”⁵¹ Isto significa que se a verdade deixar de possuir seu próprio valor e não ser merecedora de empenho e de atenção, especialmente pela Igreja Cristã que é sua guardiã, o conhecimento dela será avaliado meramente por meio da utilidade. Isso é perigoso, porque faz com que o conhecimento da verdade não se justifique por si mesmo, mas somente pelos objetivos daqueles que querem manipulá-la, tornando válida a regra “os fins justificam os meios”. Um mundo desse tipo seria impossível de ser habitado, pois se o ser humano não pudesse de nenhum modo reconhecer ele próprio a verdade, mas somente a utilidade das coisas para isso ou para aquilo, logo, a regra de qualquer ação e de todo o pensar seria o mero uso e o consumo, fazendo com que o mundo se transformasse unicamente em “matéria para a prática”. As duas grandes questões que levanto aqui são: (1) a verdade é acessível ao ser humano?; (2) o ser humano se liberta com o conhecimento da verdade ou é o abandono da verdade que o liberta? A grande alternativa de nossa época é entre a liberdade do fazer e a liberdade da verdade. Contudo, se a liberdade do fazer não se deixar tolher pela verdade, ela torna-se a ditadura dos fins, causando um mundo onde a verdade seja transcurada e o ser humano seja apenas aparentemente livre, mas ainda escravo. “Só quando a verdade tiver valor em si mesma, e quando ver a verdade for mais importante do que todos os êxitos e

⁴⁷ “[...] the things which co-operate in the discovery of truth are not to be rejected” (CLEMENT OF ALEXANDRIA, *The Stromata*, or *Miscellanies*, VI, 15, tradução minha).

⁴⁸ AGOSTINHO, *A doutrina cristã*, II, 19, 28.

⁴⁹ AGOSTINHO, *Confissões*, X, 23, 33.

⁵⁰ AGOSTINHO, *Livre-Arbitrio*, I,2,4.

⁵¹ RATZINGER, Joseph, *Natureza e liberdade do sistema acadêmico* (1982), p. 30-31.

sucessos, só então é que seremos livros. E por isso a liberdade verdadeira é apenas a liberdade da verdade.”⁵²

O reformador João Calvino (1509-1564) bebeu na fonte agostiniana para declarar que toda verdade procede de Deus. E ele faz isso de forma bem interessante, ensinando que sempre que encontramos qualquer admirável luz da verdade nos escritores profanos, é essencial recordarmos que a mente do ser humano, por mais que esteja em colapso e pervertida de sua integridade, ainda assim é adornada por excelentes dons de Deus. Por isso, “se considerarmos que a única fonte da verdade seja o Espírito de Deus, nem repeliremos nem desprezaremos a própria verdade, onde quer que apareça, a não ser que queiramos injuriar o Espírito de Deus”.⁵³ É forte esta expressão do reformador: “a não ser que queiramos injuriar o Espírito de Deus”. Calvino ensina que aquele que nega que Deus possa proclamar sua verdade onde quer injuria o Espírito divino. Em outro texto, Calvino comenta a citação que Paulo fez de Epimênides (meados dos anos 600 a.C.), em Tito 1.12. Ele afirma: “não tenho dúvida de que esta referência aponta para Epimênides, que era cretense. Pois quando Paulo diz que ele era ‘um de seu meio’ e ‘seu próprio profeta’, indubitavelmente quis dizer que ele era cretense de nascença”.⁵⁴ A partir daí, Calvino conclui: “desta passagem podemos inferir que é supersticioso recusar-se fazer qualquer uso de autores seculares. Porque, visto que toda verdade procede de Deus, se algum ímpio disser algo verdadeiro, não devemos rejeitá-lo, porquanto o mesmo procede de Deus”.⁵⁵ E: “além disso, visto que todas as coisas procedem de Deus, que mal haveria em empregar, para sua glória, tudo quanto pode ser corretamente usado dessa forma?”.⁵⁶ Calvino, da mesma forma que Agostinho, reconhece que a verdade de Deus é universal e pode ser proclamada por quem Deus desejar. Por isso, não é ilícito citarmos pessoas que não adotem nossa confessionalidade se o que elas dizem está de acordo com a regra de fé e prática adotada por nossa confissão reformada: a Escritura Sagrada. Por isso posso, mesmo sendo presbiteriano e escrevendo para uma revista presbiteriana, citar o que Joseph Ratzinger pensa sobre determinado assunto, porquanto se o que ele fala estiver de acordo com a verdade absoluta de Deus, a Escritura Sagrada, suas palavras são verdadeiras e dignas de crédito.

⁵² RATZINGER, Joseph, *Natureza e liberdade do sistema acadêmico* (1982), p. 32.

⁵³ JOÃO CALVINO, *A instituição da religião cristã*, II, 2, 15.

⁵⁴ JOÃO CALVINO, *As pastorais*, (Tt 1.12), p. 317.

⁵⁵ JOÃO CALVINO, *As pastorais*, (Tt 1.12), p. 318.

⁵⁶ JOÃO CALVINO, *As pastorais*, (Tt 1.12), p. 318.

2 O TEÓLOGO RATZINGER: UMA INTRODUÇÃO

Neste artigo, não me limitarei a questões bibliográficas acerca de Joseph Ratzinger (1927 -).⁵⁷ Minha ênfase recairá em uma síntese sobre a carreira acadêmica e eclesiástica dele. A sequência que usarei será retirada de meu artigo *Joseph Ratzinger: um eminente teólogo da atualidade*.⁵⁸ Ratzinger é um dos mais prolíficos teólogos da sua geração, sendo, com certeza, um dos autores mais conhecidos e discutidos do século XX, um daqueles que ficarão para a história, cuja leitura necessariamente nos faz pensar.⁵⁹ A carreira de Ratzinger pode ser resumida como segue: a) em 6 de novembro de 1992, ele foi nomeado membro associado da prestigiosa Academia Francesa, na seção de Ciências Morais e Políticas. A teóloga australiana Tracey Rowland, sobre esse fato, escreveu: “Esta honra, conferida por uma instituição completamente secular, sediada na capital de um país reconhecido por manter Deus fora do âmbito público pelo menos desde 1789, indica de alguma forma a elevada reputação de Ratzinger no mundo da literatura europeia”;⁶⁰ b) Ratzinger teve cargos na Universidade de Bonn (1959–1963), na Universidade de Münster (1963–1966), na Universidade de Tubinga (1966–1969) e na Universidade de Ratisbona (1969–1977); c) em 1977, foi consagrado Bispo e nomeado Cardeal pelo Papa Paulo VI. Sua nova diocese tinha um passado ilustre e um presente importante, como o é Munique da Baviera. Todavia, o sacerdote colocado de surpresa naquela Sede Episcopal já era um dos mais famosos intelectuais católicos, com o nome assegurado em qualquer história da teologia contemporânea;⁶¹ d) foi designado Prefeito da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé por João Paulo II, em 1981, cargo considerado o segundo mais importante dentro da Igreja Católica, após a Sede Pontifícia, ou aquele de maior significado dentre os nove líderes de Congregações.⁶² A Congregação para a Doutrina da Fé trata-se da instituição vaticana que durante quatro séculos foi denominada de “Inquisição Romana e Universal” ou “Santo Ofício”. Ela é o instrumento através do qual

⁵⁷ Quem desejar, poderá consultar as seguintes obras para obter um perfil biográfico de Joseph Ratzinger (1927 -): BLANCO SARTO, La teología de Joseph Ratzinger, p. 18-37; RATZINGER, Joseph, Lembranças da minha vida; BLANCO SARTO, Pablo, Joseph Ratzinger – uma biografia; TORNIELLI, Andrea, Bento XVI – o guardião da fé, p. 7-64.

⁵⁸ BERTUCI, Heber, Ratzinger: um eminente teólogo da atualidade, p. 2-3.

⁵⁹ Estas informações, as quais eu concordo, foram retiradas de: ROWLAND, Tracey, A fé de Ratzinger, p. 21; CASALE, Umberto apud BLANCO SARTO, La teología de Joseph Ratzinger, p. 7; RAMOS CENTENO, Vicente, Pensando con Ratzinger, p. XVII.

⁶⁰ ROWLAND, Tracey, A fé de Ratzinger, p. 21. (A alínea “b” e a primeira parte da “c” também foram retiradas desta mesma referência).

⁶¹ RATZINGER, Joseph; MESSORI, Victor, A fé em crise, p. 7.

⁶² ROWLAND, Tracey, A fé de Ratzinger, p. 21.

a Santa Sé proporciona o aprofundamento da fé e vela pela sua integridade, sendo a guarda defensora da ortodoxia católica. Não é por acaso que se esta Congregação se encontra em primeiro lugar na lista oficial das congregações da Cúria Romana, é importante afirmar que, com a escolha de Ratzinger para essa Congregação, João Paulo II desejou fazer uma escolha de prestígio;⁶³ e) Ratzinger esteve presente no Concílio Vaticano II: com pouco mais de trinta anos de idade, ele participou do Vaticano II (1962–1965) como assessor ou *peritus* do Cardeal de Colônia, Joseph Frings (1887-1978).⁶⁴

Para abordar o que Ratzinger entende por vocação, é necessário, em primeiro lugar, que se entenda que ele reflete sobre o tema por ser teólogo.⁶⁵ O que é a teologia para ele? Em síntese, ele afirmou, em 1979,⁶⁶ que “[...] a teologia tem a ver com Deus”.⁶⁷ Com essa convicção, em 1997, ele declarou: “[...] Deus é a temática central de meus esforços”.⁶⁸ Em 1984, ensinou que, ao lidar com o divino, a teologia é a realização compreensiva da revelação de Deus, sendo a fé em busca de compreender: “por conseguinte, ela própria não encontra seus conteúdos, mas os obtém da revelação, para em seguida compreendê-los em sua ligação e em seu sentido interno”.⁶⁹ Nesse contexto transcendente, ele declarou, em 1997: “[...] quando se estuda teologia, não se quer aprender um ofício, mas compreender a fé – o que pressupõe que a fé seja verdadeira”.⁷⁰ Além de trabalhar para entender os assuntos da revelação divina, a teologia também labuta para que o ser humano entenda a si mesmo, o seu próximo e a criação de Deus. Em 1997, Ratzinger declarou que o trabalho da teologia é dar “[...] acesso à verdadeira compreensão da própria vida, do mundo e das pessoas”.⁷¹ Esse é o lado imanente da pesquisa teológica, mesmo que nele, também, encontre-se o elemento transcendente. Nesse campo, ainda em 1997, Ratzinger declarou que, por si só, a leitura teológica não torna uma pessoa automaticamente melhor. “Contribuí um pouco para isso, quando a pessoa não se limita apenas à teoria, mas através

⁶³ Retirei estas informações de: RATZINGER, Joseph; MESSORI, Victor, A fé em crise, p. 1,2,7.

⁶⁴ ROWLAND, Tracey, A fé de Ratzinger, p. 21.

⁶⁵ BERTUCI, Heber, Ratzinger: um eminente teólogo da atualidade, p. 5-6.

⁶⁶ RATZINGER, Joseph, Principles of Catholic Theology, p. 398.

⁶⁷ “[...] Theology has to do with God” (RATZINGER, Joseph, What is Theology?, p. 316, tradução nossa).

⁶⁸ RATZINGER, Joseph, Sal da terra, o Cristianismo e a Igreja Católica no limiar do terceiro milênio, p. 54.

⁶⁹ RATZINGER, Joseph, Fé, filosofia e teologia (Conferência de 1984), p. 16.

⁷⁰ RATZINGER, Joseph, Sal da terra, o Cristianismo e a Igreja Católica no limiar do terceiro milênio, p. 49.

⁷¹ RATZINGER, Joseph, Sal da terra, o Cristianismo e a Igreja Católica no limiar do terceiro milênio, p. 49.

dela procura compreender-se melhor e compreender o Homem e o mundo no seu todo, adotando-a, em seguida como forma de vida.”⁷²

De acordo com o teólogo alemão, não foi seu propósito elaborar um pensamento original e próprio, conforme outros autores do século XX.⁷³ Em suas palavras, ditas em 1997, Ratzinger afirmou que nunca procurou construir um sistema próprio, uma “teologia especial”. O que tinha de específico em sua teologia era o seu desejo de pensar com a fé da Igreja, ou seja, pensar com os grandes pensadores da fé. Ele disse: “Não é uma teologia isolada, tirada de mim mesmo, mas sim uma teologia que se abre, tanto quanto possível, dentro do caminho comum do pensamento da fé”.⁷⁴ Essas palavras indicam que a teologia de Ratzinger seria uma *com-teologia*, uma teologia em diálogo com a Igreja, a história e a própria realidade.⁷⁵ O teólogo alemão não é, de fato, um intelectual recluso em sua torre de marfim: a sua teologia abrange todos os campos do conhecimento teológico. Podemos afirmar que cada seção de uma biblioteca teológica tem algum livro dele,⁷⁶ pois em cinquenta anos de escrita, dificilmente há algum tema teológico sobre o qual ele não tenha explanado.⁷⁷ Por essa razão, o nome de Ratzinger está ligado a uma visão geral original da teologia sistemática.⁷⁸ O estudo sobre a importância da razão no cristianismo é amplamente debatido nos meios teológicos, mormente depois da publicação da encíclica *Fides et Ratio* (1998), de João Paulo II. Contudo, o assunto já ocupava a atenção de Ratzinger desde seus primeiros passos como teólogo, conforme se observa em seus artigos no início dos anos 60 do século passado.⁷⁹ Após essas explicações acerca da teologia de Joseph Ratzinger, na próxima sessão, sintetizarei o que a teologia de Ratzinger fala sobre vocação.

3 A VOCAÇÃO PASTORAL NA VISÃO DE JOSEPH RATZINGER

Ao abordar sobre a vocação em Joseph Ratzinger (1927 -), concentrar-me-ei na questão pastoral. De que maneira ele observa a vocação? Meu primeiro público leitor é formado

⁷² RATZINGER, Joseph, Sal da terra, o Cristianismo e a Igreja Católica no limiar do terceiro milênio, p. 11.

⁷³ BLANCO SARTO, Pablo, La teología de Joseph Ratzinger, p. 7.

⁷⁴ RATZINGER, Joseph, Sal da terra, o Cristianismo e a Igreja Católica no limiar do terceiro milênio, p. 54.

⁷⁵ BLANCO SARTO, Pablo, La teología de Joseph Ratzinger, p. 7.

⁷⁶ BLANCO SARTO, Pablo, La teología de Joseph Ratzinger, p.11.

⁷⁷ CORKERY, James, Joseph Ratzinger's theological ideas, p. 28.

⁷⁸ MÜLLER, Gerhard, Ampliare l'orizzonte della ragione, p. 5-6.

⁷⁹ BLANCO SARTO, Pablo, Joseph Ratzinger – uma biografia, p. 16.

pelos alunos de um seminário, isto é, futuros pastores. Certamente, eles esperam que este texto tenha algo a ver com a realidade intrínseca deles. Com isto em mente, citarei alguns pontos que resumem a concepção pastoral de Ratzinger.

3.1 Ser pastor é se sentir vocacionado e superar as crises

Para Ratzinger, ser pastor é se sentir vocacionado e saber superar as crises. Citarei algumas explicações de Ratzinger sobre a vocação dele. Em 1997, o jornalista alemão Peter Seewald (1954 -) perguntou a Ratzinger: “Como se manifestou a sua vocação?”, “Quando é que o senhor soube que era chamado?”. Ratzinger respondeu: “Em todo o caso, não houve nenhum relâmpago de iluminação repentino, em que tivesse percebido que devia ser padre. Pelo contrário, tudo se desenvolveu devagar e teve sempre de voltar a ser considerado e readquirido. Também não poderia fixar uma data para essa decisão”.⁸⁰ E continuou: “Mas a consciência de que Deus tem um projeto para cada pessoa, e também para mim, tornou-me muito cedo clara em mim; de que comigo está presente uma ideia de Deus. E, pouco a pouco, fui me dando conta de que o projeto d’Ele estava relacionado com o sacerdócio”.⁸¹ Seewald também indagou: “O senhor teve mais tarde algo semelhante aos momentos de iluminação?”. Eis a resposta: “Bem, não tive uma iluminação no sentido clássico, meio mística. Sou um cristão normal. Mas, num sentido mais lato, a fé ilumina”.⁸² Ratzinger também descreve algumas crises em seu percurso após sua decisão para ser padre. Na entrevista, Seewald pergunta se ele não teve, em certos momentos, algumas dúvidas sobre si mesmo, tentações ou seduções. Ratzinger respondeu positivamente, afirmando que durante os seis anos de estudo de teologia os alunos costumam se deparar com muitos problemas e questões humanas. No caso dele, as seguintes perguntas foram feitas: “O celibato é a coisa certa para mim?”; “Ser padre é a coisa certa para mim?”. Ele explica: “Essas questões nem sempre foram fáceis de resolver. Tive sempre diante de mim a direção fundamental, mas também não faltaram momentos de crise”.⁸³ Seewald, então, perguntou: “Que crises surgiram?”, “Pode dar-nos um exemplo?”. Na resposta, Ratzinger recordou-se do tempo que passou em Munique. Antes de citar a fala dele sobre suas dúvidas em Munique, é importante observar o clima

⁸⁰ RATZINGER, Joseph, Sal da terra, o Cristianismo e a Igreja Católica no limiar do terceiro milênio, p. 45.

⁸¹ RATZINGER, Joseph, Sal da terra, o Cristianismo e a Igreja Católica no limiar do terceiro milênio, p. 45.

⁸² RATZINGER, Joseph, Sal da terra, o Cristianismo e a Igreja Católica no limiar do terceiro milênio, p. 45.

⁸³ RATZINGER, Joseph, Sal da terra, o Cristianismo e a Igreja Católica no limiar do terceiro milênio, p. 46.

que ele encontrou ali. O especialista em estudos de Ratzinger, o teólogo espanhol Pablo Blanco Sarto (1964 -), explicou: “Em 1947, com vinte anos, uma vez finalizado o biênio filosófico, o seminarista Joseph inicia os três anos de estudos de teologia no Georgianum, um instituto teológico associado à Universidade de Munique”.⁸⁴ Nas palavras de Ratzinger, em 1997: “Em nosso programa de estudos havia, naquele tempo, dois anos de filosofia, que no semestre do verão de 1947 estavam terminando. Então eu tinha que tomar uma nova decisão”.⁸⁵ É essencial recordarmos que o clima ainda era do mundo pós-guerra. É sempre importante termos essa informação em mente quando reclamamos de nossa situação como estudantes de teologia. Às vezes, deparo-me com seminaristas que reclamam constantemente do estudo presencial no seminário (querendo apenas aulas on-line), do deslocamento para o seminário etc. Vale recordarmos que nossas situações atuais (refiro-me ao perigo de uma cidade grande) não chegam perto do clima de um mundo pós-guerra, conforme Ratzinger e outros encontraram ao estudarem teologia. Ratzinger relata: “Já que por falta de combustível um semestre completo de inverno não era realizável, o ano acadêmico de 1947/48 começou no dia 1º de setembro; em compensação, tínhamos férias de Natal até a Páscoa, isto é, cerca de meses e meio”.⁸⁶ Ratzinger chegou a Munique no final de agosto, para os exercícios espirituais que precediam o ano letivo. Ele narra que “em sua maior parte, a universidade ainda estava em ruínas. Também a biblioteca ainda era quase toda inacessível. A faculdade teológica encontrara um local provisório em Fürstenried, que outrora fora o castelo real de caça”.⁸⁷ Eis o relato da primeira manhã de Ratzinger em Munique: “Quando, na primeira manhã, abri os olhos, sonolento ainda, pensei um momento que era guerra de novo e que eu estava de volta à bateria da nossa Flak. A alimentação também era parca, porque não se podia contar com uma fazenda própria, como em Frisinga”.⁸⁸ Além disso, “No próprio castelo, instalar se uma pequena enfermaria militar, para feridos estrangeiros, bem como a Casa de Retiros”.⁸⁹ Sobre o sentimento que teve sobre o fim da guerra, Ratzinger declarou, em

⁸⁴ BLANCO SARTO, Pablo, *Joseph Ratzinger – uma biografia*, p. 37.

⁸⁵ RATZINGER, Joseph, *Lembranças da minha vida*, p. 53.

⁸⁶ RATZINGER, Joseph, *Lembranças da minha vida*, p. 54.

⁸⁷ RATZINGER, Joseph, *Lembranças da minha vida*, p. 54.

⁸⁸ RATZINGER, Joseph, *Lembranças da minha vida*, p. 55.

⁸⁹ RATZINGER, Joseph, *Lembranças da minha vida*, p. 55

1997: “Estava contente por a guerra ter acabado, e só pensei: espero que isto não dure muito tempo”.⁹⁰

Foi nesse período em Munique que Ratzinger falou para Seewald sobre suas crises. Ele tinha 20 anos. Uma de suas crises foi em relação ao celibato – indagava-se se conseguiria viver a vida inteira em celibato.⁹¹ A outra crise foi sua reflexão sobre o estudo acadêmico da teologia e as reais necessidades da Igreja “local”. Ele afirmou que estava fascinado “[...] pela teologia científica. Achava maravilhoso penetrar no grande mundo da história da fé; vastos horizontes do pensamento e da fé se abriram para mim, e aprendi assim a refletir sobre as questões originárias do ser humano, sobre as minhas próprias questões existenciais”.⁹² Tornou-se claro para ele, porém, que “[...] é preciso mais do que gostar de teologia para a vocação sacerdotal, pois o trabalho na paróquia muitas vezes pode levar para longe daí e coloca exigências muito diferentes”.⁹³ Ele compreendeu que “[...] o sim ao sacerdócio significava para mim dizer sim a toda a missão, também nas suas formas mais simples”.⁹⁴ Esse dilema é o mesmo que eu senti ao estudar teologia e que, com certeza, todos os atuais alunos do seminário sentem. O estudo teológico é importante e deve ser inserido sempre na linguagem da Igreja. Por isso, entendo ser necessário compreendermos que faz parte da vocação pastoral fazer leituras da Igreja local, com o objetivo de proclamar a Palavra de Deus com fidelidade e de acordo com a linguagem de cada realidade.

3.2 Ser pastor é apascentar as ovelhas

Primeiramente, chama-me a atenção o que Ratzinger entende sobre a função pastoral. A Escritura fala sobre o pastor em dois sentidos: o literal – o homem que cuida das ovelhas no campo; o figurado – o homem que cuida da Igreja de Cristo. Neste segundo sentido, em outubro de 1990, em uma conferência pronunciada por ocasião da abertura do Sínodo dos Bispos,⁹⁵ Ratzinger afirmou que na figura do pastor encontra-se a missão de “apascentar”.⁹⁶ Anos mais tarde, na encíclica *Spe Salvi*, de 2007, Bento XVI explicou que

⁹⁰ RATZINGER, Joseph, Sal da terra, o Cristianismo e a Igreja Católica no limiar do terceiro milênio, p. 49.

⁹¹ RATZINGER, Joseph, Sal da terra, o Cristianismo e a Igreja Católica no limiar do terceiro milênio, p. 47.

⁹² RATZINGER, Joseph, Sal da terra, o Cristianismo e a Igreja Católica no limiar do terceiro milênio, p. 46.

⁹³ RATZINGER, Joseph, Sal da terra, o Cristianismo e a Igreja Católica no limiar do terceiro milênio, p. 46.

⁹⁴ RATZINGER, Joseph, Sal da terra, o Cristianismo e a Igreja Católica no limiar do terceiro milênio, p. 46.

⁹⁵ RATZINGER, Joseph, Prefácio (Festa da Epifania, 1991), p. 7.

⁹⁶ RATZINGER, Joseph, Sobre a natureza do sacerdócio (Conferência ao Sínodo dos Bispos, 10/1990), p. 78.

“[...] na figura do pastor a Igreja primitiva podia apelar-se a modelos existentes da arte romana. Nesta, o pastor era, em geral, expressão do sonho de uma vida serena e simples de que as pessoas, na confusão da grande cidade, sentiam saudade”.⁹⁷ A figura do pastor, portanto, trazia o sentimento de saudade da calma do campo, sem a agitação da grande cidade. O pastor (tanto no sentido literal como no figurado) é aquele que apascenta as ovelhas, trazendo-as para “pastos verdejantes”, conforme Davi ensina (Salmo 23.2). Uma das formas de o pastor apascentar as suas ovelhas é ensinando a partir de sua cátedra. O termo grego Καθέδρα significa “cadeira” ou “assento”.⁹⁸ De acordo com Irineu de Lion (130-202), “a cátedra é, de fato, símbolo da escola”.⁹⁹ Portanto, recorda Bento XVI, em sua Homilia como Bispo de Roma na Basílica de São João de Latrão, pronunciada em 2005, a cátedra recorda a *potestas docendi*, o poder de ensino pastoral.¹⁰⁰ Onde a Escritura Sagrada é separada de sua correta interpretação, ela se torna refém das controvérsias dos peritos. “Sem dúvida, tudo o que eles têm para nos dizer é importante e precioso; o trabalho dos sábios é para nós um grande contributo para poder compreender aquele processo vivo com o qual a Escritura cresceu e para compreender a sua riqueza histórica.”¹⁰¹ A ciência sozinha, porém, não tem a capacidade de nos conceder uma interpretação de cunho definitivo e vinculante. Ela “[...] não é capaz de nos fornecer, na interpretação, aquela certeza com a qual podemos viver e pela qual podemos até morrer”.¹⁰² Nós cristãos não temos dificuldade com a ciência. Contudo, conforme Ratzinger explicou, em 1997, “a razão sozinha, como exprime na ciência, não pode ser toda a resposta do Homem à realidade e não é capaz de expressar tudo o que o Homem pode, quer e deve exprimir”.¹⁰³ Contra essa visão “de baixo” da mensagem bíblica, os pastores, ao serem fiéis à correta interpretação da Escritura, podem apresentar uma Palavra “do alto”, cuja autoridade é inspirada por Deus. Bento XVI, em 2005, explicou que “este poder de ensinamento assusta muitos homens dentro e fora da Igreja. Perguntam-se se ela não ameaça a liberdade de consciência, se não é uma soberba em

⁹⁷ BENTO XVI, Carta Encíclica *Spe Salvi*, n. 6.

⁹⁸ Καθέδρα. In: GINGRICH, F. Wilbur; DANKER, Frederick W., Léxico do N.T. grego/português, p. 105.

⁹⁹ IRINEU DE LIÃO, *Demonstração da pregação apostólica*, n. 2.

¹⁰⁰ BENTO XVI, Homilia como Bispo de Roma na Basílica de São João de Latrão (7/5/2005), p. 54.

¹⁰¹ BENTO XVI, Homilia como Bispo de Roma na Basílica de São João de Latrão (7/5/2005), p. 54-55.

¹⁰² BENTO XVI, Homilia como Bispo de Roma na Basílica de São João de Latrão (7/5/2005), p. 54-55.

¹⁰³ RATZINGER, Joseph, *Sal da terra, o Cristianismo e a Igreja Católica no limiar do terceiro milênio*, p. 40.

oposição à liberdade de pensamento”.¹⁰⁴ Em resposta, Bento XVI escreveu que “o Papa não é um soberano absoluto, cujo pensar e querer são leis. Ao contrário: o ministério do Papa é garantia da obediência a Cristo e à sua Palavra”.¹⁰⁵ O Papa não proclama as próprias ideias, “[...] mas vincular-se constantemente a si e à Igreja à obediência à Palavra de Deus, tanto perante todas as tentativas de adaptação e de adulteração, como diante de qualquer oportunismo”.¹⁰⁶ É evidente que nós, da Igreja Reformada, não aceitamos a autoridade papal em sua forma jurídica eclesiástica. Portanto, não cito as palavras acima de Bento XVI visando que elas nos falem sob a forma do primado de jurisdição. Desejo que a ideia pastoral das palavras seja aplicada em nosso sistema reformado: o pastor não é um soberano cujas palavras são leis, mas deve fazer a Escritura Sagrada resplandecer no seu coração e no coração dos membros da Igreja. E quem é o modelo pastoral correto? É Jesus Cristo. Em outubro de 1990, em uma conferência pronunciada por ocasião da abertura do Sínodo dos Bispos,¹⁰⁷ Ratzinger fez alusão ao texto de 1 Pedro 2.25: “Porque estáveis desgarrados como ovelhas; agora, porém, vos convertestes ao Pastor e Bispo da vossa alma”. Ele recordou ali que Jesus é o exemplo de Pastor de cada cristão.

3.3 Ser pastor é conscientizar o ser humano de sua peregrinação neste mundo

O pastor apascenta a Igreja de Cristo quando seu ensino traz para ela as respostas para as suas indagações. Em 1997, Ratzinger afirma que “[...] o Homem vem ao mundo como ser que interroga”,¹⁰⁸ e que “[...] está certo que o Homem existe, em primeiro lugar, como alguém que interroga, que está, no seu íntimo, por assim dizer, aberto às respostas”.¹⁰⁹ Ainda em 1997, ao recordar de seus tempos de estudo na juventude no Seminário de Frisinga (a qual ele voltou, depois da guerra, após o Natal de 1945),¹¹⁰ Ratzinger não hesitou em reconhecer que “nós, porém, como jovens, não deixávamos de ser questionadores”.¹¹¹ Trabalhar como professor de um seminário torna visível essa percepção. Nas aulas que ministro, percebo vividamente o espírito questionador dos

¹⁰⁴ BENTO XVI, Homilia como Bispo de Roma na Basílica de São João de Latrão (7/5/2005), p. 55.

¹⁰⁵ BENTO XVI, Homilia como Bispo de Roma na Basílica de São João de Latrão (7/5/2005), p. 55.

¹⁰⁶ BENTO XVI, Homilia como Bispo de Roma na Basílica de São João de Latrão (7/5/2005), p. 55.

¹⁰⁷ RATZINGER, Joseph, Prefácio (Festa da Epifania, 1991), p. 7.

¹⁰⁸ RATZINGER, Joseph, Sal da terra, o Cristianismo e a Igreja Católica no limiar do terceiro milênio, p. 35.

¹⁰⁹ RATZINGER, Joseph, Sal da terra, o Cristianismo e a Igreja Católica no limiar do terceiro milênio, p. 35.

¹¹⁰ RATZINGER, Joseph, Lembranças da minha vida, p. 47-48; BLANCO SARTO, Pablo, Joseph Ratzinger – uma biografia, p. 34-35.

¹¹¹ RATZINGER, Joseph, Lembranças da minha vida, p. 51.

jovens alunos. O ser humano busca respostas o tempo todo. Isso indica que ele sabe que é passageiro e peregrino neste mundo, e que precisa se preocupar em entender a realidade que o cerca, enquanto vive. O pastor deve ensinar que cada ser humano é passageiro neste mundo. Ratzinger reflete sobre a peregrinação da existência humana. Ele, em 1997, escreveu: “O Homem não sabe simplesmente o que deve saber, e também não existe simplesmente, mas ele é Homem, um ser a caminho”.¹¹² Ratzinger percebe o conceito de peregrinação presente no chamado de Abraão e no seu desenvolvimento. A unidade do conceito escriturístico de fé entre Antigo e Novo Testamento é Abraão, uma vez que sua fé culmina no Cristo histórico. O teólogo alemão realizou algumas conferências radiofônicas (dezembro de 1969), em um programa especial da Emissora Radiofônica da Baviera.¹¹³ Em uma delas, ele explicou que “a *Bíblia*, que descreve a primeira etapa da história da fé e que, ao mesmo tempo, apresenta um padrão constante, cita Abraão como a grande figura exemplar do crente[...]”.¹¹⁴ O caminho de Abraão culminou na figura de Jesus de Nazaré. No Novo Testamento, Abraão é considerado “[...] o antepassado de todos os crentes, de modo que Paulo considera que os cristãos são justamente filhos de Abraão: segundo o seu ponto de vista, são eles e só eles que continuam o caminho que ele começou.”¹¹⁵ Deus fez a promessa a Abraão, “... o modelo fundamental de toda a fé...”,¹¹⁶ de que ia acompanhá-lo em direção à terra da promessa (Gênesis 12.1-3). As reflexões de Ratzinger sobre isso devem ser citadas:

(1) Abraão entrega seu futuro nas mãos do Deus que lhe chama: “encontrou Deus e entrega o seu futuro em suas mãos, ousa por Ele um novo futuro, que de início é obscuro. A palavra ouvida é para ele mais real do que aquilo que pode ser calculado, do que aquilo que pode agarrar”.¹¹⁷ Desse modo, o futuro ganha primazia em relação ao presente e o que se ouve supera o que se pode tocar. Deus é para Abrão: “[...] ele mais importante do que ele próprio e do que as coisas que ele pode abranger com o seu olhar. Quebra-se a barreira daquilo que pode ser calculado, do tido com que se lida, e irrompe um novo horizonte infinitamente mais vasto, até à eternidade, até ao Criador”.¹¹⁸

¹¹² RATZINGER, Joseph, Sal da terra, o Cristianismo e a Igreja Católica no limiar do terceiro milênio, p. 35.

¹¹³ RATZINGER, Joseph, Fé e futuro, prefácio, p. 9.

¹¹⁴ RATZINGER, Joseph, Conferência sob o tema “Fé e existência” à Emissora Radiofônica da Baviera (1969), p. 34, grifo do autor.

¹¹⁵ RATZINGER, Joseph, Conferência sob o tema “Fé e existência” à Emissora Radiofônica da Baviera (1969), p. 35.

¹¹⁶ RATZINGER, Joseph, Conferência sob o tema “Fé e existência” à Emissora Radiofônica da Baviera (1969), p. 39.

¹¹⁷ RATZINGER, Joseph, Conferência sob o tema “Fé e existência” à Emissora Radiofônica da Baviera (1969), p. 38.

¹¹⁸ RATZINGER, Joseph, Conferência sob o tema “Fé e existência” à Emissora Radiofônica da Baviera (1969), p. 38.

(2) O conceito de peregrinação está presente no chamado de Abraão e no seu desenvolvimento. Vale recordar que a figura do peregrino foi utilizada para indicar o indivíduo que, nesse mundo, vive pela fé. Para Ratzinger, a peregrinação é a figura que a Escritura usa para demonstrar a conscientização que a fé concede a Abraão. “Tudo se exprime na imagem e na realidade da peregrinação: Abraão está a caminho. Já não pertence a nenhum lugar específico e por isso se tornou livremente e em qualquer lugar um estrangeiro, um hóspede”.¹¹⁹ Na História da Igreja, Agostinho de Hipona (354-430), ao apresentar a transcendência de Deus em relação à vida passageira do ser humano nesta terra, usa também a figura do peregrino. Na obra *Confissões*, escrita em 13 livros, entre 397 e 401,¹²⁰ no Livro X, Agostinho traz uma meditação sobre a eternidade e o tempo, embasando-se no primeiro versículo do Gênesis.¹²¹ O filósofo brasileiro Moacyr Novaes Filho afirmou que “o esforço incessante para encurtar uma distância infinita é apresentado pela metáfora do peregrino, não raro utilizada por Agostinho, que permite exibir certa ambiguidade da relação do tempo com a eternidade”.¹²² Após pedir “Senhor, tem compaixão de mim e atende o meu desejo”, Agostinho justifica que não crê que o que pede a Deus se trata de um desejo de “[...] coisas terrenas, de ouro ou prata ou pedras preciosas, belas roupas, honras e poder ou prazeres carnis, nem tampouco de coisas necessárias ao corpo e a esta nossa vida de peregrinação, coisas essas que todas nos serão dadas em acréscimo se procurarmos o teu reino e a tua justiça”.¹²³ Ao refletir sobre a figura do peregrino em relação à fé, conclui Ratzinger: “[...] a fé significa tornar-se peregrino e ultrapassar aquele falso sedentarismo que amarra o homem ao que é ‘pequenino, mas meu’ e lhe rouba assim a sua verdadeira grandeza”.¹²⁴

(3) A fé indica a confiança no Deus que chama para segui-lo. “Abraão, em nome do futuro que a fé lhe prometia, se tornou apátrida e encontrou a sua pátria precisamente na certeza de sua fé.”¹²⁵ Em outra conferência radiofônica de 1969, Ratzinger declarou que “... o cerne da fé não é um sistema de conhecimentos, mas sim uma confiança”.¹²⁶ A

¹¹⁹ RATZINGER, Joseph, Conferência sob o tema “Fé e existência” à Emissora Radiofônica da Baviera (1969), p. 38.

¹²⁰ ALTANER, Berthold; STUIBER, Alfred, *Patrologia*, p. 416.

¹²¹ NOVAES FILHO, Moacyr, *A razão em exercício*, p. 211.

¹²² NOVAES FILHO, M., *A razão em exercício*, p. 213.

¹²³ AGOSTINHO, *Confissões*, XI, 2, 4.

¹²⁴ RATZINGER, Joseph, Conferência sob o tema “Fé e existência” à Emissora Radiofônica da Baviera (1969), p. 50.

¹²⁵ RATZINGER, Joseph, Conferência sob o tema “Fé e existência” à Emissora Radiofônica da Baviera (1969), p. 39.

¹²⁶ RATZINGER, Joseph, Conferência sob o tema “Fé e saber” à Emissora Radiofônica da Baviera (1969), p. 30.

partir da história de Abraão, o teólogo alemão define “fé” do seguinte modo: “A fé significa que o futuro prevalece sobre o presente, significa a disponibilidade de abandonar o Presente graças ao futuro. A fé significa uma vida vivida com espírito de confiança. A fé significa a certeza de que é Deus quem assegura o futuro do homem”.¹²⁷ Dentro dessa definição, Ratzinger enfatiza que a fé é conduz o pensamento humano para a eternidade: “A fé significa, portanto, a ruptura com o mundo do calculável, do quotidiano e o contacto com o eterno, o interesse do homem pelo eterno – pelas coisas da eternidade[...]”.¹²⁸ E continua afirmando que a fé significa a coragem audaz que “[...] o homem pode sentir perante o eterno, contra a presunção da mentalidade tacanha, que não quer ver para lá do imediato e que não ousa enfrentar as coisas grandes, coisas que na vida humana, podem ir mais além do que o pão de cada dia e o sustento para o dia seguinte”.¹²⁹ Observamos nessa definição que Ratzinger já criticava, no final da década de 1960, a fé que não vislumbra a eternidade, mas se detém apenas no que é calculável e quotidiano. O pastor, vocacionado por Deus, deve ter a consciência e ensinar as suas ovelhas que cada ser humano é peregrino neste mundo, e que a fé deve ampliar o nosso horizonte e elevá-lo rumo ao pensamento de Deus, fazendo um movimento vertical preciso.

3.4 Ser Pastor é buscar e viver a verdade

Para Joseph Ratzinger, o pastor deve aprender a verdade para viver a mensagem dela e ensiná-la. O lema que Ratzinger escolheu quando foi nomeado para arcebispo de Munique e Freising, a 25 de março de 1977, e da sua nomeação episcopal, a 28 de maio de 1977, foi *Cooperatores veritatis* (“colaboradores da verdade”). O lema foi retirado da Terceira Carta de João (3.8).¹³⁰ Vou citar o próprio Ratzinger explicando o seu lema, porque é sempre importante ouvirmos o próprio autor falar. Essa ênfase, eu aprendi bem cedo no estudo de teologia. Eu entrei para o estudo teológico com apenas 17 anos. Uma das primeiras leituras que eu fiz na Biblioteca do Instituto Bíblico Eduardo Lane (Patrocínio, Minas Gerais), foi a obra do teólogo Hermisten Costa, chamada *A Inspiração e Inerrância das Escrituras*, que havia sido lançada em 1998. Uma das questões que me chamaram a atenção na leitura foi a perspicácia do autor na citação de fontes primárias. A leitura me

¹²⁷ RATZINGER, Joseph, Conferência sob o tema “Fé e existência” à Emissora Radiofônica da Baviera (1969), p. 39.

¹²⁸ RATZINGER, Joseph, Conferência sob o tema “Fé e existência” à Emissora Radiofônica da Baviera (1969), p. 39 - 40.

¹²⁹ RATZINGER, Joseph, Conferência sob o tema “Fé e existência” à Emissora Radiofônica da Baviera (1969), p. 40.

¹³⁰ VIGINI, Giuliano, Guia para a leitura da obra de Joseph Ratzinger, p. 7; BLANCO SARTO, Pablo, Joseph Ratzinger – uma biografia, p. 93.

foi tão agradável que percebi a importância de sempre citar as fontes primárias em meus textos. É isso que farei, agora, permitindo que o próprio Ratzinger explique o seu brasão. Em 1997, na biografia *Lembranças da Minha Vida*, Ratzinger declarou que como lema episcopal escolheu a palavra da terceira carta de São João, “Cooperadores da Verdade”: “[...] de um lado, porque me parecia ser o elo que juntava minha tarefa anterior à nova incumbência: apesar de todas as diferenças, tratava-se e trata-se da mesma coisa – seguir a verdade e estar a seu serviço”.¹³¹ E continuou: “E já que no mundo de hoje o tema ‘verdade’ quase sumiu totalmente, já que aparece como algo grande demais para o ser humano, mas por outro lado tudo decai quando não há verdade, por isso esse lema me pareceu também ‘moderno’, no bom sentido”.¹³²

Todo autor tem um tema preferido para tratar. Alguns seguem essa pesquisa desde a sua juventude. Uma das questões que me chamou atenção quando li a obra *De libero arbitrio*, escrita por Agostinho de Hipona (354-430), entre 388 a 395,¹³³ foi descobrir um dos temas que Agostinho se interessou em investigar desde a juventude. Evódio perguntou: “Dize-me, entretanto, qual a causa de praticarmos o mal?”.¹³⁴ Agostinho respondeu: “Ah! Suscitas precisamente uma questão que me atormentou por demais, desde quando era ainda muito jovem”.¹³⁵ Ratzinger também possui um tema que gosta bastante de investigar: a verdade. De que maneira ele ensina sobre a verdade? Eis uma síntese.

(1) Em primeiro lugar, Ratzinger observa dificuldades com a maneira que o mundo pós-guerra lidou com a verdade. Quanto à seriedade da pergunta, Ratzinger escreveu: “Que é a verdade? A pergunta lançada eticamente pelos pragmáticos é uma pergunta muito séria, que efetivamente diz respeito ao destino do homem”.¹³⁶ Qual é a resposta dada a essa pergunta? Em 1969, Ratzinger apontava uma falha sobre a verdade: absolutizar a verdade comprovada pela ciência. “A desistência da verdade em si mesma, retirada para o constatável que se pode comprovar, e a exatidão dos métodos fazem parte das características dominantes da atitude científica moderna”.¹³⁷ Alhures, completou: “A

¹³¹ RATZINGER, Joseph, *Lembranças da minha vida*, p. 137.

¹³² RATZINGER, Joseph, *Lembranças da minha vida*, p. 137.

¹³³ ALTANER, B.; STUIBER, A, *Patrologia*, p. 425.

¹³⁴ Evódio. Apud AGOSTINHO, *O livre-arbítrio*, I, 2, 4.

¹³⁵ AGOSTINHO, *O livre-arbítrio*, I, 2, 4.

¹³⁶ RATZINGER, Joseph, *Política e verdade: Jesus perante Pilatos*, p. 43.

¹³⁷ RATZINGER, Joseph, Conferência sob o tema “Fé e saber” à Emissora Radiofônica da Baviera (1969), p. 24.

consolidação dos métodos de observação não o levaram a libertar-se mais e a progredir no sentido do fundamento das coisas; antes pelo contrário, tornaram-no prisioneiro dos seus métodos e prisioneiro de si mesmo”.¹³⁸ Anos mais tarde, no dia 27 de novembro de 1999, o Cardeal Ratzinger participou de um colóquio na Universidade de Paris IV – Sorbonne –, sob o tema: “2000 Anos Depois, O Que?”. As primeiras palavras dele no colóquio enfatizaram que o mundo atual duvida que os assuntos divinos possam ser, realmente, conhecidos: “No final do segundo milênio, o cristianismo encontra-se na Europa, justamente no lugar da sua de fusão originária, em profunda crise, baseada na sua pretensão à verdade”.¹³⁹ Uma das dimensões da crise é nos indagarmos se podemos aplicar à religião a noção de verdade, ou seja, se ao homem é consentido conhecer a verdade sobre Deus e os assuntos divinos. Para alguns, o ser humano, “[...] com a sua pretensão à verdade, parece estar particularmente cego diante do limite de cada um dos nossos conhecimentos do divino, caracterizado por fanatismo particularmente incensado, que incorrigivelmente toma o todo pela porção tocada na sua própria experiência”.¹⁴⁰ Na bela Homilia do Natal de 2012, denominada *Vamos até lá, a Belém, e vejamos esta palavra que nos foi mandada*, o Papa afirmou que há correntes que afirmam que as religiões, mormente o monoteísmo, “[...] seriam a causa da violência e das guerras no mundo; primeiro seria preciso libertar a humanidade das religiões, para se criar então a paz”.¹⁴¹ Defendem que “o monoteísmo, a fé no único Deus, seria prepotência, causa de intolerância, porque pretenderia, fundamentado na sua própria natureza, impor-se a todos com a pretensão da verdade única”.¹⁴²

(2) Em segundo lugar, Ratzinger assume que nem sempre o cristianismo (ou o monoteísmo) foram exemplos na história humana. Na entrevista ao jornalista alemão Peter Seewald (1954 -), que foi publicada em 2010 no livro *Luce del Mondo*, Bento XVI reconheceu que há suspeita sobre qualquer conceito de verdade, porque ela pode ser a causa de atrocidades e intolerâncias: “É evidente que o conceito de verdade hoje desperta muitas suspeitas. É justo dizer que o conceito de verdade foi muito abusado. Em nome da

¹³⁸ RATZINGER, Joseph, Conferência sob o tema “Fé e saber” à Emissora Radiofônica da Baviera (1969), p. 24.

¹³⁹ RATZINGER, Joseph, Cristianismo: a vitória da inteligência no mundo das religiões (11/1999), p. 11.

¹⁴⁰ RATZINGER, Joseph, Cristianismo: a vitória da inteligência no mundo das religiões (11/1999), p. 12.

¹⁴¹ BENTO XVI, *Vamos até lá, a Belém, e vejamos esta palavra que nos foi mandada* (Homilia de Natal, 24/122012), p. 215.

¹⁴² BENTO XVI, *Vamos até lá, a Belém, e vejamos esta palavra que nos foi mandada* (Homilia de Natal, 24/122012), p. 215.

verdade, a intolerância foi alcançada e atrocidades foram cometidas”.¹⁴³ E completa: “É por isso que as pessoas ficam com medo quando ouvem alguém dizer ‘Esta é a verdade’, ou mesmo ‘Eu tenho a verdade’”.¹⁴⁴ Na homilia de Natal de 2012, Bento XVI, com sua honestidade costumeira, também reconheceu que não deixa de ser verdade que o monoteísmo serviu, em certos momentos, de pretexto para a intolerância e a violência: “É verdade que uma religião pode adoecer e chegar a contrapor-se à sua natureza mais profunda, quando o homem pensa que deve ele mesmo deitar mão à causa de Deus, fazendo assim de Deus uma sua propriedade privada”.¹⁴⁵ Em outros textos, Ratzinger também criticou aqueles que desejam fazer do cristianismo algo privado que só pensa em seus interesses: em 1986,¹⁴⁶ declarou: “Um cristianismo que se retira ao nível de associação privada e perde a sua dilacerante força cultural e política contrasta com a grandeza da própria mensagem”.¹⁴⁷ E, em 2000, reafirmou: “[...] nós, os crentes, acreditamos que temos algo a dizer ao mundo, aos outros, que a questão de Deus não é uma questão privada, entre nós, de um clube que tem seus interesses e faz seu jogo”.¹⁴⁸ Vale citar aqui que em uma leitura interessante que fiz na época do Seminário, o historiador protestante Mark Noll (1946 -) também reconheceu que, constantemente, em toda a história do cristianismo, “[...] têm surgido problemas quando os fiéis equiparam os atos humanos da igreja com os atos de Deus, quando os filhos cristãos supõem que usar o nome de Deus para justificar as suas ações no tempo e no espaço é o mesmo que a própria ação de Deus”.¹⁴⁹ Esta é uma questão que perenemente devemos resignar: evadir de nós o falar em nome de Deus quando ele não fala.

(3) Em terceiro lugar, Ratzinger reconhece que a mensagem cristã possui soluções para a crise da verdade no mundo atual. Em um texto de 1986,¹⁵⁰ intitulado *O Pluralismo Como Questionamento à Igreja e à Teologia*, Ratzinger escreveu: “Desde o início foi constitutivo para a fé cristã que ela pretende orientar o Homem em seu compromisso mais

¹⁴³ “È Evidente che il concetto di verità oggi suscita molto sospetto. È giusto dire che di esso si è molto abusato. . In nome della verità si è giunti all'intolleranza e si sono commesse atrocità” (BENTO XVI, Luce del mondo, il Papa, la Chiesa e i segni dei tempi, p. 79, tradução minha).

¹⁴⁴ “Per questo le persone hanno paura quando sentono qualcuno dire ‘Questa è la verità’, o addirittura ‘Possiedo la verità’” (BENTO XVI, Luce del mondo, il Papa, la Chiesa e i segni dei tempi, p. 79-80, tradução minha).

¹⁴⁵ BENTO XVI, Vamos até lá, a Belém, e vejamos esta palavra que nos foi mandada (Homilia de Natal, 24/122012), p. 215.

¹⁴⁶ RATZINGER, Joseph, Com o prefeito da fé em altos voos (julho-agosto de 1986), p. 15.

¹⁴⁷ RATZINGER, Joseph, Com o prefeito da fé em altos voos (julho-agosto de 1986), p. 17-18.

¹⁴⁸ RATZINGER, Joseph; D'ARCAIS, Paolo, Deus existe?: debate entre o Cardeal Joseph Ratzinger e Paolo flores d'Arcais, p. 27.

¹⁴⁹ NOLL, Mark, Momentos decisivos na História do Cristianismo, p. 16.

¹⁵⁰ RATZINGER, Joseph, Naturaleza y misión de la teología, p. 12-13.

profundo com a verdade. Nisto o compromisso proveniente da fé distingue-se do que se origina de todas as outras associações”.¹⁵¹ No cristianismo, aprendemos questões importantes sobre a verdade. Primeiramente, Deus é a verdade absoluta. Na encíclica *Caritas in Veritate*, de 2009, Bento XVI afirmou que Deus é o “[...] Amor eterno e Verdade absoluta”.¹⁵² Sendo assim, a verdadeira liberdade apenas existe no encontro com Deus: “Cada um encontra o bem próprio, aderindo ao projeto que Deus tem para ele a fim de o realizar plenamente: com efeito, é em tal projeto que encontra a verdade sobre si mesmo e, aderindo a ela, torna-se livre (cf. Jo 8.32)”.¹⁵³ Em outro texto, Ratzinger havia dito: “O homem se torna verdadeiro, torna-se ele mesmo, quando se conforma a Deus. Ele chega então à sua essência autêntica. Deus é a realidade que dá o ser e o sentido”.¹⁵⁴ Em segundo lugar, é ensinado na religião cristã que “nós nunca possuímos a verdade, na melhor das hipóteses ela que nos possui. Ninguém questiona a necessidade de cautela e atenção antes de reivindicar a verdade para si mesmos”.¹⁵⁵ Quem é a Verdade cristã que nos possui? É Jesus Cristo. Por isso, para aqueles que afirmam que não podemos atingir a verdade no nível da religião, Ratzinger responde que, para o cristianismo, “simplesmente colocar a verdade de lado porque é considerada inatingível tem efeitos verdadeiramente devastadores”.¹⁵⁶ Bento XVI defende, categoricamente, que “se é incontestável algum mau uso da religião na história, não é verdade que o ‘não’ a Deus restabeleceria a paz. Se a luz de Deus se apaga, apaga-se também a dignidade divina do homem. Então, este deixa de ser a imagem de Deus[...]”.¹⁵⁷ Sendo a Verdade Jesus Cristo, Ratzinger enfatiza que a verdade não reina pela violência, mas por seu próprio poder. Esse, aliás, “[...] é o conteúdo central do Evangelho de João: diante de Pilatos, Jesus se define como *A Verdade* e o testemunho da verdade. E ele defende a verdade não com as legiões, mas a torna visível por meio de sua paixão e com ela a torna operativa”.¹⁵⁸ O que

¹⁵¹ RATZINGER, Joseph, *O pluralismo como questionamento à Igreja e à Teologia* (1986), p. 69.

¹⁵² BENTO XVI, *Caritas in veritate*, n. 1.

¹⁵³ BENTO XVI, *Caritas in veritate*, n. 1.

¹⁵⁴ RATZINGER, Joseph, *Política e verdade: Jesus perante Pilatos*, p. 44.

¹⁵⁵ “Noi non possediamo mai la verità, nel migliore dei casi è lei a possedere noi. Nessuno mette in discussione il fatto che sia necessario usare cautela e attenzione prima di rivendicare per sé la verità” (BENTO XVI, *Luce del mondo, il Papa, la Chiesa e i segni dei tempi*, p. 80, tradução minha).

¹⁵⁶ “metterla semplicemente da parte perché ritenuta irraggiungibile ha effetti veramente devastanti” (BENTO XVI, *Luce del mondo, il Papa, la Chiesa e i segni dei tempi*, p. 80, tradução minha).

¹⁵⁷ BENTO XVI, *Vamos até lá, a Belém, e vejamos esta palavra que nos foi mandada* (Homilia de Natal, 24/122012), p. 215-216.

¹⁵⁸ “[...] è il contenuto centrale del Vangelo di Giovanni: davanti a Pilato, Gesù si definisce *La Verità* e testimone della verità. Ed egli difende la verità non con le legioni, ma la rende visibile attraverso la sua passione e con essa la rende operante” (BENTO XVI, *Luce del mondo, il Papa, la Chiesa e i segni dei tempi*, p. 81, grifo do autor, tradução minha).

Jesus quis dizer quando afirmou que veio para dar testemunho da verdade (João 18.37)? Para Ratzinger, “dar testemunho da verdade” significa “[...] fazer valer Deus e sua vontade diante dos interesses do mundo e de seus poderes. Deus é a medida do ser. Nesse sentido, a verdade é o verdadeiro ‘Rei’ que dá sua luz e grandeza a todas as coisas”.¹⁵⁹ Em terceiro lugar, o cristianismo defende que a verdade deve sempre ser vivida no amor, e o amor na verdade. Em um contexto conforme o nosso, em que as pessoas pregam muito sobre o amor de Deus, recordar que Deus é também Verdade, faz toda a diferença. Bento XVI, na *Caritas in Veritate*, explicou que há a necessidade de conjugar o amor com a verdade, não apenas “[...] na direção assinalada por S. Paulo da ‘*veritas in caritate*’ (Ef 4.15), mas também na direção inversa e complementar da ‘*caritas in veritate*’”.¹⁶⁰ Desse modo, “a verdade há de ser procurada, encontrada e expressa na ‘economia’ da caridade, mas esta, por sua vez, há de ser compreendida, avaliada e praticada sob a luz da verdade”.¹⁶¹ De fato, sem verdade, o amor cai no sentimentalismo, tornando-se “[...] um invólucro vazio, que se pode encher arbitrariamente. É o risco fatal do amor numa cultura sem verdade; acaba prisioneiro das emoções e opiniões contingentes dos indivíduos, uma palavra abusada e adulterada chegando a significar o oposto do que é realmente”.¹⁶² No atual contexto social e cultural que vivemos, caracterizado pela atitude quase generalizada de relativizar a verdade, viver o amor na verdade “[...] leva a compreender que a adesão aos valores do cristianismo é um elemento útil e mesmo indispensável para a construção duma boa sociedade e dum verdadeiro desenvolvimento humano integral”.¹⁶³ Uma das maiores ênfases de Bento XVI, uma solução extraordinária para nosso tempo, é que “um cristianismo de caridade sem verdade pode ser facilmente confundido com uma reserva de bons sentimentos, úteis para a convivência social, mas marginais. Deste modo, deixaria de haver verdadeira e propriamente lugar para Deus no mundo”.¹⁶⁴

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Joseph Ratzinger, grande teólogo, explica sobre ser pastor. Ele deixa claro que há preocupação na Igreja Católica com esse importante tema. E quanto a nós reformados?

¹⁵⁹ RATZINGER, Joseph, *Política e verdade: Jesus perante Pilatos*, p. 44.

¹⁶⁰ BENTO XVI, *Caritas in veritate*, n. 2.

¹⁶¹ BENTO XVI, *Caritas in veritate*, n. 2.

¹⁶² BENTO XVI, *Caritas in veritate*, n. 3.

¹⁶³ BENTO XVI, *Caritas in veritate*, n. 3.

¹⁶⁴ BENTO XVI, *Caritas in veritate*, n. 3.

Temos nos preocupado com a vocação pastoral? A existência desta Revista Teológica com o seu tema atual demonstra que sim. Os pastores da Igreja Presbiteriana do Brasil devem possuir cultura bíblica e geral, para que tenham a humildade de sempre aprender e ensinar a verdade de Deus embasada na Escritura Sagrada. A leitura de autores que não pertencem à nossa confessionalidade deve ser feita sob o prisma de que toda verdade procede de Deus. Espero que essa “teologia caseira” de um professor deste Seminário tenha conseguido ensinar um pouco sobre o tema “A Teologia da Vocação em Joseph Ratzinger”. Acima de tudo, que tenha fortalecido a confessionalidade e a vocação de cada estudante presbiteriano que me leu, bem como de todos os demais leitores. Aos católicos que me lerão quando o artigo for anunciado, também desejo, com satisfação, que tenham boa leitura. É sempre bom aprender com os “de fora de nosso arraial” e também ensinar a eles um pouco de como vemos a teologia. A Igreja Presbiteriana do Brasil não é ecumênica, mas é fraterna na mansidão e no respeito que são devidos a todas as pessoas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGOSTINHO. A doutrina cristã: manual de exegese e formação cristã. São Paulo: Paulus, 2002. (Coleção Patrística, n. 17).
- AGOSTINHO. Confissões. São Paulo: Paulus, 2006. (Coleção Clássicos de Bolso).
- AGOSTINHO. O livre-arbítrio. 4. ed. São Paulo: Paulus, 2004. (Coleção Patrística, n. 8).
- ALTANER, Berthold; STUIBER, Alfred. Patrologia. 4. ed. São Paulo: Paulus, 2010.
- BENTO XVI. A comunhão no tempo: a Tradição [Audiência Geral de 26/04/2006]. In: *Idem*, Oração e santidade (catequeses ao povo de Deus). São Paulo: Molokai, 2018. p. 190-194. (Vol. I).
- BENTO XVI. Caritas in Veritate. 2. ed. São Paulo: Paulus / Loyola, 2009. [Promulgada em 29 de junho de 2009]. (Coleção Documentos do Magistério).
- BENTO XVI. Homilia como Bispo de Roma na Basílica de São João de Latrão (7/52005). In: _____. Um caminho de fé antigo e sempre novo: antologia completa de homilias, discursos, catequeses e mensagens para o Ano Litúrgico. São Paulo: Molokai, 2017. p. 51-57. [Tomo I: Ano ‘A’]. (Coleção Ratzinger, n. 3).
- BENTO XVI. Luce del mondo, il Papa, la Chiesa e i segni dei tempi. Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2010. (Una conversazione con Peter Seewald).
- BENTO XVI. O mistério do Natal (Audiência Geral, 27 dez 2006). In: *Idem*, E o verbo

- se fez carne: reflexões sobre o mistério do Natal. 2. ed. Campinas: Ecclesiae, 2014. p. 17-19.
- BENTO XVI. Spe Salvi. São Paulo: Paulus / Loyola, 2007. [Promulgada em 30 de novembro de 2007]. (Coleção Documentos do Magistério).
- BERTUCI, Heber R. A opção da Igreja Antiga pela filosofia: o Deus da Fé e o Deus dos Filósofos e Joseph Ratzinger. Revista Eletrônica Espaço Teológico: Reveleto. São Paulo, vol. 10, n. 18, p. 196-208, jul/dez, 2016.
- BERTUCI, Heber R. Joseph Ratzinger: um eminente teólogo da atualidade. Teocomunicação – Revista da Teologia da PUC-RS. Porto Alegre, vol. 52, n. 1, p. 1 - 12, jan.-dez. 2022.
- BLANCO SARTO, Pablo. Joseph Ratzinger – uma biografia. Tradução: Emérito da Gama. São Paulo: Quadrante, 2005.
- BLANCO SARTO, Pablo. La teología de Joseph Ratzinger: una introducción. 2. ed. Madrid: Pelícano; Palabra, 2011.
- BOOTH, Wayne C.; COLOMB, Gregory G.; WILLIAMS, Joseph M. A arte da pesquisa. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. (Coleção Ferramentas).
- CALVINO, João. A instituição da religião cristã. São Paulo: UNESP, 2009. [Tomo I].
- CALVINO, João. As Pastorais: I Timóteo, II Timóteo, Tito e Filemom. São Paulo: Paracletos, 1998.
- CHAPELL, Bryan. Pregação cristocêntrica. São Paulo: Cultura Cristã, 2002.
- CLEMENT OF ALEXANDRIA. The Stromata, or Miscellanies. In: ROBERTS, A.; DONALDSON, J. The Ante-Nicene Fathers. Albany, OR USA: AGES Software, 1997. p. 584- 1153. (Vol. II).
- CORKERY, James. Joseph Ratzinger's theological ideas: wise cautions e legitimate hopes. Mahwah: Paulist Press, 2009.
- COSTA, Hermisten M. P. da. A inspiração e inerrância das Escrituras. São Paulo: Cultura Cristã, 1998.
- COSTA, Hermisten M. P. da. Eu creio: no Pai, no Filho e no Espírito Santo. São Paulo: Parakletos, 2002.
- COSTA, Hermisten M. P. da. Raízes da teologia contemporânea. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.
- FERNÁNDEZ-ARMESTO, Felipe; WILSON, Derek. Reforma: o cristianismo e o mundo 1500 2000. Rio de Janeiro: Record, 1997.

- FÜRST, D. Confessar (ὁμολογέω). *In*: COENEN, Lothar; BROWN, Colin (Orgs.). Dicionário internacional de teologia do Novo Testamento. 2. ed. São Paulo: Vida Nova, 2004. p. 385-388. (vol. I: A - M).
- GEORGE, Timothy. Teologia dos reformadores. São Paulo: Vida Nova, 1994.
- HORTON, Michael S. Os Sola's da Reforma. *In*: BOICE, James M. *et al.* Reforma hoje: uma convocação feita pelos evangélicos-confessionais. São Paulo: Cultura Cristã. 1999. p. 97-127.
- IRINEU DE LIÃO. Demonstração da pregação apostólica. São Paulo: Paulus, 2014. (Coleção Patrística, n. 33).
- LOPES, Augustus N. Confessionalidade e liberdade acadêmica. São Paulo: Editora Mackenzie, 2005. [Carta de princípios para a Universidade Presbiteriana Mackenzie].
- MARTIN, Ralph P. Adoração na Igreja primitiva. São Paulo: Vida Nova, 1982.
- MARTIN, Ralph P. Credo. *In*: DOUGLAS, John D. O novo dicionário da Bíblia. 3. ed. rev. São Paulo: Vida Nova, 2007. p. 277.
- MÜLLER, Gerhard L. Ampliare l'orizzonte della ragione: per una lettura di Joseph Ratzinger-Benedetto XVI. Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2012.
- NOLL, Mark A. Momentos decisivos na História do Cristianismo. São Paulo: Cultura Cristã, 2000.
- NOVAES FILHO, Moacyr A. A razão em exercício: estudos sobre a filosofia de Santo Agostinho. 2. ed. São Paulo: Discurso Editorial; Paulus, 2009.
- PACKER, James I. O conforto do conservadorismo. *In*: HORTON, Michael S. Religião de poder. São Paulo: Cultura Cristã, 1998. p. 231-243.
- PINK, Arthur W. The divine inspiration of the Bible. AGES Software Albany, OR USA: 1997. [The ages digital library, Theology].
- RAMOS CENTENO, Vicente. Pensando con Ratzinger: reflexiones filosóficas a partir del 'Jesús de Nazaret'. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2016.
- RATZINGER, Joseph. A "Instrução sobre a vocação do Teólogo na Igreja" (1990). *In*: *Idem*, Natureza e missão da teologia. Tradução: Carlos A. Pereira. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 87-104.
- RATZINGER, Joseph. Conferência sob o tema "Fé e saber" à Emissora Radiofônica da Baviera (1969). *In*: *Idem*, Fé e futuro. João do Estoril: Principia, 2008. p. 11-31.

- RATZINGER, Joseph. Cristianismo: a vitória da inteligência no mundo das religiões (Janeiro de 2000). In: *Idem*, Ser cristão na era neopagã. Campinas: Ecclesiae, 2015. p. 11-28. (v. II: Discursos e Homilias (2000 - 2004) e Debates (1993 – 2000)).
- RATZINGER, Joseph. Fé e futuro. João do Estoril: Principia, 2008.
- RATZINGER, Joseph. Fé, filosofia e teologia (Conferência de 1984). In: *Idem*, Natureza e missão da teologia. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 13-26.
- RATZINGER, Joseph. Introdução ao Cristianismo: preleções sobre o símbolo apostólico. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2014.
- RATZINGER, Joseph. Lembranças da minha vida: autobiografia parcial (1927-1977). Tradução: Frederico Stein. São Paulo: Paulinas, 2006.
- RATZINGER, Joseph. Naturaleza y misión de la teología: ensayos sobre su situación en la discusión contemporánea. Navarra: Ediciones Universidad de Navarra, 2009.
- RATZINGER, Joseph. Política e verdade: Jesus perante Pilatos. In: BENTO XVI. Liberar a liberdade: fé e política no terceiro milênio. São Paulo: Paulus, 2019. p. 37-50. (Coleção: Fides Quaerens).
- RATZINGER, Joseph. Prefácio (Festa da Epifania, 1991). In: *Idem*. Compreender a Igreja hoje: vocação para a comunhão. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 7-8.
- RATZINGER, Joseph. Sal da terra, o Cristianismo e a Igreja Católica no limiar do terceiro milênio: um diálogo com Peter Seewald. Rio de Janeiro: Imago, 1997.
- RATZINGER, Joseph. Seminário: não um hotel, mas uma casa (fevereiro de 1990). In: *Idem*, Ser cristão na era neopagã. Campinas: Ecclesiae, 2014. p. 37-44. (vol. I: Discursos e Homilias (1986 - 1999)).
- RATZINGER, Joseph. Sobre a natureza do sacerdócio (Conferência ao Sínodo dos Bispos, 10/1990). In: *Idem*. Compreender a Igreja hoje: vocação para a comunhão. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 67-82.
- RATZINGER, Joseph. What Constitutes Christian Faith Today? (1975). In: Principles of Catholic Theology: building stones for a fundamental theology. San Francisco: Ignatius, 1987. p. 15-27.
- RATZINGER, Joseph. What is Theology? In: Principles of Catholic Theology: building stones for a fundamental theology. San Francisco: Ignatius, 1987. p. 315-322.
- RATZINGER, Joseph; D'ARCAIS, Paolo F. Deus existe?: debate entre o Cardeal Joseph Ratzinger e Paolo flores d'Arcais. In: *Idem; Idem*. Deus existe? Tradução: Sandra M. Dolinsky. São Paulo: Planeta, 2009. p. 25-85.

- RATZINGER, Joseph; MESSORI, Victor. A fé em crise: o Cardeal Ratzinger se interroga. Tradução: Fernando J. Guimarães. São Paulo: EPU, 1985.
- REGA, Lourenço S.; BERGMANN, Johannes. Noções do grego bíblico. São Paulo: Vida Nova, 2012.
- ROWLAND, Tracey. A fé de Ratzinger: a teologia do Papa Bento XVI. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência “Raimundo Lúlio” / Campinas: Ecclesiae, 2013.
- TORNIELLI, Andrea. Bento XVI – o guardião da fé. Rio de Janeiro / São Paulo, 2006.
- TRUEMAN, Carl R. O imperativo confessional. Brasília: Monergismo, 2012.
- VAN TIL, Cornelius. Apologética cristã. São Paulo: Cultura Cristã, 2010.
- VIGINI, Giuliano. Guia para a leitura da obra de Joseph Ratzinger. Parede: Lucerna, 2012.
- Καθέδρα. *In*: GINGRICH, F. Wilbur; DANKER, Frederick W. Léxico do N.T. grego/português. São Paulo: Vida Nova, 2003. p. 105.
- ὁμολογέω. *In*: GINGRICH, F. Wilbur; DANKER, Frederick W. Léxico do N.T. grego/português. São Paulo: Vida Nova, 2003. p. 146.
- ὁμολογία. *In*: GINGRICH, F. Wilbur; DANKER, Frederick W. Léxico do N.T. grego/português. São Paulo: Vida Nova, 2003. p. 146.

Dossiê Redescobrimo a Vocação

JOÃO 21.15-19 E A RENOVAÇÃO DA VOCAÇÃO

Rev. Me. Jackson Willian Marques da Fonseca¹

STPS; PUC-RJ; CPAJ

RESUMO

A narrativa inserida em João 21 revela um encontro específico, que não teve a intenção de provar a Pedro e aos demais discípulos que Jesus tinha ressuscitado. Eles já sabiam disto. Além do túmulo vazio, na sequência narrativa de João já haviam acontecido dois encontros dos discípulos com o Jesus ressuscitado. Dessa forma, o contexto geral do encontro de Jesus com Pedro, somado ao conteúdo do diálogo em si (analisado abaixo), apontam como objetivo principal da perícopes de 21.15-19 ser uma narrativa da renovação da vocação de Pedro como apóstolo de Jesus. Em uma perspectiva pastoral é clara a importância de estudar a passagem, pois a questão da renovação da vocação é algo recorrente no cotidiano eclesial: pessoas que fracassaram na sua fé e precisam de restauração.

PALAVRAS-CHAVES: Evangelho de João; Vocação; Perspectiva Pastoral; Exegese.

ABSTRACT

The narrative inserted in John 21 reveals a specific encounter, which was not intended to prove to Peter and the other disciples that Jesus had risen. They already knew this. Besides the empty tomb, in John's narrative sequence there had already been two encounters of the disciples with the resurrected Jesus. In this way, the general context of Jesus' encounter with Peter, together with the content of the dialogue itself (analyzed below), point to the main objective of the passage in 21:15-19 being a narrative of the renewal of Peter's vocation as an apostle of Jesus. In a pastoral perspective, the importance of studying the passage is clear, because the issue of vocation renewal is something recurrent in everyday church life: people who have failed in their faith and need restoration.

KEYWORDS: Gospel of John; Vocation; Pastoral Perspective; Exegesis.

¹ O autor é pastor da Igreja Presbiteriana do Brasil, professor e coordenador do departamento de teologia exegética do Seminário Teológico Presbiteriano Simonton, no Rio de Janeiro, professor e coordenador da Pós-Graduação em Estudos do Novo Testamento no mesmo Seminário, mestre em teologia bíblica pela PUC-Rio e mestre em divindade pelo Centro de Pós-Graduação Andrew Jumper.

A passagem de João 21.15-19 é única no Novo Testamento. Isso porque ela mostra a situação de um discípulo de Jesus sendo restaurado pelo próprio Jesus. O texto apresenta o drama da restauração de Pedro, que como discípulo fracassou ao negar Jesus. E, em que pese todos os discípulos de alguma forma também tenham negado Jesus, pois todos o abandonaram na hora da prisão dele, conforme Mateus 26.56 (sem contar Judas que o traiu), a queda de Pedro alcançou status muito maior. Talvez pela sua importância devido ao papel de liderança desempenhado no cristianismo primitivo, sua tríplice negação foi registrada nos quatro evangelhos.² Em contrapartida, sua restauração só nos é contada por João. Obviamente, os evangelhos sinóticos são claros em afirmar que Pedro foi uma das testemunhas da ressurreição de Jesus, mas quem fizer a leitura de Mateus, Marcos e Lucas e depois for direto para Atos, acreditará que tudo no relacionamento entre Pedro e Jesus se resolveu com a experiência do túmulo vazio e a visão do Cristo ressurreto. Foram, sem dúvida, acontecimentos marcantes que mudaram a vida de Pedro para sempre. No entanto, a narrativa inserida em João 21 revela um encontro específico, que não teve a intenção de provar a Pedro e aos demais discípulos que Jesus tinha ressuscitado. Eles já sabiam disto. Além do túmulo vazio, na sequência narrativa de João já haviam acontecido dois encontros dos discípulos com o Jesus ressuscitado. Dessa forma, o contexto geral do encontro de Jesus com Pedro, somado ao conteúdo do diálogo em si (analisado abaixo), apontam como objetivo principal da perícopa de 21.15-19 ser uma narrativa da renovação da vocação de Pedro como apóstolo de Jesus.

Em uma perspectiva pastoral é clara a importância de estudar a passagem, pois a questão da renovação da vocação é algo recorrente no cotidiano eclesial: pessoas que fracassaram na sua fé e precisam de restauração. De modo mais específico, o papel que Pedro já exercia entre os apóstolos aproxima o texto de uma realidade ainda mais desafiadora para as igrejas: como lidar com os líderes que erraram? O texto de João 21.15-19 vai além, e não apenas oferece uma forma da igreja olhar para esta situação, como dá pistas aos próprios líderes, isto é, como o líder deve encarar a realidade do seu próprio pecado? Será possível a restauração? Em que condições? São perguntas que este artigo ajuda a responder, oferecendo um subsídio exegético para a construção de uma abordagem pastoral.

² Esse fato, por si só, já demonstra a importância dessa tradição, visto serem tão poucas as histórias testemunhadas pelos quatro evangelistas.

APROXIMAÇÃO EXEGÉTICA

Não há espaço aqui para apresentar todos os detalhes de uma exegese da passagem. É necessário, porém, pontuar alguns aspectos. Quanto à delimitação, a repetição do verbo φανερώ em 21.1 e 21.14, além da diferença de gênero literário indicam que 21.15 inicia uma nova perícope. A partir de 21.20, o eixo da conversa passa de Pedro para o discípulo que Jesus amava, ou seja, o foco narrativo muda de discípulo. O narrador faz a transição no versículo 19 quando interpreta o dito de Jesus como se referindo ao tipo de morte de Pedro, para então passar a discutir a morte do discípulo amado.³ Quanto à crítica textual, a perícope não apresenta nenhum problema relevante,⁴ e questões específicas da tradução relacionadas à temática estudada serão discutidas na exposição.

Do ponto de vista do gênero literário, encontramos na passagem a utilização de duas formas. Segundo Berger, os versículos 21.15-17 foram inspirados no gênero *Paideutikon*,⁵ caracterizado pelo uso abundante de imperativos (no texto em análise são usados 4 vezes) e por funcionar como uma instrução para o instrutor, ou seja, o destinatário é encarregado a liderar e/ou ensinar um grupo com base na autoridade que o quem exorta. Há, então, uma estrutura tripartite: Jesus – Pedro – e os discípulos de Jesus (que serão pastoreados por Pedro). Outro gênero encontrado na perícope é diálogo, que inclusive ajuda a elucidar a estrutura do texto. Excetuando a moldura narrativa (é a frase inicial “Depois que tomaram a refeição da manhã”), são 12 frases, todas elas contendo o verbo λέγω (que ao todo aparece 14 vezes). As frases, por sua vez, estão estruturadas em quatro seções, cada qual contendo um modelo tríplice: Jesus pergunta, Pedro responde, Jesus ordena. Está última fala de Jesus sempre traz um imperativo. Na parte 4 a estrutura se mantém, sendo que a fala de Pedro é substituída pelo comentário do narrador, justamente para manter o formato. Disso resulta o esquema abaixo, conforme a tradução literal preparada pelo autor. Evidencia-se que o tema de João 21.15-19 é a renovação de Pedro como apóstolo para a missão de pastorear as ovelhas de Jesus.

³ A favor desta delimitação PERKINS, P. Evangelho segundo João. In: BROWN, Raymond E.; FITZMYER, Joseph A.; MURPHY, Roland E. (editores). *Novo Comentário Bíblico São Jerônimo – Novo Testamento e artigos sistemáticos*. p. 815; R. Schnackenburg apud CARSON, D. A. *O Comentário de João*. p. 675. Não obstante, o próprio Carson delimita a perícope entre os vs. 15-34. Nas edições em grego, tanto o Novo Testamento Grego, quanto o texto da 28ª edição de Nestle-Aland dividem a perícope em 15-19. cf. ALAND, B.; ALAND, K.; et alli. *O Novo Testamento Grego*. p. 346-347; NESTLE, E.; NESTLE, E. et alli. *Novum Testamentum Graece*. p. 376. Entre as traduções bíblicas brasileiras, somente a recente tradução de Frederico Lourenço delimita o texto entre os versículos 15-19. Cf. LOURENÇO, Frederico. *Bíblia. Volume I: Novo Testamento: Os quatro evangelhos*. p. 410-411. A tradução de Almeida Revista e Atualizada delimita em 21.15-23; a Bíblia de Jerusalém 21.1-23; a Nova Versão Internacional 21.15-25; a Nova Bíblia Pastoral 21.15-23, e A Mensagem, de Eugene H. Peterson, em 21.15-25.

⁴ METZGER, Bruce M. *Un Comentario Textual Al Nuevo Testamento Griego*. p. 220.

⁵ BERGER, K. *As Formas Literárias do Novo Testamento*. p. 192-193.

Moldura narrativa:

Depois que tomaram a refeição da manhã,

PARTE 1:

A (Jesus) Disse [λέγει] a Simão Pedro: Simão, [filho] de João, amas-me mais do que estes?
B (Pedro) Disse [λέγει]-Ihe: Sim, Senhor, tu sabes que te amo.
C (Jesus) Disse [λέγει]-Ihe: Alimenta [imperativo] os meus cordeiros.

PARTE 2:

A (Jesus) Disse [λέγει]-Ihe novamente, segunda vez: Simão [filho] de João, amas-me?
B (Pedro) Disse [λέγει]-Ihe: Sim, Senhor, tu sabes que te amo.
C (Jesus) Disse [λέγει]-Ihe Jesus: pastoreia [imperativo] as minhas ovelhas.

PARTE 3:

A (Jesus) Disse [λέγει]-Ihe a terceira vez: Simão, de João, amas-me?
B (Pedro) Entristeceu-se Pedro porque disse [εἶπεν]-Ihe pela terceira vez: amas-me? E respondeu [λέγει]-Ihe: Senhor, todas as coisas tu sabes, tu conheces que te amo.
C (Jesus) Disse [λέγει]-Ihe Jesus: Alimenta [imperativo] os meus cordeiros.

PARTE 4:

A (Jesus) Em verdade, em verdade, te digo [λέγω], quando eras mais jovem aprontavas a ti mesmo e andavas onde desejas; quando, porém, [te] envelheceres, estenderás as tuas mãos, e outro te aprontará e [o] conduzirá para onde não desejas.
B (Narrador) Isto, porém, disse [εἶπεν] indicando que tipo de morte [ele] glorificará Deus.
C (Jesus) E, tendo dito [εἰπὼν] isto, disse [λέγει]-Ihe: Segue-me [imperativo].

A SITUAÇÃO DE PEDRO

É importante analisar a passagem, um diálogo entre Jesus e Pedro, à luz de todo o relacionamento do apóstolo com Jesus. Os relatos dos Evangelhos mostram que Pedro, logo assim que Jesus formou o grupo apostólico, já ocupava um papel de destaque entre os apóstolos (o que se confirmou depois no início da igreja, conforme o livro de Atos). Ele pertencia àquele grupo mais íntimo de Jesus, com Tiago e João. Jesus afirmou que ele seria a “pedra” sobre a qual sua igreja seria edificada (Mateus 16.17-19).⁶ A diferença de Pedro e os demais discípulos também é vista em suas afirmações e atitudes que

⁶ Atualmente a exegese mais provável do texto é reconhecer que, de fato, a Pedro sobre a qual Jesus iria edificar a igreja é Pedro, no sentido dele ser o representante dos apóstolos, ou seja, o resultado teológico da fala de Jesus é que a sua Igreja foi edificada sob o fundamento dos apóstolos (ela é apostólica), sendo Pedro um legítimo representante desse grupo. Cf. HENDRIKSEN, William. *Mateus*. v. 2. p. 201-208.

demonstravam um grande comprometimento com Jesus, como quando ele afirmou que, se preciso, daria a própria vida por Jesus (João 13.37).

Entretanto, ao se aproximar a morte de Jesus Pedro sofreu um grande revés. Conforme Jesus já tinha lhe falado ele negou, não apenas que fosse um discípulo, mas até que conhecesse Jesus (Mateus 26.66-74; João 18.17-18). Obviamente sua tristeza foi muito grande: “chorou amargamente”,⁷ segundo Mateus 26.75. Logo ele que sempre se destacou entre os apóstolos, e que já tinha sido advertido por Jesus que tal fato ocorreria.

Agora é preciso olhar para o capítulo 21 de João. Não se pode perder de vista que a essa altura Pedro já tinha encontrado Jesus após sua tríplice negação. Ele foi, inclusive, um dos primeiros a testemunharem que o túmulo estava vazio. Mas nada nos quatro evangelhos atesta que Jesus tivesse conversado particularmente com ele antes desse episódio. A primeira parte do capítulo 21 narra o episódio de Pedro indo pescar com mais sete apóstolos: “vou pescar”, disse ele. Em Lucas 5.1-11 há uma perícopé muito semelhante a esta, onde se conta que após uma pesca frustrada, Jesus aparece a Pedro, faz acontecer uma pesca bem-sucedida e o vocaciona: “Não temas, doravante serás pescador de homens” (Lucas 5.10). Assim sendo, o fato do Evangelho de João registrar Pedro voltando a pescar peixes, isso após ter negado Jesus três vezes, somando-se a provável motivação de Jesus em conversar com Pedro, leva a crer que, de algum modo, o apóstolo estava desistindo da vocação, e voltando para sua antiga profissão. Como observa David J. Ellis, a construção “vou pescar” “significa um retorno à ocupação anterior da pessoa”.⁸ É plausível supor que, no mínimo, ele tinha dúvidas sobre sua dignidade para cumprir tal tarefa.

AS PERGUNTAS DE JESUS

Jesus pergunta três vezes a Pedro se ele o ama. Por que essa insistência? Independentemente da variação das palavras, com certeza Cristo teve alguma intenção ao reforçar o questionamento. Antes de tudo deve-se lembrar que Pedro negou Jesus justamente três vezes. Como visto acima, esse fato ocasionou grande frustração no apóstolo. Por outro lado, Jesus parece esperar uma resposta positiva, ou seja, ele sabia do amor de Pedro por ele. Daí, é seguro afirmar que através da pergunta “Tu me amas?”

⁷ Citações bíblicas de textos diferentes de João 21.15-19 foram extraídas da tradução Almeida Revista e Atualizada, 2ª edição, salvo outra indicação.

⁸ ELLIS, David J. João. In: BRUCE, F. F. (editor). *Comentário bíblico NVI*. p. 1203.

Jesus visava exatamente que Pedro demonstrasse para ele, para os discípulos e para Deus o seu amor por Jesus. Jesus estava dando a Pedro a oportunidade de publicamente confessar seu amor por Cristo.

A primeira pergunta possui uma peculiaridade. Ela possui um termo (πλέον) que possui um sentido de comparação: “amas a mim mais do que estes?” A questão é: qual é o referente da expressão “estes” (τούτων)? Existem duas possibilidades: 1) Amas a mim mais do que estes discípulos me amam? 2) Amas a mim mais do que a estes peixes? (ou a estas redes, ou a própria profissão de pescador). Partindo-se do pressuposto que Pedro entendeu o que Jesus falou, no primeiro caso a intenção de Jesus seria mostrar para Pedro que ele não precisava amar mais que os outros discípulos. Ele queria um amor sincero, “normal”, com todas as fragilidades que um amor humano possui.⁹ Contudo, a segunda hipótese se encaixa melhor ao contexto da passagem e da vida de Pedro. Considerando que ele realmente estava desistindo do ministério apostólico para voltar a sua antiga profissão, a pergunta de Jesus tinha o objetivo de fazer Pedro olhar para dentro de si, ver que em meio a culpa, a insegurança e a tristeza por haver falhado, ainda havia amor. Portanto, Jesus queria lembrá-lo do seu verdadeiro amor e da sua verdadeira vocação.

Não obstante, a despeito da correta interpretação da pergunta, deve-se destacar que Jesus perguntou acerca do amor de Pedro.¹⁰ Ora, como se viu acima, provavelmente Pedro tinha uma expectativa muito grande em relação a si mesmo como apóstolo. Talvez seu amor por Cristo fosse tanto que ele desejava ser uma espécie de “super discípulo”, o melhor de todos. As negações de Pedro frustraram profundamente esses anseios. Por isso Jesus perguntou simplesmente se ele o amava. Devemos prestar atenção no que Jesus não perguntou: não perguntou se ele era perfeito, se ele nunca pecou, nem o fez prometer uma fidelidade sobre-humana. Jesus mostrou para ele que queria um discípulo que o amasse, mesmo tendo fraquezas. O imprescindível no discipulado é o amor a Cristo. Este ponto é bem captado por Calvino

Os mestres ímpios e falsos, em contrapartida, são apontados por ele, em outra passagem, através desta marca: que não amam ao Senhor Jesus. Os que são

⁹ É a opção, entre outros, de CARSON, D. A. *O Comentário de João*. p. 676.

¹⁰ No texto grego existe uma variação no vocabulário utilizado para o verbo amor. Nos dois primeiros questionamentos o termo usado por Jesus é ἀγαπάω, enquanto a resposta de Pedro foi com o verbo φιλέω. Na terceira vez, Jesus também pergunta com o verbo φιλέω e o apóstolo segue respondendo com a mesma expressão. Alguns viram nisso uma mudança proposital de Jesus, como se o primeiro verbo apresentasse um padrão de amor mais elevado, que estaria fora do alcance de Pedro. Isto é, ele apenas conseguira amar Jesus no padrão φιλέω, mas nunca no ἀγαπάω. Todavia, a exegese atual não corrobora esta interpretação. Conforme KEENER, Craig S. *Comentário Histórico-Cultural do Novo Testamento*. p. 373: “Para a maioria dos estudiosos, as duas palavras gregas traduzidas pelo verbo ‘amar’ são usadas de forma intercambiável, assim como em outras passagens de João e na literatura do período em geral. O uso de sinônimos para a variação retórica era comum na Antiguidade”.

chamados a governar a Igreja devem, pois, lembrar que, caso desejem desempenhar seu ofício com propriedade e fielmente, devem começar com o amor de Cristo.¹¹

AS RESPOSTAS DE PEDRO

Nas suas respostas, Pedro sente-se inseguro de expressar seus sentimentos. Quando ele fala “tu sabes que te amo”, o “tu sabes” joga a responsabilidade para Jesus. Ele não se sente à vontade de dizer, como seria natural: “sim, eu te amo!”. Talvez tenha aprendido a lição de ser um pouco mais comedido em suas afirmações, um servo mais humilde.

O texto diz que Pedro “entristeceu-se” por Jesus ter perguntado a terceira vez, e assim a resposta de Pedro também muda. Ao “tu sabes que te amo”, ele acrescenta “tu sabes todas as coisas”. Notadamente o apóstolo percebe a ligação das três perguntas de Jesus com suas três negações. Por isso, a resposta de Pedro significa: “Senhor, tu sabes todas as coisas, sabes que te neguei, sabes das minhas limitações, e também sabes que eu te amo”. E era exatamente neste ponto que Jesus queria que Pedro chegasse. Queria que Pedro lembrasse que ele foi escolhido, não para ser perfeito, mas para amá-lo. E Jesus sabia que ele o amava.

A RENOVAÇÃO DA VOCAÇÃO

Se Jesus repetiu três vezes a mesma pergunta, após as respostas de Pedro, ele também repetiu três vezes uma ordem para o apóstolo: “pastoreia as minhas ovelhas!”. É nesta afirmação imperativa que se percebe que a intenção de Jesus era tratar do ministério de Pedro. Na proporção que o apóstolo o negou, Cristo lhe dá uma missão. E como se dissesse: “Eu sei que você me negou. Eu conheço as suas falhas, mas eu ainda tenho uma missão para você. Ainda estou interessado em sua vida!”.

Toda a situação quando isso ocorre também tem um significado especial para Pedro. O encontro de Jesus com ele ocorre quando ele e outros apóstolos estavam pescando no mar de Tiberíades. Segundo os evangelhos sinóticos, a vocação de Pedro, no início do ministério de Jesus, aconteceu da mesma forma. Nos três sinóticos Pedro é chamado a ser “pescador de homens”. O relato de Lucas 5.1-11 é ainda mais semelhante ao de João. Em ambos, os apóstolos tiveram uma pescaria fracassada, e Jesus ordena-lhes que lancem a rede novamente. E sob as ordens de Jesus, eles conseguem pescar muitos peixes. É, nesse sentido, plausível concluir que Jesus repetiu aquela cena para

¹¹ CALVINO, João. *Evangelho Segundo João*. p. 315–316.

intencionalmente lembrar Pedro da sua vocação, do seu chamado para ser pescador de homens, não de peixes. Como observa Blomberg: “é notavelmente rememorativo da surpreendente pescaria que acompanhou o chamado original de Pedro (Lc 5.1-11) – podemos intitular de forma adequada o segundo evento de seu ‘re-chamado’ ”.¹²

Por conseguinte, a forma como Jesus dirige-se ao apóstolo também chama a atenção. Nas três perguntas Jesus não fala “Pedro”, mas “Simão”. Por que? Pode ser uma mera coincidência, ou mesmo algo do estilo narrativo de João, mas vem à mente que o nome “Pedro” foi dado por Jesus (João 1.42), e equivalia a um título. É possível, então, que Jesus estivesse querendo lembrar o apóstolo do “Simão” que anteriormente foi vocacionado, do “Simão” que precisava recomeçar para ser um novo Pedro, deixando para trás as falhas do antigo Pedro.¹³ E se a intenção de Jesus no diálogo era renovar a vocação de Pedro, por intermédio das afirmações imperativas: “Pastoreia as minhas ovelhas”, Jesus esclarece para Pedro que seu ministério precisa basear-se no seu amor a Cristo. Jesus lhe fez uma pergunta e foi só após a resposta que ele deu a ordem a Pedro. Ainda que o apóstolo continuasse a ter falhas, ele nunca teria sucesso no seu ministério se prescindisse do seu amor por Jesus, ou não fizesse dele a sua base ministerial.

O SUSTENTO DA VOCAÇÃO

No contexto imediato anterior, quando os apóstolos perceberam que pelas ordens daquele homem conseguiram pescar muitos peixes, reconheceram que não se tratava de um homem qualquer, e sim de Cristo. Logo a seguir Jesus os faz um convite: “Vinde, comei!”. Ele está na praia, lhes oferece uma refeição, e ele próprio os serve. Diz o texto: “Veio Jesus, tomou o pão, e lhes deu, e de igual modo, o peixe”. O relato ecoa as narrativas sinóticas da instituição da eucaristia, bem como o do encontro do ressuscitado com os discípulos de Emaús. Perceba que os verbos “tomar” e “dar” em todas as passagens são variações dos verbos gregos λαμβάνω e δίδωμι.

Enquanto comiam, tomou Jesus um pão (λαβὼν ὁ Ἰησοῦς ἄρτον), e, abençoando-o, o partiu, e o deu (καὶ δοῦς) aos discípulos, dizendo: Tomai, comei; isto é o meu corpo (Mateus 26.26).

E, enquanto comiam, tomou Jesus um pão (λαβὼν ἄρτον) e, abençoando-o, o partiu e lhes deu (καὶ δοῦς), dizendo: Tomai, isto é o meu corpo (Marcos 14.22).

¹² BLOMBERG, Craig. L. *Introdução aos Evangelhos*. p. 468, 469.

¹³ BOOR, Werner de. *Evangelho de João*. p. 209: “Jesus não se dirigiu a ele com seu nome oficial ‘Pedro’, mas o chamou de ‘Simão, filho de João’. Ele está diante de seu Senhor apenas como pessoa, como ele mesmo. Nenhum ‘cargo’ lhe dá segurança”.

E, tomando um pão (λαβὼν ἄρτον), tendo dado graças, o partiu e lhes deu (καὶ ἔδωκεν), dizendo: Isto é o meu corpo... Semelhantemente (ὡσαύτως), depois de cear, tomou o cálice... (Lucas 22.19-20).

E aconteceu que, quando estavam a mesa, tomando ele o pão (λαβὼν τὸν ἄρτον), abençoou-o e, tendo-o partido, lhes deu (ἔπεδίδου); então, se lhes abriram os olhos, e o reconheceram; mas ele desapareceu da presença deles (Lucas 24.30-31).

Disse-lhes Jesus: Vinde, comei. Veio Jesus, tomou o pão (λαμβάνει τὸν ἄρτον), e lhes deu (καὶ δίδωσιν), e, de igual modo (ὁμοίως), o peixe (João 21.12-13).

Partindo da premissa que o fato ocorreu exatamente conforme João narrou (isto é, não é uma mera produção literária), é ao menos possível considerar que Jesus teve realmente a intenção de lembrar os apóstolos aquele importante acontecimento. Agora, pensando principalmente em Pedro, qual intenção seria essa? Tendo em vista que Jesus encontrou um apóstolo em crise é que o objetivo era renovar a vocação apostólica dele, pode-se concluir que Jesus queria exatamente oferecer alimento para Pedro: o pão e o peixe apontavam simbolicamente para a Ceia do Senhor, e esta remetia ao verdadeiro alimento espiritual, que é Cristo.¹⁴ Jesus queria lembrar ao seu apóstolo enfraquecido que ele deveria renovar as suas forças alimentando-se de Cristo. Por outro lado, quando Jesus fala para Pedro pastoreia, apascenta as minhas ovelhas, isso inclui o alimentar as ovelhas. E justamente o mesmo alimento que Pedro terá para se fortalecer, é o alimento que ele dará as ovelhas. Afinal, as ovelhas não são dele. O Senhor é enfático ao falar: “minhas ovelhas, meus cordeiros”. Toda essa interpretação da refeição oferecida aos apóstolos está de acordo com a ênfase do evangelho de João em ver Jesus como alimento espiritual, tendo o crente a necessidade de “comer” e “beber” Cristo. Observe-se, especialmente, alguns trechos do capítulo 6, passagem que também faz eco à Ceia do Senhor.¹⁵

¹⁴ Não se está dizendo que Jesus celebrou a Ceia do Senhor com os discípulos na praia, mas sim que, na forma como está redigido, qualquer leitor cristão notará a relação entre os episódios. Não era a eucaristia, mas um símbolo da eucaristia. Nas palavras de Lourenço: “há aqui uma sutil ressonância eucarística”. Cf. LOURENÇO, Frederico. *Bíblia, volume I: Novo Testamento: Os quatro evangelhos*. p. 410. Ocorre que o autor utiliza aqui a estratégia literária do “significado duplo”, através da qual um evento determinado pode possuir dois significados interligados (não contraditórios), sendo que, às vezes, o segundo sentido só é percebido pelos leitores. Em favor da existência dos dois níveis de significado aqui em João 21 cf. BEASLEY-MURRAY, G. R. *John*. p. 448. Minha opinião, no entanto, é que a alusão à Ceia foi intencionada por Jesus, e percebida por seus discípulos.

¹⁵ Observe a conexão entre a passagem de João 6.11 e o relato da instituição da Eucaristia em Lucas 22.19:

“Então, Jesus tomou os pães [ἔλαβεν οὖν τοὺς ἄρτους] e, tendo dado graças [εὐχαριστήσας], distribuiu-os [διέδωκεν] entre eles; e também igualmente os peixes, quanto queriam”; “E, tomando um pão [λαβὼν ἄρτον], tendo dado graças [εὐχαριστήσας], o partiu e lhes deu [ἔδωκεν], dizendo: Isto é o meu corpo oferecido por vós; fazei isto em memória de mim”. Além da ligação literária, a sequência da ação é idêntica: tomar os pães, dar graças e distribuir. Não obstante, PHEME PERKINS identifica uma ligação entre o texto de Jo 6.11 e a refeição descrita no capítulo 21. Primeiro, as duas narrativas se desenrolam junto ao mar de Tiberíades (são as únicas vezes que ele é mencionado no evangelho). Segundo, em ambos os textos os alimentos abençoados são pão e peixe e quem toma e distribui é Jesus. PERKINS, PHEME. João. In: BROWN, Raymond E.; FITMYER, Joseph A.; MURPHY, Roland E. (editores). *Novo Comentário Bíblico São Jerônimo*. p. 815.

Declarou-lhes, pois, Jesus: Eu sou o pão da vida; o que vem a mim jamais terá fome; e o que crê em mim jamais terá sede. (vs.35)

Eu sou o pão vivo que desceu do céu; se alguém dele comer, viverá eternamente; e o pão que eu darei pela vida do mundo é a minha carne. (vs. 51)

Respondeu-lhes Jesus: Em verdade, em verdade vos digo: se não comerdes a carne do Filho do Homem e não beberdes o seu sangue, não tendes vida em vós mesmos. Quem comer a minha carne e beber o meu sangue tem a vida eterna, e eu o ressuscitarei no último dia. Pois a minha carne é verdadeira comida, e o meu sangue é verdadeira bebida. Quem comer a minha carne e beber o meu sangue permanece em mim, e eu, nele. Assim como o Pai, que vive, me enviou, e igualmente eu vivo pelo Pai, também quem de mim se alimenta por mim viverá. Este é o pão que desceu do céu, em nada semelhante aquele que os vossos pais comeram e, contudo, morreram; quem comer este pão viverá eternamente. (v. 53-58).

Portanto, Jesus mostrou para Pedro, para os outros discípulos e para todos os crentes que só em Cristo há sustento para os desafios da vocação. Sem esse alimento, qualquer ministério está fadado a perecer.

IMPLICAÇÕES

Qual contribuição o texto em análise traz para a discussão teológica dos ministérios na igreja? Podemos olhar a relação entre a questão ministerial e a doutrina da vocação. Esta última é a condição indispensável para o exercício de qualquer ofício na igreja. No entanto, o que o diálogo entre Jesus e Pedro nos lembra é que, antes de sermos chamados a cumprir qualquer tipo de ofício ou função eclesiástica, somos vocacionados ao relacionamento com Jesus Cristo. Esta é a primeira e fundamental vocação de todos os cristãos: amar Jesus Cristo. E na verdade, o próprio ministério de Jesus Cristo deve ser entendido desta forma: não podemos compreender a missão de Jesus na Terra à parte do seu relacionamento com o Pai. Esta ênfase nos ajudará a esquivar-se de dois equívocos: avaliar a vocação tão somente pela quantidade de conhecimento teológico ou enxergar o ministério apenas como um tecnocrata. Qualquer ofício, dom ou cargo só deve ser exercido na igreja como expressão do nosso relacionamento e da nossa comunhão com Jesus, ou mais especificamente, do nosso amor, na linguagem de João, e na linguagem de Paulo em 1Coríntios 13. Mais do que teólogos e técnicos, precisamos ser discípulos.

O texto estudado também ajuda a todos envolvidos no ministério qual é a finalidade do nosso chamado. A cada resposta de Pedro, Jesus aponta a missão: pastoreia as minhas ovelhas. A missão principal do pastor não é outra além de pastorear pessoas, conduzindo-as sempre a um relacionamento mais comprometido com Jesus. Que Pedro

adotou essa perspectiva pastoral fica evidenciado na recomendação feita por ele em 1Pedro 5.1-3

Rogo, pois, aos presbíteros que há entre vós, eu, presbítero como eles, e testemunha dos sofrimentos de Cristo, e ainda co-participante da glória que há de ser revelada: pastoreai [ποιμάνετε]¹⁶ o rebanho de Deus que há entre vós, não por constrangimento, mas espontaneamente, como Deus quer; nem por sórdida ganância, mas de boa vontade; nem como dominadores dos que vos foram confiados, antes, tornando-vos modelos do rebanho.

A vida eclesiástica possui uma série de desafios, e facilmente podemos nos perder em tarefas para as quais não fomos chamados. Tanto a igreja, quanto os próprios pastores devem cuidar para que o ministério tenha como foco o alvo da vocação.

Outra implicação que decorre da passagem é a delicada questão da restauração ministerial. Ainda que falte espaço aqui para um aprofundamento do assunto, é certo que não se pode estudar o tema no Novo Testamento sem considerar esta passagem. Ela ensina que, na perspectiva de Jesus, mesmo alguém que negou a fé publicamente pode ser restaurado ao ministério.¹⁷ E mesmo a forma de Jesus tratar Pedro é algo que chama a atenção. As perguntas de Jesus exigiram uma confissão pública e sincera do amor de Pedro por Jesus. Naturalmente, Pedro havia passado por uma experiência de arrependimento e Jesus sabia disso. Olhando para o dia a dia da vida eclesiástica em uma comunidade ou em um concílio, precisamos tratar cada situação individualmente, com suas particularidades específicas, lembrando que a realidade é sempre mais complexa que a teoria teológica. Nunca, porém, podemos esquecer de olhar para este texto como um referencial neotestamentário nessa questão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALAND, B.; ALAND, K.; et alli. *O Novo Testamento Grego*. 4ª ed. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2008.

BEASLEY-MURRAY, George Raymond. *John*. Londres: Thomas Nelson Publishers, 1999.

BERGER, K. *As Formas Literárias do Novo Testamento*. São Paulo: Loyola, 1998.

BLOMBERG, Craig L. *Introdução aos Evangelhos*. São Paulo: Vida Nova, 2017.

¹⁶ Temos aqui o verbo ποιμάνω no imperativo, exatamente como utilizado em Jo 21.16, na segunda vez que Jesus comenta após a resposta de Pedro.

¹⁷ Obviamente não estamos advogando uma restauração imediata ou automática. Não podemos esquecer que Pedro sofreu e se arrependeu do seu erro, e que existiu um espaço de tempo entre a negação de Pedro (antes da crucificação), a restauração de Pedro (dias depois da ressurreição) e o início efetivo do ministério de Pedro (pentecostes).

- BOOR, Werner de. *Evangelho de João*. Volume 2. Curitiba: Editora Evangélica Esperança, 2002.
- CARSON, D. A. *O Comentário de João*. São Paulo: Shedd, 2007.
- ELLIS, David J. João. In: BRUCE, F. F. (editor). *Comentário bíblico NVI*. São Paulo: Vida, 2008.
- HENDRIKSEN, W. *João*. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.
- KEENER, Craig S. *Comentário Histórico-Cultural do Novo Testamento*. São Paulo: Vida Nova, 2017.
- LOURENÇO, Frederico. *Bíblia. Volume I: Novo Testamento: Os quatro evangelhos*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2017.
- METZGER, Bruce M. *Un Comentario Textual Al Nuevo Testamento Griego*. Stuttgart: Deutsche Bibelgesellschaft, 2006.
- NESTLE, E.; NESTLE, E. et alli. *Novum Testamentum Graece*. 28^a ed. Barueri: Sociedade Bíblia do Brasil, 2018.
- PERKINS, P. Evangelho segundo João. In: BROWN, Raymond E.; FITZMYER, Joseph A.; MURPHY, Roland E. (editores). *Novo Comentário Bíblico São Jerônimo – Novo Testamento e artigos sistemáticos*. São Paulo: Paulus / Santo André: Academia Cristã, 2015.
- CALVINO, João. *Evangelho Segundo João*. Volume 2. São José dos Campos: Fiel, 2015.

Dossiê Redescobrimo a Vocação

VOCAÇÃO DESIGNATIVA, UM DESAFIO À COMPREENSÃO DA GRAÇA DE DEUS

Rev. João Batista Borges ¹

STPS

RESUMO

O presente artigo é uma reflexão sobre vocação. Especificamente, aborda um aspecto da vocação, chamado de vocação designativa, que vem a ser o chamado divino para cumprimento de determinados serviços designados por Deus. Nesse sentido, são ambos designados: o serviço e aquele que foi chamado para executá-lo. A partir de conceitos de vocação de modo geral e de vocação designativa em particular, se discute a relação entre vocação designativa e responsabilidade humana e a existência ou não de conflito entre atributos e/ou desígnios divinos no âmbito do tema estudado.

PALAVRAS-CHAVES: Vocação. Vocação Designativa. Desígnios Divinos. Responsabilidade Humana. Atributos Divinos.

ABSTRACT

This article is a reflection on vocation. Specifically, it addresses an aspect of vocation called the designative vocation, which is the divine call to fulfill certain services designated by God. In this sense, they are both designated: the service and the one called to perform it. Starting from the concepts of vocation in general and of designative vocation in particular, the relationship between designative vocation and human responsibility and the existence or non-conflict between divine attributes and/or designs in the scope of the studied theme is discussed.

KEYWORDS. Vocation. Designative Vocation. Divine Designs. Human Responsibility. Divine Attributes.

¹ Bacharel em Teologia pelo então Seminário Teológico Presbiteriano do Rio de Janeiro, em 1990. Bacharel e Licenciado em Química pela Faculdade de Humanidades Pedro II, em 1985. Professor do Seminário desde 2000. Formado em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie Rio.

Fulano é um vocacionado! Ao se pronunciar essa frase, em que se pensa especificamente? Pensa-se em algo bom ou ruim a respeito da vocação da pessoa de quem se fala? Faz-se referência a algo que a pessoa possa vir a exercer mesmo sem querer e lhe traga consequências ruins na eternidade?

Parece que não. O senso comum de vocação normalmente está ligado ao exercício de um dever, de um ofício que possa ser de difícil execução, mas que, ao final, na eternidade, acontecerá uma espécie de recompensa pelos infortúnios vividos no tempo do exercício da vocação. Mas o que dizer daquelas vocações que, necessárias no âmbito da soberania divina e de seus desígnios eternos, resultam em desprezo, aversão e até ódio em relação ao vocacionados?

As questões acima levantadas são reflexões para abordar vocação designativa. Esta se refere a determinados ofícios, a determinadas realizações humanas que, submissas ao mando divino e à sua soberania, reserva consequências desastrosas – pelo menos no plano humano – para aqueles que forem contemplados com essa vocação. Vocação designativa é um desafio para a compreensão dela por si mesma e da compreensão dela em relação à graça de Deus.

Este artigo tem por objetivo apresentar algumas reflexões sobre a vocação designativa e a tentativa de associá-la com a graça de Deus. De antemão, sabe-se que esse empreendimento apresenta grandes dificuldades. É uma estrada sinuosa esse entendimento. Será que é um assunto que se submete à compreensão humana? Ou dever-se-ia tratá-lo à luz de Deuteronômio 29.29: “As coisas encobertas pertencem ao Senhor, nosso Deus, porém as reveladas nos pertencem, a nós e a nossos filhos, para sempre, para que cumpramos todas as palavras desta lei”?

É evidente que não se pretende esgotar o assunto tendo em vista que este tipo de escrito – um artigo – não seria tão ousado a ponto de nutrir essa pretensão e nem poderia ter a extensão que o tema merece para uma análise mais ampla

. Por isso, aqui se farão algumas provocações para orientar a análise do assunto, e, desde já, recomendando leituras complementares de autores aqui citados e de outros mais para elucidar um pouco mais a questão.

1 VOCAÇÃO – CONCEITOS GERAIS

O Rev. Américo Justiniano Ribeiro (1987, p. 1) procura harmonizar os conceitos de Vocação e Hiperetologia. A intenção dele é falar, ao mesmo tempo, do efeito da ação divina que chama o ser humano para servir a Deus (Vocação) e do serviço propriamente dito do ponto de vista da Doutrina que o estuda (Hiperetologia). Assim, o Rev. Américo diz que

... os dois vocábulos ligam dois conceitos distintos, a saber: chamado e serviço, os quais foram a essência da disciplina que eles designam, que estuda **“o chamado de Deus para uma vida de reconciliação com Ele e de glorificação ao Seu nome por meio do serviço prestado ao próximo”** (Grifo do autor deste artigo). Se quisermos colocar a mesma ideia em termos um pouco diferentes, diremos que **“vocação é o chamado de Deus ao homem para que ele, primeiramente, se torne parte do corpo de Cristo, que é a Igreja e, em segundo lugar, para que O sirva em todas as suas relações com o próximo”**. (Também grifo do autor deste artigo).

Percebe-se nos conceitos apresentados pelo Rev. Américo uma certa condição da vocação, a saber, “uma vida de reconciliação com Ele e de glorificação ao Seu nome por meio do serviço prestado ao próximo”. E, também, “...chamado de Deus ao homem para que... se torne parte do corpo de Cristo e ... o sirva em todas as suas relações com o próximo”. Assim, a vocação estaria intrinsecamente ligada a uma relação com Deus de forma pessoal e a um serviço ao próximo. Esse conceito de Américo Ribeiro será retomado mais adiante para tentar elucidar o tema proposto – vocação designativa.

O Manual Presbiteriano (p. 55) apresenta o seguinte conceito de vocação no artigo 108 da Constituição da Igreja Presbiteriana do Brasil: “Art. 108. Vocação para ofício na igreja é a chamada de Deus, pelo Espírito Santo, mediante o testemunho interno de uma boa consciência e a aprovação do povo de Deus, por intermédio de um concílio”. Neste conceito, Deus chama, o vocacionado exerce a boa consciência e a Igreja atesta o chamado. Embora não seja necessariamente nessa ordem – as ações do vocacionado e da Igreja –, fato é que vocacionado e Igreja tem participação em algum momento da vocação de alguém que é chamado por Deus para o serviço nessa mesma Igreja.

O Rev. Kléos Magalhães Lenz César (1999, p. 20-22) do mesmo modo que apresenta conceitos bem sucintos de vocação como, por exemplo, quando diz que “vocação é o chamado divino propriamente dito” (LENZ CÉSAR, 1999, p. 22), aborda o vocábulo em várias perspectivas: no campo da linguística, da história, a definição popular, a teológico-confessional etc. Ele trabalha com conceitos de Américo Justiniano Ribeiro, já mencionado acima, e outros autores.

No capítulo 2 da obra de Kléos com o título “A dimensão da vocação” (LENZ CÉSAR, 1999, P. 27) é que aparece, dentre vários outros âmbitos da dimensão da vocação, a expressão vocação designativa. E é aqui que se encontra o ponto deste artigo das reflexões que ele encerra. A vocação designativa no entender de Kléos é “para cumprir os desígnios divinos na terra”. A tese defendida pelo autor é que os propósitos eternos do Criador, seus decretos santos, seus desígnios, precisam ser realizados. De uma forma ou de outra eles serão realizados. Então, Deus escolhe pessoas específicas, ele as vocaciona para realizarem esses propósitos divinos e darem cumprimentos a seus desígnios. Quem dá cumprimento aos desígnios divinos exerce a chamada vocação designativa.

2 A VOCAÇÃO DESIGNATIVA, SENDO UM SERVIÇO AOS DESÍGNIOS DIVINOS, EXCLUI A RESPONSABILIDADE E AS CONSEQUÊNCIAS SOBRE OS ATOS HUMANOS?

Dentre aqueles que exerceram tal vocação designativa, o Rev. Kléos menciona Faraó, Ciro e Artaxerxes, Daniel, Ester, Judas Iscariotes e Pilatos. Desses, sabe-se, pela leitura bíblica do que fizeram, Faraó, Judas Iscariotes e Pilatos teriam tido uma participação vocacional que lhes legou um conceito extremamente pejorativo no âmbito daqueles que se prestam a estudar o serviço a Deus. De modo geral, quando se pensa nesse serviço, faz-se alusão àquelas obras que enaltecem tanto a Deus quanto aqueles que as realizam. É nesse sentido que há orientações bíblicas em vários textos, sejam do Antigo sejam do Novo Testamentos. Mas os casos desses personagens bíblicos acima destacados, a obra deles, o que eles deixaram como legado de realizações na história é de feitos que denigrem sua imagem perante Deus – isso, evidente se faz necessário dizer, do ponto de vista humano –. A partir desse entendimento – da imagem deles denegrada em razão da vocação designativa a que se sujeitaram –, surge a questão da análise das ações deles, ou seja, do exercício da efetiva vocação designativa deles em relação à responsabilidade deles e as respectivas consequências por seus atos. Seria o caso de se entender que, pelo fato de terem cumprido os propósitos divinos na história estariam eles livres de culpa por seus atos?

Certamente que a resposta a essa questão passa um pouco pela análise da doutrina da eleição, especificamente em relação a esses casos. Mas como se disse acima, este artigo não pretende responder todas as questões que levantará – apenas fará algumas

reflexões e – por que não dizer? – algumas provocações para alavancar estudos mais acurados a respeito do assunto.

O Rev. Kléos (1999, p. 27), ao falar do governo absoluto de Deus sobre todas as coisas, sobre os eleitos e sobre os não eleitos, apresenta uma forma de se entender a vocação designativa do seguinte modo:

Deus tem um governo absoluto sobre todas as criaturas e sobre os seus atos. Por isso Ele pode, eventualmente, determinar que eleitos e, ou, não-eleitos o sirvam com ações isoladas e temporárias para o cumprimento de seus soberanos propósitos na história. Para que isso ocorra, os não-eleitos não precisam ser exata e definitivamente vocacionados no sentido profundo do termo teológico aplicado aos eleitos (a vocação evangélica). Muitas vezes, eles sequer tomam conhecimento direto do serviço ou colaboração que prestam à soberania divina. Essa é a vocação designativa.

Essa fala do Rev. Kléos menciona pelos menos duas coisas que chamam a atenção: que esse serviço da vocação designativa pode ser algo eventual, esporádico; e que os que servem podem não ter exatamente a consciência da colaboração que prestam à soberania divina. Isto levanta a possibilidade de se pensar no perdão divino para os atos dessa pessoa que se verga à Sua soberania. Em outras palavras, seria simples concluir: se alguém está a serviço de Deus, como poderia receber punição do próprio Deus por servi-lo? Falando especificamente de Judas Iscariotes e pelo fato de ter sido ele aquele traiu Jesus e, em razão desse seu ato, o Salvador veio a ser entregue aos seus algozes para a morte. Mas a questão é que a morte de Cristo estava preordenada por Deus como único meio pelo qual o pecado humano poderia ser expiado. Teria, portanto, Judas que arcar com a responsabilidade e as consequências punitivas de seu ato, já que esse ato se pôs a serviço dos desígnios divinos? Como se disse, é uma reflexão. É uma provocação essa questão levantada. Mas há determinada lógica nesse raciocínio.

De qualquer modo, a vocação designativa, se não tiver a serventia de remir os vocacionados dos pecados cometidos por seus atos dentro do cumprimento da vocação, pelo menos é uma maneira de se olhar para essas pessoas de uma forma diferente, como instrumentos da santa soberania divina.

3 ATRIBUTOS E/OU DESÍGNIOS DIVINOS PODEM SER CONFLITANTES?

A vocação designativa levanta outra questão importante – esta abrangendo desígnios divinos –: Graça e Justiça divinas podem se conflitar em algum ponto da aplicação de uma e de outra? Essa questão é levantada porque na vocação designativa é possível se

pensar na possibilidade de uma pessoa que venha a se submeter aos desígnios divinos ser reprovada (no sentido da doutrina da salvação) por Deus por ter exercido aquele ato designativo. Mas o ato designativo seria resultante, por óbvio, da vocação designativa. Nesse caso, aos olhos humanos, seria justo que essa pessoa viesse a ser absolvida das consequências de seus atos designativos, o que implicaria dizer que sobre ela se aplicaria a graça de Cristo – aqui a graça salvadora, a graça absolutória. O conflito que se coloca como questão, seria essa pessoa obediente à sua vocação designativa não ser contemplada com a graça salvadora. Uma resposta para essa questão seria essa pessoa não ter acesso à graça salvadora, mas, tão-somente, à graça comum que abrange aos seres humanos de modo geral.

Antes de empreender aventura na busca de resposta à questão levantada acima – sobre a possibilidade de haver conflitos entre desígnios divinos – é necessário voltar a atenção para uma advertência que faz João Calvino (2006, vol. 3, p. 38) ao abordar “A predestinação e a providência de Deus”. Diz ele que “Certa ignorância é mais douta que o saber”. É uma frase sucinta que revela o temor com que o autor trata a questão do desejo humano de mergulhar indiscriminadamente nos mares do saber divino para perscrutar os pensamentos do Senhor. Para Calvino, nem tudo é possível saber. O que se deve saber é o que claramente está revelado nas Escrituras Sagradas.

Mas no campo teológico – que nada mais é do que a compreensão humana do que diz as Escrituras Sagradas – é possível inquirir se há a possibilidade de haver algum conflito entre desígnios divinos. Em princípio, partindo da ideia de um Deus perfeito, autossuficiente, não. Pelo menos, ao se fazer referência aos atributos de Deus, Berkhof (1990, 44) vai dizer que “Em geral, pode-se dizer que a Escritura não exalta um atributo de Deus em detrimento dos demais, mas os apresenta como existentes em perfeita harmonia no Ser divino”. Em outras palavras, as qualidades de Deus, seus atributos, não se conflitam. Se não se conflitam, os caracteres gracioso e justo de Deus não se conflitam. Deus pode ser justo e gracioso ao mesmo tempo. Pode também ser justo sem gracioso e mesmo assim o ser de Deus não sofrer qualquer alteração (dada a sua imutabilidade) em razão da aplicação de um atributo e de outro não.

Mas essa conclusão parcial sobre a não existência de conflitos entre os atributos divinos e, por assim dizer, dos desígnios dele que de certa forma estão relacionados a esses atributos, sim, essa conclusão significa dizer que, no plano da vocação designativa, é possível admitir a justiça divina punindo o vocacionado com a vocação designativa e a

não aplicação da graça sobre essa pessoa. Em outras palavras, por não haver conflito entre os atributos e também entre os desígnios divinos, nada impede que uma pessoa sofra as consequências de seus atos como punição divina sem que isto comprometa a graça de Cristo sobre essa mesma pessoa. Também isso não significa dizer que, por ter cumprido uma vocação designativa, que esse vocacionado tenha adquirido o direito de “pleitear” para si a graça da salvação como consequência do serviço prestação no exercício de sua vocação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo se propôs a levantar algumas reflexões – provocações, talvez – sobre vocação designativa. Partindo de conceitos gerais sobre vocação, se percebeu que o assunto é tratado no âmbito do chamado divino para serviço a Deus e ao ser humano, ressaltando esse serviço na esfera de ação da Igreja.

Ao se abordar especificamente vocação designativa, se pensou naqueles serviços que, sob certo ponto de vista, não seriam trabalhos dignos, vocações dignas, mas nem por isso escapariam do controle divino, e mais, no direcionamento dado por Deus para que essas vocações viessem a ser exercidas para cumprimento de seus decretos, de seus propósitos, de seus desígnios.

Passaram-se a ser analisadas, depois dos conceitos de vocação e da vocação designativa propriamente dita, duas questões: a primeira, se a vocação designativa, sendo um serviço aos desígnios divinos, excluiria a responsabilidade e as consequências sobre os atos humanos; a segunda questão é se os atributos e/ou desígnios divinos poderiam ser conflitantes.

Ao responder as questões, se verificou a vocação designativa não exclui a responsabilidade humana por seus atos; e que os atributos e/ou desígnios divinos não se conflitam.

O presente artigo, ressalta-se mais uma vez, está longe de pôr ponto final ao assunto. Pelo contrário, foi escrito para gerar mais indagações; para nortear outras e assim contribuir de forma introdutória para análise mais acurada do assunto. Que o prezado leitor tenha sido estimulado a seguir essa senda do conhecimento e da pesquisa deste tema.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERHOF, Louis. Teologia Sistemática. Trad. Odayr Olivetti. Campinas: Luz para o Caminho, 1990.

CALVINO, João. As Institutas da Religião Cristã: edição especial com notas para estudo e pesquisa. Vol. 3. Trad. Odayr Olivetti. São Paulo: Cultura Cristã, 2006.

LENZ CÉSAR, Kléos Magalhães. Vocação – Perspectivas bíblicas e teológicas. 1^a reimpressão. Viçosa (MG): Ultimato. 1999.

MANUAL PRESBITERIANO. Constituição da Igreja Presbiteriana do Brasil, art. 108. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2013.

RIBEIRO, Rev. Américo Justiniano. A Doutrina da vocação. São Paulo, Campinas: Luz para o Caminho. 1987.

Dossiê Redescobrimo a Vocação

VOCAÇÃO SE DISCUTE?¹

Rev. Dr. Sergio Tugio Ladeira Kitagawa²

STPS; CPAJ; FFP/UERJ

RESUMO

O presente ensaio aborda o debate sobre o conceito e a verificação prática da avaliação da vocação para o Ministério da Palavra e dos Sacramentos no âmbito da Igreja Presbiteriana do Brasil. Sob o referencial da Teologia Pastoral, especificamente sob o prisma dos estudos sobre a Constituição e Ordem, discute-se os mecanismos processuais de candidatura ao ministério pastoral descritos na legislação da IPB em vigor. Defende-se a tese da valoração do processo e do compartilhamento de responsabilidade, buscando contribuir para uma aplicação reflexiva das etapas previstas pelos dispositivos legais.

PALAVRAS-CHAVE: Vocação; CI/IPB; Legislação; Foro Íntimo; Foro Externo.

ABSTRACT

This essay addresses the debate about the concept and the practical verification of the evaluation of the vocation to the Ministry of the Word and Sacraments within the Presbyterian Church of Brazil. Under the referential of Pastoral Theology, specifically under the prism of the studies on the Constitution and Order, it discusses the procedural mechanisms of candidacy for pastoral ministry described in the legislation of the IPB in force. It defends the thesis of the valuation of the process and the sharing of responsibility, seeking to contribute to a reflective application of the steps provided by legal provisions.

KEYWORDS: Vocation; CI/IPB; Legislation; Self-Judgment; External Judging.

¹ O presente trabalho foi escrito em forma de ensaio (ver BRITTO, Vera. "Artigos e Ensaos Científicos". IN: Revista de Desenvolvimento Econômico. Ano III, nº 4, Julho de 2001. Salvador-BA). Apesar das referências que faço ao texto legislativo da Igreja Presbiteriana do Brasil, exponho minha própria interpretação sobre o tema, argumentando sobre a importância do processo de maturação e experimentação da vocação pastoral e o lugar indispensável da responsabilidade compartilhada por diferentes esferas nesse processo.

² Doutor em História Social pela FFP/UERJ. Mestre em História Social pela FFP/UERJ, Mestre em Divindade com concentração em Teologia Histórica pelo CPAJ/SP. Especialista em Estudos Teológicos pelo CPAJ/SP. Graduado em História pela UFF/RJ e em Teologia pelo Seminário Presbiteriano Simonton (RJ). Coordenador do Departamento de Teologia Histórica do Seminário Presbiteriano Simonton e Professor de Constituição e Ordem da IPB.

A pergunta que intitula este trabalho é uma provocação a um senso comum que, penso eu, já deveria estar superado no meio evangélico presbiteriano: há os que defendem que vocação, por ser um chamado interno e pessoal, é algo que diz respeito a Deus e ao vocacionado. Se alguém diz ser chamado para algo, como questionar essa espécie de “revelação direta”? Ou, amenizando a linguagem para não incorrer em confusão teológica, como se opor a essa “iluminação” íntima e pessoal recebida por algum irmão em Cristo?

No âmbito da Igreja Presbiteriana do Brasil, pode-se afirmar ainda que se trata de uma questão de “foro íntimo”³. A vocação pode ser entendida como uma ocorrência no plano do pensamento/sentimento, algo que, por sua natureza incorpórea, está no nível da consciência, escapa à jurisdição da Igreja, ainda que Deus, Justo Juiz, dela tenha pleno conhecimento.

Não é bem assim. Pelo menos, não é dessa forma que descritivamente trata a legislação presbiteriana sobre a vocação.

1 SITUANDO AS FONTES

É indubitável que o primeiro estágio da vocação acontece no foro íntimo, no chamado pessoal do Senhor da Seara àqueles a quem uma vez chamou de forma eficaz à nova vida. No entanto, a legislação presbiteriana pertinente estabelece fóruns de reconhecimento da vocação do Espírito Santo e que devem arbitrar sobre o tema para que a preparação do chamado aconteça de forma a atender às exigências do ofício sagrado até que seja concretizada a ordenação e instalação no ministério pastoral.

Para que a presente análise seja eficiente em seu propósito, faz-se necessário delimitar e classificar as fontes primárias de suas considerações: trata-se do material legislativo da Igreja Presbiteriana do Brasil. Nossa denominação é essencialmente institucional, organizada por textos propositivos que norteiam sua fé e prática. Se nossos textos sagrados são as Escrituras do Antigo e Novo Testamento, nossa doutrina religiosa

³ O termo “foro íntimo” é uma marca do primeiro artigo do Código de Disciplina da IPB que afirma que o foro íntimo da consciência foge à jurisdição da Igreja em contraposição ao chamado “foro externo” que está sob vigilância e observação. A expressão foi aplicada em diferentes interpretações sobre diferentes temas pelo Supremo Concílio da IPB ou irmãos que argumentaram suas posições em votos de protesto e dissentimento, como registrado nas resoluções SC-1958-Doc.79 (é questão de “foro íntimo” reunir-se em reunião cordial com sacerdotes católico-romanos); SC-1958-Doc.120 (diz que nada há a fazer em caso de membro que fabrica e conserta armas, porque é assunto de “foro íntimo”); SC-1966-Doc.91 (respeita “foro íntimo” mas se preocupa com ensinos heréticos nos seminários); CE-1996-Doc.152 (interpretando a Confissão de Fé que “estabelece fórum íntimo”, mas “também exige compromissos doutrinários”); SC-2002-Doc.98 (questão maçônica não é de “foro íntimo”, mas questão “bíblico-doutrinária”); SC-2006-Doc.111 (interpretação da Confissão de Fé de Westminster em um voto de protesto dizendo que a mesma “consagra o respeito à consciência e o foro íntimo”); SC-2014-Doc.154 (entrega de dízimo pelo pastor na igreja por ele pastoreada); SC-E-2014-Doc.062 (exoneração a pedido tem caráter de “foro íntimo”).

é exposta pela confissão de Fé e Catecismos Maior e Breve e nossa estrutura organizacional é dada pela Constituição.

Não se deve confundir o Manual com a Constituição. Assim como, a rigor, a Bíblia é um conjunto de livros, o Manual Presbiteriano na verdade é um conjunto de textos legais que regulamentam a prática eclesiológica da denominação. Nele estão contidos os três textos normativos basilares: a Constituição (CI/IPB), a lei fundamental e, em hierarquia, maior lei da denominação; o Código de Disciplina (CD/IPB), que regulamenta os processos disciplinares e os Princípios de Liturgia (PL/IPB)⁴, que traçam as normas referentes ao princípio regulador do culto presbiteriano e dos procedimentos específicos da ministração dos sacramentos, cerimônias de posse e outros assuntos pertinentes. O manual contém ainda modelos de estatuto e regimentos internos de concílios, fórmula para atas e instruções de seu exame, material passível de revisão e alteração por processo mais simples do que as leis constitucionais da Igreja (CI, CD e PL). A vocação pastoral é tema da CI/IPB.

No entanto, nem sempre o texto constitucional é tão claro a ponto de não surgir nenhuma dúvida em seu manuseio cotidiano. Assim, recorreremos à jurisprudência⁵. O termo pode ser entendido como “o conjunto das soluções dadas pelos tribunais às questões de Direito”⁶ ou ainda como uma “fonte secundária do direito, consistente em aplicar, a casos semelhantes, orientação uniforme dos tribunais”⁷. No direito constitucional presbiteriano, nossas cortes são os concílios, destacadamente o Supremo Concílio. A partir de consultas sobre a interpretação da lei ou mesmo quando surgem casos inéditos que requerem orientações mais específicas ou ainda quando a CI/IPB é omissa sobre determinadas situações, o Supremo Concílio e sua Comissão Executiva (CE-SC/IPB) tomam resoluções que passam a compor a jurisprudência sobre o tema tratado.

⁴ Ensina Silas de Campos que a CI/IPB é lei substantiva, pois define a essência da matéria do direito na IPB. Trata de direito objetivo, prescrevendo regras de princípios gerais. Por exemplo, a CI preceitua que cabe ao Conselho da Igreja disciplinar membros comungantes. Como se dá essa disciplina está previsto no CD/IPB. Enquanto a CI é lei substantiva, o CD é lei adjetiva, ou seja, prescreve as normas assegurando que se cumpra o direito. Os PL e o CD são leis adjetivas. Trata-se do direito formal ou processual. Cf. CAMPOS, Silas de. *Constituição e Ordem da IPB. Considerações Introdutórias à Constituição da IPB e seu Código de Disciplina*. Apostila da Disciplina Constituição e Ordem da IPB do Curso de Bacharel em Teologia. Seminário Presbiteriano do Sul. 2011. p.165-166. Silas de Campos é professor da disciplina no Seminário Presbiteriano do Sul e foi membro do Tribunal de Recursos da IPB em diversas legislaturas.

⁵ O termo “jurisprudência” já foi aplicado à Ciência do Direito, tal como usado pelos juriconsultos romanos. Na atualidade, indica “a doutrina que vai se firmando através de uma sucessão convergente e coincidente de decisões judiciais ou de resoluções administrativas” ou ainda “a forma da revelação do direito que se processa através do exercício da jurisdição, em virtude de uma sucessão harmônica de decisões de tribunais”. Cf. REALE, Miguel. *Lições Preliminares de Direito*. Rio de Janeiro: Saraiva, 2002. p.62 e 167.

⁶ SANTOS, Washington. *Dicionário Jurídico Brasileiro*. Belo Horizonte: Del Rey, 2001. p.137. O autor segue sua definição indicando a jurisprudência como “conjunto de decisões uniformes dos tribunais; autoridade dos casos julgados sucessivamente do mesmo modo”.

⁷ GUIMARÃES, Deocleciano Torrieri (org.) *Dicionário Compacto Jurídico*. São Paulo: Rideel, 2012. p.154

Desse conjunto de textos normativos, o tema da vocação pastoral (chamado, qualificações e processo de avaliação) é tratado na CI/IPB nos Art. 28 e alíneas; caput do Art. 30; Art. 32; Art. 88, alínea “a”; Art. 97, alínea “j”; Capítulo VII, seções 1ª, 4ª e 5ª (Art. 108 e 109 e 115 a 132). Dentro da jurisprudência, podemos citar as resoluções SC/IPB/1958-086; a SC/IPB/1970-092; a CE-SC/IPB/1976-044; a CE-SC/IPB/1984-049; a CE-SC/IPB/1998-159. Porém, a principal resolução do Supremo Concílio a respeito do processo de recrutamento e avaliação de candidatos ao ministério sagrado é a SC/IPB/1990-163.

No ano de 2008 a CE-SC/IPB resolveu aprovar o “Manual do Candidato”, publicado pela Casa Editora Presbiteriana sob o título “Vocação: Preparo o Ministério Pastoral”⁸. A resolução orientou os presbitérios a usarem o Manual como diretriz a ser observadas pelos candidatos ao ministério pastoral. Trata-se de um manual, um modelo de procedimentos. Por isso o Supremo Concílio “orientou” e não determinou seu uso, considerando que é de competência exclusiva dos Presbitérios os trâmites inerentes à candidatura ao ministério⁹. Ainda assim, sua aplicação é recomendada¹⁰ e a forma didática e reflexiva que o material trata da legislação pertinente ao nosso tema nos fornecem fonte adicional para nossa exposição, avaliação e argumentação no presente trabalho.

2 MAPEANDO AS ESFERAS DE VERIFICAÇÃO DA VOCAÇÃO

O material legislativo que dispomos nos permite identificar as seguintes esferas que tomam parte do processo de despertamento e confirmação da vocação pastoral¹¹: I) A esfera pessoal: a) individual; b) familiar; II) A esfera comunitária: a) congregacional; b) conciliar: 1) Conselho da Igreja; 2) Presbitério. Trata-se de esferas sobrepostas em que diferentes pessoas tomam parte do processo: o próprio vocacionado, sua esposa/namora/noiva, filhos, os membros de sua igreja, seu pastor, os presbíteros do

⁸ O manual foi preparado por uma Comissão nomeada pela Junta de Educação Teológica da IPB composta pelos ministros Rev. Cid Caldas (relator), Rev. Paulo Anglada, Rev. Jaime Marcelino e Rev. Mauro Meister. Trata-se de uma adaptação do *Manual do Candidato* produzido e utilizado pelo Presbitério do Rio de Janeiro acrescido de material produzido pelo Rev. Wadislau Gomes e de material traduzido por Hélio de Oliveira e Mauro Meister (*Preparing for Licensure and Ordination Exams*).

⁹ Nos termos do Art. 88, alínea “a” da CI/IPB.

¹⁰ Resolução CE-SC/IPB/2011-137.

¹¹ Preciso enfatizar a diferença entre o que neste trabalho indico como “esferas de avaliação do chamado” e as “fases de recrutamento” discriminadas na resolução SC/90-Doc.163. A resolução prevê quatro fases: 1ª fase – Igreja local; 2ª fase – transição de aspirante a candidato; 3ª fase – Presbitério; 4ª fase – Seminário; às quais pode-se acrescentar: Bacharelado, Licenciatura e Ordenação (Cf. interpretação do Manual do Candidato, p.17). Para além dos trâmites burocráticos previstos por nossa legislação, destaco o caráter participativo e compartilhado da responsabilidade e da responsabilização pela verificação do chamado. As diferentes esferas de avaliação por mim mapeadas nos textos legais atuam nas diferentes fases supracitadas.

Conselho e os ministros e presbíteros representantes que tomam assento no plenário do Presbitério. Cada um desses tem seu papel, seu momento e sua importância. É fundamental valorizar o processo como um todo e não negligenciar suas partes integrantes individualmente. Há um compartilhamento de responsabilidades, ainda que nos diferentes níveis existam ações específicas, atribuições que variam de acordo com a natureza da parte envolvida.

A primeira esfera da avaliação da vocação é pessoal. Ela envolve o foro íntimo e a família.

O art. 28 da CI/IPB, alínea “a” diz que “a admissão a qualquer ofício depende: da vocação do Espírito Santo”. No art. 108 lemos que “vocação é a chamada de Deus, pelo Espírito Santo” e no Art. 115 que “quem se sentir chamado para o Ministério da Palavra”. O Art. 116 determina que o Presbitério deve examinar o que se diz vocacionado “quanto aos motivos que o levaram a desejar o ministério” em dois momentos diferentes: quando é recebido como candidato e quando está pleiteando a licenciatura. Esse exame de motivos trata essencialmente do “chamado”¹².

O sujeito da ação de chamar é o próprio Deus. O Espírito Santo vocaciona pessoas para as mais diversas funções dentre elas o pastorado¹³. É um chamado íntimo, pessoal, intransferível. Certamente há meios para se verificar isso, seja a partir do exercício de dons e talentos ou traços da personalidade que indicam tendências a escolha de determinados caminhos. No entanto, cremos que, não somente a vocação pastoral, mas toda vocação profissional é um chamado de Deus. Tal compreensão não poderia ser mais fundamental quando se trata da vocação pastoral. Edson Pereira Lopes faz lúcidas ponderações sobre o tema ao dizer que:

As questões das habilidades, competências e personalidades não podem ser descartadas na reflexão acerca da vocação pastoral, entretanto, a crença é de que a ela são acrescentados relevantes princípios religiosos. Crê-se que a vocação pastoral se fundamenta na escolha feita por Cristo e na atuação interior do Espírito Santo na vida do aspirante ao exercício do ministério da palavra. Ribeiro (1985, p. 52-53) assinala que o chamado interno, o chamado do Espírito, é uma impressão sobre a mente humana, que se sente proceder de

¹² Esse é o significado primário do termo vocação. Wheaton diz que o termo é “derivado do latim *voco*, “eu chamo”. WHEATON, D.H. “Vocação” IN: ELWELL, Walter A. (org.) *Enciclopédia Histórico-Teológica da Igreja Cristã*. vol.3. São Paulo: Vida Nova, 1990. p.630. César explica que “na literatura neotestamentária, a palavra vocação tem origem grega no verbo *kaleo* e suas variações”. CÉSAR, Kléos Magalhães Lenz. *Vocação: perspectivas bíblicas e teológicas*. Viçosa: Ultimato, 2002. p.19.

¹³ Em seu comentário ao Art. 108 da CI/IPB, Onézio Figueiredo chama pastores e presbíteros de “ministros”, designando-os ministros docentes e regentes. Sua interpretação é interessante, mormente por lembrar o caráter de serviço do ofício de presbítero, seja docente ou regente. A rigor, no entanto, a CI/IPB chama de ministro o presbítero docente e somente de presbítero o regente, ou seja, somente o pastor é chamado de ministro. Cf. FIGUEIREDO, Onézio. *Constituição, Princípios de Liturgia e Código de Disciplina da Igreja Presbiteriana do Brasil comentados*. Disponível em <http://www.ebenezer.org.br/wp-content/uploads/2015/09/Constitui%C3%A7%C3%A3o-da-Igreja-Presbiteriana-do-Brasil.pdf>, acesso em 01/05/2018. p.125.

Deus, por meio de circunstâncias da vida, das emoções da alma, da convicção da consciência, dizendo ao homem que ele deve abraçar a obra do ministério como tarefa de sua vida¹⁴.

Nossa legislação é sábia ao dizer que alguém “se sente” chamado e que os “motivos” que levam uma pessoa a desejar o ministério precisam ser examinados. Antes do exame pelos Conselhos e Presbitérios, cabe a própria pessoa “que sente” avaliar os motivos¹⁵. O Manual do Candidato baixado pelo Supremo Concílio logo em suas primeiras páginas vai questionar “como saber se houve chamado?” argumentando que não são todos que tem uma experiência marcante de chamado como a do apóstolo Paulo no caminho para Damasco. Respondendo à própria pergunta, o Manual considera três pontos essenciais: 1) uma mente iluminada pelo Espírito para conhecer a vontade de Deus em sua Palavra abrir seus olhos para entender o ministério da Igreja; 2) a adoração conforme prescrita por Deus, em espírito e em verdade, tendo consciência pura diante de Deus; 3) o caráter transformado na medida do padrão bíblico¹⁶.

Pensando no caráter pessoal do chamado e na necessidade de uma convicção pessoal sobre as intenções do aspirante, foi providenciado e anexado ao Manual do Candidato um *Questionário para Aspirantes*. Desde perguntas relativas aos dados pessoais, situação de saúde, instrução e eclesiástica até questões sobre preferências ministeriais, há uma ênfase no centro do questionário: a experiência religiosa. Os itens 9 a 14 questionam sobre a conversão, sobre o processo de crescimento cristão, sobre evidência clara da bênção de Deus, sobre a prática de evangelização pessoal, sobre estudo e devoção pessoal bem como características de liderança¹⁷. São perguntas que devem ser respondidas pelo aspirante incitando-o a um processo de autoavaliação de seu chamado¹⁸.

¹⁴ LOPES, Edson Pereira et al. “Profissão teólogo e vocação pastoral: reflexões conceituais” IN: Ciências da Religião – História e Sociedade. Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Volume 8. Nº 2. 2010.

¹⁵ Considero de interessante valia a contribuição de Luiz César Nunes de Araújo no artigo “A vocação de todos os crentes e a vocação para o ministério” no qual elenca os seguintes critérios de autoavaliação: 1) um desejo intenso, continuado, repetido; 2) uso dos dons ministeriais; 3) o reconhecimento da Igreja local; 4) uso das Escrituras Sagradas; 5) o respeito às diferentes formas de chamada, circunstância e propósito; 6) A necessidade de alimentar a vocação. Disponível em <http://www.pastorluizcesar.com.br/2015/11/a-vocacao-de-todos-os-crentes-e-vocacao.html>, acesso em 01/05/2018.

¹⁶ JUNTA DE EDUCAÇÃO TEOLÓGICA DA IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL (JET/IPB). *Vocação: preparo para o ministério pastoral*. São Paulo: Cultura Cristã, 2009. p.10-11.

¹⁷ Ibid, p.41-42.

¹⁸ Particularmente, penso que a Igreja Presbiteriana do Brasil carece de um dispositivo mais “técnico” de verificação vocacional. Não é o foco deste trabalho deter-se nesta crítica construtiva, até porque, no presente texto busco pontuar os pontos positivos de todo o processo indicado em nossos textos legislativos. Destaco, porém, o Programa de Orientação Vocacional da Igreja Metodista que deve ser realizado antes de prestar vestibular para o Seminário. Veja <http://centrometodistadeestudos.com.br/index.php/pov-2018-programa-de-orientac-o-vocacional.html>, acesso em 30/04/2018.

A CI/IPB não prevê exame do cônjuge. No entanto, o manual aprovado pelo Supremo Concílio, no mesmo questionário dirigido aos aspirantes, preocupa-se em que seja detalhada a situação conjugal, indicando se é primeiro ou segundo casamento, a naturalidade do cônjuge, a situação de saúde de esposa e filhos (indicando que seja descrito fatores limitantes) e ao final do questionário há 9 perguntas que devem ser respondidas pela esposa, dentre as quais se destaca “de que maneira você tem-se envolvido no ministério do seu cônjuge”? A atenção dada ao aspecto familiar da vocação demonstra que não se trata de uma apresentação individualista – ainda que seja individual, afinal o aspirante é quem é chamado – mas que deve passar pela maturação dentro do núcleo mais importante da vida de um pastor: sua família.

A segunda esfera de verificação da vocação é comunitária e envolve a congregação e os Concílios. O art. 108 da CI/IPB explicita que a “aprovação do povo de Deus” descrita no Art. 28, alínea “a” se dá “por intermédio de um concílio”. Isso é essencial ao sistema presbiteriano que, por sua natureza, é representativo. No entanto, deve-se observar que o Art. 115, alínea “b”, afirma que o Conselho da Igreja, quando apresenta o aspirante ao Presbitério – processo que detalharemos à frente – deve remeter uma declaração de que aquele que pleiteia o ministério já demonstrou vocação “no trabalho da igreja”. O Conselho não faz sua avaliação *ex nihilo*. A comunidade de fé em que o aspirante está inserido serve como testemunha de sua vocação¹⁹.

Não se pode desprezar o papel da Igreja quando se avalia um aspirante a ser pastor. Afinal, um pastor pastoreia uma Igreja. Há um mínimo de três anos de membresia na igreja local estabelecido pela resolução SC/IPB/1990-163 que não pode deixar de ser observado.

O Manual do Candidato indica “passos para o Conselho avaliar se o declarante é vocacionado”²⁰, dentre os quais se encontra o “exercício habitual de liderança entre seus pares”. Veja-se que os demais itens propostos como indicativos de vocação tais como assiduidade, pontualidade, participação nos mais diversos âmbitos de trabalho na Igreja, são passíveis de serem encontrados em outros membros²¹. Atento para o exercício de

¹⁹ É interessante observar que presbíteros e diáconos precisam ser eleitos antes de serem ordenados e terem sua primeira investidura no ofício. Pastores são eleitos para Igreja depois de já ordenados. Penso que o testemunho da Igreja sobre a vocação de um aspirante ao ministério deve ser levado em conta. Obviamente, isso não significa um processo eletivo, com ampla consulta. A IPB adota o sistema presbiteriano de governo, não o congregacional o que não quer dizer que não haja formas de o Conselho saber a opinião de seus membros.

²⁰ Ibid, p.19.

²¹ A rigor, até o exercício de liderança habitual também pode ser observado em líderes que não são vocacionados ao ofício pastoral.

liderança entre os membros da Igreja como habitual porque não basta conhecimento ou participação nos trabalhos: deve haver reconhecimento por parte dos irmãos de que há algo “a mais” – e isso da parte de Deus – naquele que aspira ao pastorado. A seguir, a tabela de itens a serem avaliados pelo Conselho elenca: “liderança natural e frequente” e “relacionamento humano com pessoas da família, da escola e/ou trabalho e da igreja”²². Examinando trechos dos comentários de João Calvino ao livro do profeta Jeremias e das Epístolas Pastorais sobre aspectos internos e externos da vocação, Duarte chega à conclusão de que “a convicção da vocação ministerial deve fazer parte do sentido existencial do ministro. O reconhecimento da igreja local é a certificação da convicção que deve existir indelevelmente no coração do genuíno ministro”²³. Como ouvi certa vez: pastor tem que ter cheiro de ovelha²⁴.

Por sua vez, o Conselho da Igreja é o primeiro concílio a receber o aspirante. O art. 115 diz que é o Conselho que o apresenta ao Presbitério. Este último é o concílio que terá a incumbência de encaminhar sua formação teológica e examiná-lo para ordenação. Ainda assim, é o Conselho da Igreja o principal no processo de confirmação da vocação pastoral porque é o primeiro concílio, aquele que exerce jurisdição sobre a Igreja local e por consequência a primeira instância de jurisdição do declarante. O aspirante tem que ser membro da Igreja em plena comunhão. Isso é verificado pelo Conselho. Na condição de membro já deve ter dado provas de sua vocação no trabalho da Igreja. Isso é atestado pelo Conselho.

O Conselho é composto de pastor e presbíteros, segundo o define o Art. 75 da CI/IPB. O pastor é importantíssimo no processo de despertamento e maturação da vocação ministerial. De certo ele exerce o governo coletivo da Igreja com os presbíteros regentes – conforme Art. 3º, § 2º, Art. 30, Art. 36, alínea “g” da CI/IPB. Nos concílios ele tem autoridade igual a dos presbíteros regentes, nem mais nem menos, conforme prescreve o Art. 52 da CI/IPB. A IPB não é clerical. Ainda assim, não podemos desprezar o papel diferenciado do pastor em sua relação com o aspirante no sentido de modelo. O

²² Ibid, p.19.

²³ DUARTE, Jedeias de Almeida. “A vocação para o serviço ou o serviço dos vocacionados?” IN: *Fides Reformata*. Revista do Centro Presbiteriano de Pós-Graduação Andrew Jumper. Vol. XVI, nº 2. 2011. p.105.

²⁴ ELIFF, J. “A cura de almas: o pastor servindo ao rebanho”. IN: ARMOSTRONG, John (org). *O ministério pastoral segundo a Bíblia*. p.157 apud LOPES, Edson e Nívea & DE DEUS, Pérsio Gomes. *Fundamentos de Teologia Pastoral*. São Paulo: Vida Nova, 2011. p.44

questionário para aspirantes anexado ao Manual do Candidato baixado pelo SC/IPB faz a seguinte pergunta no item 14.c “que pastor você admira, cujos dons gostaria de ter?”.²⁵

Quando trata da entrevista inicial, que é quando o membro da igreja que se sente vocacionado procura um dos oficiais da Igreja para uma conversa particular, as orientações do Manual do Candidato permitem que presbíteros sejam o primeiro contato. No entanto, antes de encaminhá-la ao Conselho, essa conversa deve ser analisada pelo pastor efetivo da Igreja. E segue dizendo que “este deverá chamar o irmão que se declarou vocacionado ao ministério sagrado da Palavra de Deus e entrevistá-lo”²⁶. Se o pastor não for o primeiro a ser procurado, orienta-se que o presbítero que foi primeiramente procurado deve conversar com o pastor e juntos analisarem a conversa e depois o próprio pastor conversar com aquele que se sente vocacionado. Como presidente do Conselho e, sobretudo, como pastor desse membro da Igreja, o ministro deve “aprofundar-se no conhecimento das evidências da declarada vocação e, se ao final estiver plenamente convencido de que o declarante é de fato um vocacionado, deve dar continuidade ao seu processo de encaminhamento”²⁷.

Conforme o Manual do Candidato da IPB, o pastor tem papel primordial no encaminhamento do assunto ao Conselho. Cabe a ele, inclusive, se considerar o membro em condições – e depois de ter se certificado de que este concluiu o Ensino Médio – encaminhá-lo a uma reunião formal do Conselho. Ou não. Pode recomendar que, sob sua tutela, de um pastor auxiliar ou um presbítero, ele amadureça suas intenções com leituras e práticas que passarão por supervisão e avaliação²⁸. Para cumprir essa tarefa, pode ser utilizado o “inventário de Fator de Traços de Personalidade”, anexado ao Manual do Candidato²⁹.

Encaminhado ao Conselho, este o entrevistará formalmente. O Manual do Candidato faz uma série de ponderações sobre o cuidado que deve se ter na entrevista, sendo esta objetiva e amável. No entanto, a responsabilidade do Conselho da Igreja vai além do cuidado pastoral com o próprio aspirante. A análise de uma vocação ao ministério pastoral é responsabilidade para com todo o rebanho, para com toda a Igreja, para além

²⁵ JUNTA DE EDUCAÇÃO TEOLÓGICA DA IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL. *Vocação: preparo para o ministério pastoral*. São Paulo: Cultura Cristã, 2009. p.42.

²⁶ *Ibid*, p.21.

²⁷ *Ibid*, p.21

²⁸ *Ibid*, p.21-22.

²⁹ Esse inventário, que não deve ser confundido com um teste de personalidade, foi desenvolvido por Howard Eyrich e modificado substancialmente pelo Rev. Wadislau Martins Gomes.

da comunidade local. Assim, no sistema presbiteriano, o Conselho é o primeiro e o principal concílio a lidar com a vocação ao pastorado: “cabe ao Conselho atestar e validar a vocação do declarante”³⁰. É sua responsabilidade, é seu direito, é seu dever.

Chegamos à última instância de verificação conciliar: o Presbitério. Este é o concílio responsável pelo processo formal de candidatura ao ministério nos termos do Art. 88 alínea “a” e os art. 115 a 132 da CI/IPB. O Conselho encaminha o aspirante um dossiê que nasce de seu trabalho na Igreja e não no Presbitério³¹.

O Art. 115 da CI/IPB elenca somente três documentos que devem ser apresentados³²: a) atestado de ser membro da igreja em plena comunhão; b) declaração do Conselho de que demonstrou vocação; c) atestado de sanidade física e mental³³. O Manual do candidato fez uma lista um pouco maior para a formação do dossiê: a) questionário do aspirante; b) ficha de avaliação; c) carta de recomendação do pastor da igreja; d) cópia dos relatórios dos tutores que o acompanharam na igreja; e) avaliação psicológica feita por profissional indicado pelo Presbitério; f) atestado de sanidade física; g) certificado de conclusão do ensino médio (ou equivalente) ou do curso superior; h) histórico escolar; i) declaração do Conselho de que o aspirante é membro da igreja (mencionando data de recepção) e está em plena comunhão; j) declaração de que, no trabalho da igreja, o aspirante já demonstrou vocação para o ministério.

O processo de avaliação do chamado teve início quando o declarante se sentiu despertado ao pastorado. Deve ter passado por sua família, Igreja, pastor e Conselho. Ao chegar ao Presbitério, deve haver substancial evidência de sua vocação. No entanto, cabe

³⁰ Ibid, p.18.

³¹ PERRU, Abner Nagem. *Vademecum do Manual Presbiteriano*. Apostila da Disciplina Constituição e Ordem da IPB do Curso de Bacharel em Teologia. Seminário Presbiteriano do Rio de Janeiro. 2005. p.117.

³² Uma resolução do Supremo Concílio Extraordinário de 1988 (Doc. V) apresentava uma proposta de nova redação para o artigo: “a) atestado fornecido pelo Conselho no qual se declara que o aspirante é membro da Igreja Presbiteriana do Brasil, em plena comunhão, no mínimo há 3 anos; b) ofício do Conselho, apresentando o aspirante o seu currículo, no qual constem sua participação e desempenho nas atividades eclesiais, que comprovem sua vocação para o ministério sagrado; c) atestado de conclusão de 2º grau, acompanhado do seu histórico escolar; d) atestado de sanidade física e mental, fornecido por profissional indicado pelo concílio; e) declaração do Conselho quanto a existência ou não de disponibilidade financeira para o custeio de estudos e pensão do candidato; f) declaração do Conselho, comprovando a maturidade e o equilíbrio da personalidade e o bom caráter do aspirante; g) o candidato ao ministério deverá ter no mínimo 3 anos de experiência cristã, como membro da Igreja Presbiteriana do Brasil”. A resolução foi revogada pelo SC-IPB-1990.Doc.04. O tempo mínimo de 3 anos como membro da IPB acabou sendo incorporado a resolução 163 da mesma reunião de 1990.

³³ Esse dispositivo é parte do texto constitucional. Não pode ser negligenciado. O profissional deve ser indicado pelo “concílio”. O texto em si é dúbio: Conselho ou Presbitério? O Manual do Candidato afirma que é o Presbitério, interpretando o texto constitucional. Penso eu que, por questões de afastamento ético, o melhor é que o Presbitério indique profissionais para sua jurisdição. Outra questão é qual o profissional que fornece os atestados? Figueiredo interpreta que são dois: “um de sanidade física, outro de sanidade mental, ambos emitidos por profissionais competentes e responsáveis”. Assim, um psicólogo e um médico. Ou um psiquiatra possa fornecer os dois ao mesmo tempo. FIGUEIREDO, Onézio. *Ibid*, p.130. Essa é a mesma interpretação do Manual do Candidato. Há alguns anos, certo Presbitério determinou que todos os seus candidatos teriam que passar pelo exame – mesmo os que já haviam apresentado atestado – sob a alegação de que poderiam ter desenvolvido “psicopatias” durante o processo de candidatura. Sob este argumento, considero que os ministros devem passar por avaliações periódicas. Quem garante que o atestado apresentado no início do processo de candidatura ainda tem validade depois de ordenado?

a este concílio o ônus constitucional de encaminhá-lo a formação e testá-lo academicamente e no serviço prático.

O primeiro ato do Presbitério deve ser checar se a documentação exigida está em ordem³⁴. Segundo o Manual do Candidato: “em seu relatório ao Presbitério, a comissão declarará a aceitação ou não dos documentos à luz do Artigo 116 da CI/IPB, permitindo ao plenário dar cumprimento ao restante do artigo”³⁵, ou seja, o examinar quanto aos motivos de seu desejo pelo Ministério.

O artigo em questão estabelece formalmente que o procedimento deve ser feito pelo concílio. Diferente do que ocorre no § único do Art. 123 que permite explicitamente delegar poderes à uma comissão especial (Art. 98, item 3 da CI/IPB) para tratar do exame de licenciatura, o Art. 116 não prevê essa possibilidade. Assim, em Reuniões Ordinárias do Presbitério ou mesmo se for convocada uma Reunião Extraordinária em que o exame de um aspirante seja a pauta, se for nomeada comissão de expediente (Art. 98, item 1 da CI/IPB e Art. 31 do Regimento Interno dos Presbitérios), seu relatório deverá ser votado em plenário e não exclui a possibilidade de o concílio como um todo desejar examinar o candidato para que seja votado o relatório. Isso se dá por escrutínio secreto e preferencialmente em reunião privativa, nos termos do Art. 6º e Art. 28 alínea “c” dos Regimentos Internos dos Presbitérios.

Só então o considera candidato e o encaminha a formação teológica³⁶ que, em primeira opção deve ser realizada em um Seminário da denominação³⁷. É a “regra geral e prioritária”³⁸. O sustento do candidato³⁹ é matéria das resoluções SC/IPB-1958-Doc.086 e CE-SC/IPB-1976-Doc.044. A resolução de 1958 afirma que o Presbitério deve obter da

³⁴ A secretaria executiva do Presbitério receberá os documentos que devem ser protocolados em reunião ordinária do concílio e baixados à comissão cf. JUNTA DE EDUCAÇÃO TEOLÓGICA DA IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL. *Vocação: preparo para o ministério pastoral*. São Paulo: Cultura Cristã, 2009. p.26.

³⁵ Ibid, idem.

³⁶ Destaco o termo “formação teológica” porque entendo que não é responsabilidade dos seminários verificar vocação, mas dar a instrução formal, o treinamento técnico desenvolvendo as habilidades acadêmicas indispensáveis ao exercício do ministério sob a égide da piedade cristã. Ao mesmo tempo, se no decorrer dessa formação for observado comportamento incompatível com o ministério pastoral, isso deve ser tratado administrativamente e encaminhado via tutor ao Presbitério de origem. Para maiores detalhes, consultar Regimento Interno para os Seminários da IPB disponível no Digesto Presbiteriano acessível pelo sistema iCalvinus: <http://se.icalvinus.net/icalvinus>.

³⁷ O tema é por demais espinhoso para tratar em uma nota de pé de página. Por hora, é importante ressaltar que, na interpretação do SC/IPB, é competência da JET/IPB aferir idoneidade a cursos teológicos (cf. resoluções SC-94-024 - Doc. 228; CE-SC/IPB-2000-Doc.105). Penso eu que, enquanto o artigo 118 da CI/IPB tiver o § 1º redigido como está as decisões da CE e do SC serão inócuas quanto ao tema da idoneidade de seminários outros que não os da denominação. O próprio SC reconhece isso em decisão de 2006, Doc. 096.

³⁸ CE-SC/IPB-2008-Doc.134 reiterado pelo SC/IPB-2010-Doc.143.

³⁹ Addy Carvalho em seus comentários à CI/IPB responde a uma pergunta sobre o tema dizendo que o sustento é do concílio que assume o candidato. Ele não especifica se se trata do Presbitério que o aceita ou da Igreja que o recebe para trabalhar durante seu período de estudos. Figueiredo propõe um sistema tripartite: Presbitério, Conselho e candidato. Cf. CARVALHO, Addy Félix. *Interpretação e Comentários Sobre a Constituição da IPB 2: em perguntas e respostas*. Petrópolis-RJ: Renascer, 2006.p.35-36.

família e/ou da Igreja que apresentam o sustento. A resolução de 1976 afirma que o sustento é de competência dos Presbitérios⁴⁰.

É praxe nos Presbitérios que o exame do candidato seja repetido anualmente durante seu curso teológico⁴¹, como forma de acompanhar o seminarista para além do relatório do tutor. Isso é salutar.

Como dito acima, o candidato, agora enviado ao seminário, é acompanhado por meio de tutor que pode ser um presbítero regente⁴². O Manual do candidato estabelece uma série de atribuições ao mesmo, caracterizando-o como um mentor, alguém que deve acompanhá-lo em todos os aspectos de sua vida. Não somente na sua carreira acadêmica, mas também na sua vida pessoal. O tutor deve pastorear o candidato.⁴³

Os demais passos do processo são essencialmente avaliativos: o Art. 119 e seu parágrafo único estabelecem que o candidato, agora se apresentando para licenciatura, deve ser examinado: 1) quanto a experiência religiosa⁴⁴, 2) quanto aos motivos que o levaram a desejar o Sagrado Ministério; 3) as matérias do curso teológico; 4) opiniões teológicas; 5) conhecimento dos símbolos de fé. Além dessa avaliação, e mesmo como condição para passar pela sabatina determinada pelo Art. 119, o candidato deve apresentar o requerido no Art. 120: 1) uma exegese; 2) uma tese de doutrina da Confissão de Fé (um trabalho monográfico); 3) um sermão proferido em público.

Aprovado nesses exames, o candidato será licenciado⁴⁵ e terá no mínimo ano para fazer “experiência de seus dons” nos termos do Art. 124, sob supervisão de tutor eclesiástico. Só então o Presbitério tomará as providências para sua ordenação após “o Presbitério julgar que o licenciado, durante o período de experiência, deu provas suficientes de haver sido chamado para o ofício sagrado e de que o seu trabalho foi bem aceito”, nos termos do Art. 127. O Manual do Candidato afirma que “sem sombra de

⁴⁰ A resolução CE-SC/IPB-2002.Doc.172, respondendo a um pedido de bolsa de estudos, declara que não faz parte do orçamento da denominação o sustento de candidatos recomendando que seja encaminhado solicitação a Fundação Educacional Presbiteriana.

⁴¹ Isso se dá na Comissão de Legislação e Justiça ou em uma Comissão específica para tratar de Candidatos, nos termos do art. 31 e § único do Regimento Interno para Presbitérios.

⁴² Cf. CE-SC/IPB-1984-Doc.049.

⁴³ JUNTA DE EDUCAÇÃO TEOLÓGICA DA IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL. *Vocação: preparo para o ministério pastoral*. São Paulo: Cultura Cristã, 2009. p.29.

⁴⁴ Para uma discussão mais profunda sobre este tema, relacionado à vocação pastoral, veja o artigo “A experiência Religiosa como Princípio Avaliador da Vocação” de Romer Cardoso dos Santos.

⁴⁵ Addy Carvalho comenta sobre a “inovação” de alguns presbitérios que tem considerado a experiência no campo durante o seminário como cumprimento da exigência da licenciatura e assim ordenando pastores sem licenciá-los ou reduzindo o tempo para menos de um ano. Cf. CARVALHO, Addy Félix. *Interpretação e Comentários Sobre a Constituição da IPB 2: em perguntas e respostas*. Petrópolis-RJ: Renascer, 2006.p.33.

dúvida que no ministério pastoral uma das maiores provas de vocação é a aprovação do povo de Deus por meio do oferecimento de campo”.⁴⁶

Após aprovado em um novo exame de experiência religiosa (especialmente sobre sua experiência durante a licenciatura), sobre as doutrinas e práticas correntes no momento, sobre história eclesiástica, movimento missionário, sacramentos e problemas da Igreja, aí, então, será ordenado ao ministério. Temos assim, o coroamento de um processo longo, complexo com diferentes esferas avaliativas.

3 VOCAÇÃO: UMA RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA

Certamente, vocação se discute. Ela é discutida durante um processo de avaliação vocacional que precisa ser valorizado. Na IPB essa caminhada tem uma marcha própria, um tempo justo que não deve ser apressado, pois é complexa e envolve diferentes esferas e níveis com diversos personagens que compartilhar a responsabilidade da vocação pastoral. Trata-se essencialmente de um despertar, acompanhado de uma conscientização seguida de ponderação, avaliação e julgamento. Avaliar é estabelecer valor, é julgar sobre o valor.

O chamado deve ser discutido primeiramente no próprio nível da consciência individual, no foro íntimo. Mais especificamente no quarto secreto, na presença de Deus, o Senhor da vocação.

O Deus que se revela fala de forma irresistível àqueles a quem chama ao ministério pastoral. Ao mesmo tempo, enganoso é o coração do homem⁴⁷ e nossa natureza corrompida ainda não glorificada tem a capacidade de fazer com que esse coração confunda sua própria voz com a voz de Deus. Por isso, o próprio vocacionado deve pôr em xeque sua própria vocação. Isso envolve devoção e razão. Essa postura requer do crente busca da vontade divina em comunhão com o Santo Espírito⁴⁸ por meio de oração e leitura da Palavra – ainda que esta não dirá de forma propositiva: “você é vocacionado”, como um oráculo das religiões de mistério. Sua resposta se dará no que o Art. 108 da CI/IPB chama de “boa consciência” interpretado de forma precisa por Figueiredo quando diz:

⁴⁶ JUNTA DE EDUCAÇÃO TEOLÓGICA DA IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL. *Vocação: preparo para o ministério pastoral*. São Paulo: Cultura Cristã, 2009. p.37.

⁴⁷ Jeremias 17.9

⁴⁸ Para uma discussão mais profunda sobre este tema, relacionado à vocação pastoral, veja o artigo “A ação do Espírito Santo na vocação ministerial” de Daniel Oliveira Koslowki de Farias.

Quando o texto fala de “boa consciência”, não se refere à consciência moral bem formada, embora isto seja necessário na vida do regenerado, mas à consciência vocacional, dirigida pelo Espírito Santo, que leva o vocacionado a sentir o impulso interno para colocar-se, voluntariamente, no duro caminho dos chamados ao ministério pastoral⁴⁹.

Ao foro íntimo, à individualidade do ser, deve se aliar a esfera da família. Vocação é coisa séria para família também⁵⁰. Especialmente os casados devem compartilhar o processo decisório com sua esposa. Sim, a vocação é individual e pessoal. Nos arraiais da IPB o ministério pastoral ordenado está reservado aos homens e suas esposas não são pastoras. Ele é o pastor, não ela; portanto seus deveres e incumbências pesam sobre ele. Ainda assim, não se trata de uma decisão individualmente egoísta. Não há como dissociar sua família – esposa e filhos – dessa decisão tão grave e séria, que muda por completo a vida daquele que se dedica ao ministério. Os deveres e incumbências do pastor certamente influenciam sua vida. Lopes afirma acertadamente que

Não se pode esquecer que o pastor ou clérigo é pessoa inserida no mundo, confrontado com seus problemas, com seu próprio choro e agonias pessoais. No caso de possuir família, ele está em busca de sua própria sobrevivência e, dos que lhe foram confiados e essas preocupações influenciam no exercício do seu ministério⁵¹.

A esposa deve ser parte no processo decisório. Ela não se casou com um pastor, devemos lembrar disso. Tomar uma decisão unilateral sob o argumento de que o homem é o cabeça, o líder, o sacerdote do lar é uma deturpação machista das Escrituras tão prejudicial quanto o feminismo. Esse tipo de argumento está assentado mais no coração corrupto do pecador que rejeita os princípios de harmonia e mútua comunhão no casamento estabelecidos no Éden do que em uma teologia sólida da estrutura homem-mulher do casamento bíblico. As responsabilidades e desafios do ministério pastoral tem levado a não poucos casamentos desfeitos e famílias arruinadas. Tomar uma decisão dessas sem compartilhar com a esposa é ofender ao Senhor da Igreja que nos diz pela diretiva apostólica que nós maridos devemos amar nossas esposas como Cristo amou e ama sua noiva, a Igreja.

⁴⁹ FIGUEIREDO, Onézio. *Ibid.*, p.125.

⁵⁰ A atenção para com a realidade familiar do pastor e a importância devida para com essa esfera da vocação ministerial fez a Capelania do Seminário Presbiteriano Simonton implementar o Projeto Casa de Isabel com o objetivo de “promover apoio do Seminário às esposas e/ou futuras esposas dos seminaristas, mostrando-lhes as peculiaridades da vida acadêmica e da futura vida pastoral deles”. Cf. Ata 196 da Congregação do Seminário Teológico Presbiteriano Rev. Ashbel Green Simonton. A árdua caminhada das esposas de pastores foi compartilhada por Nancy Dusilek em *Mulher sem nome* (Editora Vida) e Elizabeth Charles Gomes em *Esposa, pela graça mediante a fé* (Editora Refúgio).

⁵¹ LOPES, Edson e Nívea & DE DEUS, Pérsio Gomes. *Fundamentos de Teologia Pastoral*. São Paulo: Vida Nova, 2011. p.43.

Aos solteiros que se sentem vocacionados, o namoro deve ser transparente, claro, sem omissão de pretensões ao ministério⁵². Diversos outros fatores influem na participação da família tais como: jovens que ainda moram com os pais; pais idosos ou com enfermidades que requerem certos tipos de cuidados especiais entre muitos. Deus é o Senhor da Providência. Ele há de fazer o que é necessário, não deixará nada faltar para que sua vontade seja cumprida. Ao mesmo tempo, ele atua pelas causas secundárias⁵³ e não é o autor ou responsável pelo pecado. Soberania de Deus não exclui a responsabilidade humana⁵⁴.

Deve ser preservado na mente dos crentes que o ministério pastoral não é um mero exercício profissional⁵⁵. É um ofício sagrado. Trata da urgência da pregação fiel e poderosa da Palavra de Deus, da correta administração dos sacramentos, da edificação dos crentes, do governo e disciplina da comunidade presbiteriana⁵⁶. Existe mutualidade nas consequências das decisões tomadas no corpo⁵⁷.

Dessa consciência deve derivar um compromisso comunitário com o ministério pastoral que se expresse em dois níveis: (1) o de uma perspectiva tão alta do valor da vocação ao ministério a ponto de internalizar e naturalizar a ação de verificação de vocações bem como o de (2) uma responsabilidade tal com o processo que atitudes concretas de análise do chamado sejam estabelecidas, pontuadas, incentivadas e praticadas. Espontaneidade não exclui a intencionalidade. Explicitando: reconhecer alguém vocacionado ao ministério deve ser algo inerente à Igreja tanto quanto evangelizar e, isso, de forma plenamente consciente. É algo intencional, no sentido de ser fomentado pela liderança espiritual da Igreja. Pastores e Presbíteros (leia-se: o Conselho da Igreja) devem instruir a comunidade quanto às características do ofício pastoral, sua dignidade, deveres e privilégios e enfatizar as qualificações exigidas daquele que aspira ao episcopado. É espontâneo em seu aspecto cotidiano, quando a comunidade – devidamente instruída e consciente de seu papel – reconhece vocações e rejeita as não vocações sem a

⁵² Lindo testemunho sobre a crise de um pastor que namorava uma “não crente” nos foi compartilhado no livro *Cartas de Amor* (Editora Cultura Cristã), narrando a história do Rev. Antônio Elias e D. Maria José. Uma breve resenha da história se encontra disponível em <http://www.ultimato.com.br/revista/artigos/294/as-cartas-de-amor-de-antonio-elias-e-de-maria-jose>, acesso em 01/05/2018.

⁵³ Confissão de Fé de Westminster (CFW), V.II

⁵⁴ CFW. III.I.

⁵⁵ Ainda que o zelo e busca pelo exercício capacitado dos dons e talentos tão caros ao ministério do pastor impliquem em exercício profissional, na melhor compreensão do termo, preferencialmente sem mercenarismo.

⁵⁶ Art. 30 da CI/IPB.

⁵⁷ 1Co 12.26-27.

necessidade de ser provocada a todo momento a fazer isso, como se estivessem sendo manipulados pelo Conselho ou pelo pastor. A Igreja saudável é consciente de sua responsabilidade para com a vocação pastoral. Uma Igreja que não sabe como deve ser um pastor aceita qualquer um para o ministério.

O ministro que pastoreia a Igreja também tem sua responsabilidade, em dois papéis que lhe são peculiares: o de modelo e o de mentor. Para além do conceito weberiano de carisma⁵⁸, o pastor é de fato um líder referencial. Porém, deve-se problematizar qual é a referência indicada pelo pastor⁵⁹. Esta pode ser positiva ou negativa.

É tempo de nos questionarmos se o ministério pastoral em exercício em nossas Igrejas tem “inspirado” novas vocações. Deus usa pessoas para despertar vocações. É razoavelmente comum que pessoas olhem para um profissional bem-sucedido em sua área de atuação, que exerce sua vocação de forma benéfica, responsável, zelosa, amorosa e com notável espírito de serviço e sintam-se despertadas a seguir seus passos. Se assim ocorre em outras funções, profissões, serviços, porque não pode ocorrer com o que é chamado ao ministério? Nossos pastores têm exercido seu ofício de forma a “inspirar” outros a seguir o ministério da Palavra e dos Sacramentos? Seria temeroso constatarmos que parte da crise da vocação de nossa era se deve a uma geração que não consegue se ver dando continuidade ao serviço prestado por seus pastores, porque não se identifica com sua mentalidade, suas práticas, suas representações que estão mais fundadas na tradição e na ortodoxia fria e vazia – ou qualquer outro modelo avesso à verdade – do que no amor vivo às Escrituras que se expressam em uma ortopraxia pujante de obediência ao Senhor da Seara.

Ainda assim, é possível que vocações sejam despertadas – e creio que são – mesmo a partir de referências negativas. A reflexão que cabe neste ponto é examinar se vocações têm sido despertadas por pastores autocráticos, centralizadores, carismáticos no

⁵⁸ Para o conceito weberiano de carisma veja WEBER, Max. “Os três tipos puros de dominação legítima” IN: Weber, Max. *A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais*. Col. Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1986. p.128-141. Tradução revista por Gabriel Cohn.

⁵⁹ No presente texto lidamos com o caráter prático do conceito de “modelo”. Em outra ocasião pretendo discutir mais profundamente a interpretação do pastor como “modelo do rebanho”. Por hora, exponho que penso ser um erro – que pode ser bem consciente e intencional – interpretar cabalmente o pastor como modelo no sentido de padrão. Levado ao extremo, sob o prisma da Teologia Sistemático-Pastoral, tal concepção agride a centralidade de Cristo, que é o modelo a ser seguido bem como pode fazer com que crentes se mirem mais no pastor do que em nosso Senhor Jesus. Vejo ainda um grave problema sob a perspectiva da Teologia Pastoral, quando se confunde o caráter moral de boas condutas que servem de exemplo com a projeção de personalidade, com sérias implicações na dinâmica comunitária, tais como carismatismo, fanatismo, facções, perda de uma visão saudável e equilibrada da diversidade de dons talentos, personalidades e opiniões e ainda frustração pela falsa premissa de não adequação. Para uma abordagem sobre a natureza do carisma pastoral veja NOGUEIRA, Paulo Dias. “Igreja Metodista e a formação pastoral” IN *Expositor Cristão*. Ano 129, nº 03, Março de 2015. Jornal Oficial da Igreja Metodista.

pior sentido da palavra, carregados de estrelismo ou torpe ganância financeira ou ainda movidos única e exclusivamente pela política eclesiástica⁶⁰. As falhas no processo de avaliação da vocação são responsáveis pela reprodução de exercícios ministeriais que deturpam a natureza e a prática do ofício sagrado.

O segundo papel peculiar ao pastor é o de mentor. É o pastor o principal responsável pelo acompanhamento do candidato. Ainda que não haja obstáculo a que um presbítero do Conselho seja o tutor eclesiástico do aspirante quando este ainda não foi encaminhado ao Presbitério, aquele que se aspira ao episcopado é primariamente pastoreado pelo pastor da Igreja. Além das atribuições pastorais descritas no Art. 36 da CI/IPB, que descrevem que é dever do pastor orar com seu rebanho, apascentá-lo na doutrina cristã e prestar assistência pastoral, é fato que o pastor viveu a mesma experiência de ter sido chamado, salvaguarda as devidas proporções e peculiaridades de sua vivência.

O papel do Conselho também não deve ser negligenciado. Uma vez que o pastor encaminhe o declarante a uma reunião formal do Conselho, este deve entrevistá-lo fazendo todas as perguntas pertinentes. Deve alertar o aspirante quanto a seriedade do passo que está sendo tomado e, sobretudo, avaliar com sinceridade e critério se de fato o declarante pode ser considerado um vocacionado.

É certo que, no sistema presbiteriano de governo eclesiástico, a jurisdição sobre candidatos ao ministério é de competência exclusiva do Presbitério. Quando ordenado, o ministro será membro do Presbitério. No entanto, não pode haver transferência de responsabilidade da avaliação do Conselho ao Presbitério.

A proximidade entre Conselho e o membro da Igreja não pode ser obstáculo para que, se for necessário, o colegiado lhe negue a condição de aspirante. A avaliação não pode ser conduzida em espírito corporativista, com melindres causados pelo medo de frustrar ou por qualquer outra razão subjetiva que esteja acontecendo nos bastidores. Seja o aspirante filho de um dos oficiais (presbíteros, diáconos ou mesmo do pastor) ou ainda de uma família com certa proeminência na Igreja. O que precisar ser dito, deve ser dito. Em amor, claro. Figueiredo alerta com sabedoria afirmando que

⁶⁰ A crítica a política eclesiástica não pode ser exagerada. Todo sistema de governo eclesiástico envolve exercício de política que deve ser diferenciada de sua deturpação, a politicagem. Na concepção reformada, Cristo redime a vida integral do ser humano, inclusive sua atuação política, dentro e fora do âmbito eclesiástico. Uma postura dita “apolítica” corre o risco de ser alienada sob pretensão de piedade.

A Igreja deve agir com cautela e prudência no encaminhamento de aspirante ao Presbitério, pois estamos passando por um período de banalização do pastorado, por um lado, e de sua profissionalização, por outro. Cada vez é mais difícil encontrar verdadeiros vocacionados: o emprego de pastor atrai mais que o sacrifício do ministério⁶¹.

Por outro lado, não deve haver julgamentos preconcebidos entre os presbíteros que devem ouvir e avaliar com coração aberto as pretensões do declarante. Pastoreando junto com o ministro os membros da Igreja é dever do Conselho acompanhar o aspirante, não num sentido fiscalizador, impondo peso desnecessário no processo. Mas é fundamental que os presbíteros, individualmente, estejam a par da postura daquele que se declara vocacionado. Há responsabilidade compartilhada aqui.

Por fim, o processo vocacional desemboca no Presbitério. É, sem dúvida, uma das maiores e mais importante responsabilidades desse colegiado, o concílio fundamental no sistema presbiteriano de governo e que, afinal, o caracteriza⁶². Cada ministro e cada presbítero representante membros do concílio devem encarar sua responsabilidade com gravidade. Junto a piedade e ao amor, cabe a eles examinar o candidato quando é encaminhado pelo Conselho, durante seu curso teológico e mormente ao seu fim e ainda quando se está às portas da ordenação, durante o processo de licenciatura.

Logo no início do processo, penso ser um equívoco nomear comissão para tratar da vocação do aspirante. O declarante precisa ser questionado pelo concílio. O que é necessário se perguntar deve ser perguntado, sem melindres de qualquer tipo. A título de “se ganhar tempo” não se pode negligenciar assunto tão importante. Penso ser um equívoco nomear comissões especiais ou de expediente para o ato de recepção, nos termos do Art. 116 ou para a licenciatura nos termos do Art. 123, § único.

Faço coro à crítica de Figueiredo com respeito aos exames de aspirantes.

O exame não é diretivo nem corretivo, mas apenas avaliativo. Há aspirantes que respondem mal, mas com sinceridade, e o Presbitério o aconselha a mudar,

⁶¹ FIGUEIREDO, Onézio. *Ibid*, p.130.

⁶² É um equívoco comum pensar que o sistema de governo presbiteriano se caracteriza pela existência de presbíteros. Igrejas Congregacionais, Batistas, Assembleias de Deus e até a Igreja Católica Apostólica Romana tem presbíteros em seu quadro de oficiais e algumas denominações até possuem Conselhos de presbíteros que governam a igreja local. No entanto, o sistema presbiteriano de governo eclesial é caracterizado pelo caráter federado de suas igrejas locais agrupados em concílios que jurisdicionam determinadas regiões, sendo destes concílios o Presbitério o principal concílio. Este ocupa na eclesiologia o papel de “bispo”/supervisor, não de forma pessoal e individual, mas de forma coletiva, colegiada. Deve ser observado, por exemplo, que na IPB, são os delegados e deputados dos Presbitérios que compõe Sínodos e Supremo Concílio, respectivamente (Art. 89 e 90 da CI/IPB), emendas e reformas constitucionais ou confessionais dependem da representatividade dos Presbitérios (Art. 140 e 141 da CI/IPB). A ordenação de ministros é competência exclusiva dos Presbitérios. Para uma discussão histórico-teológica sobre o assunto, ver KITAGAWA, Sergio TL. *Fundamentos Teóricos do Presbiterianismo: Uma introdução ao sistema de governo presbiteriano*. Monografia de Bacharelado. Rio de Janeiro: Seminário Presbiteriano Rev. Ashbel Green Simonton, 2008.

e o aceita. Errado. Um aconselhamento único e contingenciado não transforma um não - vocacionado em vocacionado⁶³.

A candidatura no âmbito do Presbitério não pode ser manchada pela negligência, pela política eclesial ou por interesses escusos. Os candidatos não são das Igrejas. A partir do momento em que são recebidos, no que tange à sua vocação ministerial, são jurisdicionados e supervisionados pelo Presbitério. Devem estar à disposição do concílio, mas sem exagero. Nesse item, faço três observações: o candidato não é pastor auxiliar do tutor – ainda que este tenha interesse em fazê-lo seu auxiliar no futuro. Há tempo para tudo, conforme nos ensinam as Escrituras⁶⁴. O tutor que sobrecarrega seu tutelado pode prejudicar sua formação. Atender seus próprios interesses é egoísta, antiético, equivocado e contraria o princípio de tutela estabelecido pela CI/IPB e legislação complementar. Os Presbitérios devem zelar para que sejam formados ministros para o Reino de Deus e para denominação, não para as necessidades pessoais de seus ministros e exclusivamente de suas igrejas locais⁶⁵. A segunda observação é quanto ao papel ativo do Presbitério que não deve permitir que os relatórios do tutor sejam a única palavra a respeito do candidato. Elas são de grande importância. No entanto, o tutor deve estar sob supervisão do Presbitério como o trabalho de qualquer outro agente nomeado pelo concílio. Delegar durante um ano a um tutor a responsabilidade do acompanhamento é um procedimento necessário. É funcional. Não escrutinar os relatórios, não entrevistar o candidato, não avaliar todo o processo de forma holística e pensando no interesse geral do concílio faz a candidatura ser disfuncional. Como professor de seminário, faço minha terceira observação: é inadmissível que Presbitérios exijam presença dos candidatos em reuniões conciliares em dias e horários de aulas do curso de bacharel em teologia – salvaguarda motivos em que seja indispensável a presença deles. Seminaristas não são conciliares e essas faltas não são abonáveis, conforme normas vigentes na Igreja Presbiteriana do Brasil. Os Presbitérios, por meio dos tutores, devem zelar para que os seminaristas cumpram com seus deveres de estudantes e não para que sua formação seja prejudicada.

⁶³ FIGUEIREDO, Onézio. *Ibid*, p.131.

⁶⁴ Eclesiastes 3.1-8.

⁶⁵ Não negligencio as características únicas de cada vocação, a especificidade de dons e talentos e ênfases ministeriais de cada pastor e mesmo do caráter multicultural momentâneo no ambiente urbano. Salvaguardados os princípios fundantes da Teologia Reformada, a fidelidade confessional e o Princípio Regulador do Culto, nossa eclesiologia precisa atentar para essa diversidade. Por isso, penso ser fundamental que não se restrinja pastores a determinados contextos, fechando-o em si mesmo e à sua realidade mais próxima. Penso que parte dos pastores ditos “sem campo” em nossa denominação se enquadram nesse problema: não conseguem sair de sua zona de conforto, falta-lhes um mínimo de adaptabilidade. Não é algo tão simples, não nego a complexidade do tema, mas penso que o processo de candidatura diante do Presbitério é fundamental para que o futuro ministro seja preparado para diferentes necessidades.

Alguns tutores costumam anexar ao seu relatório uma avaliação do desempenho do candidato pelo Conselho da Igreja em que ele trabalhou durante o ano. Comissões costumam chamar para dialogar sobre o relatório escrito tutores, candidatos e até o presbítero representante da Igreja em que esteve o candidato. Trata-se de lidar com um assunto tão importante com cuidado, zelo, perspicácia, senso de dever e responsabilidade. Candidatos devem ser bem orientados, porque nossa natureza corrompida está sujeita ao erro. O apóstolo Pedro errou⁶⁶. Tutores também podem errar em sua avaliação. Concílios também. E tem errado. Isso é confessional⁶⁷.

Tanto o tutor quanto o concílio como um todo devem ser exemplos de piedade, ética, moralidade – sem moralismo – espírito de equipe e não de partidarismo. Os tutores devem compartilhar sua experiência, canalizar as boas iniciativas e inteligência do candidato, não castrando suas potencialidades, fazendo-se de fato companheiros de ministério. A institucionalidade presbiteriana não pode nos permitir aridez e burocratismo. Somados a dita “politicagem” eclesiástica – ao invés da boa política – não podemos nos dar ao luxo de reproduzir condutas equivocadas, perniciosas e que travam o desenvolvimento conciliar. Enquanto conciliares, presbíteros docentes e regentes, agindo com seriedade, responsabilidade, amor e piedade cristãos serão exemplo e modelo aos novos ministros em formação.

Os diferentes exames estabelecidos no texto legislativo contemplam a abrangência do campo de atuação do pastor. Fazê-los de forma relapsa é não atentar para a necessidade de ministros bem formados em todos os aspectos. De certo, de pastor para pastor, há ênfases ministeriais diferentes, dons e talentos diferenciados. No entanto, o que a Constituição e a jurisprudência colocam como exigências são o mínimo requerido de um ministro presbiteriano. O art. 32 afirma que:

o ministro, cujo cargo e exercício são os primeiros na igreja, deve conhecer a Bíblia e sua teologia; ter cultura geral; ser apto para ensinar e são na fé; irrepreensível na vida; eficiente e zeloso no cumprimento de seus deveres; ter vida piedosa e gozar de bom conceito, dentro e fora da igreja.

⁶⁶ Para uma discussão mais profunda sobre esse tema, relacionado à vocação pastoral, veja o artigo “João 21.15-19 e a Renovação da Vocação de Jackson William Marques da Fonseca.

⁶⁷ Segundo a fé reformada e presbiteriana, persiste em nós a corrupção de nossa natureza (CFW, VI.V), buscamos pela santificação a mortificação de nossos desejos pecaminosos (CFW XIII, I), mas esse processo é imperfeito (CFW, XIII.II). Candidatos, presbíteros docentes e regentes assim estão e, compondo concílios, são capazes de errar. E tem errado (CFW, XXXI.III).

O Presbitério deve se certificar, por todos os dispositivos que tem à mão, que o candidato cumpre as exigências espirituais, acadêmicas e relacionais indispensáveis ao exercício do ministério pastoral. É uma responsabilidade intransferível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS, AINDA QUE PROVISÓRIAS

Neste ensaio, defendeu-se o resgate do conceito de avaliação vocacional. A vocação para o ministério pastoral deve ser posta em xeque. Avaliar é estabelecer valor, provar valor, considerar se a alegação de alguém de ter sido chamado por Deus ao ministério é válida ou não. E, no âmbito da Igreja Presbiteriana do Brasil, existem dispositivos legais suficientes que fundamentam uma prática coerente, com passos lógicos, necessários e razoáveis e que não devem ser negligenciados.

Vocação se discute. E em diferentes esferas, por diferentes agentes instrumentos nas mãos de Deus. Trata-se de um processo compartilhado, em diversos níveis e essencialmente participativo. Não se restringe ao vocacionado e uma outra pessoa. A ordenação, competência exclusiva do Presbitério, é o coroamento de todo um longo caminho percorrido que envolveu o vocacionado, sua família, sua Igreja, seu pastor e Conselho e finalmente, o Presbitério, o concílio designado para ordená-lo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Luiz César Nunes de. “A vocação de todos os crentes e a vocação para o ministério”. Disponível em <http://www.pastorluizcesar.com.br/2015/11/a-vocacao-de-todos-os-crentes-e-vocacao.html>, acesso em 01/05/2018.

BRITTO, Vera. “Artigos e Ensaio Científicos”. IN: *Revista de Desenvolvimento Econômico*. Ano III, nº 4, Julho de 2001. Salvador-BA).

CAMPOS, Silas de. *Constituição e Ordem da IPB*. Considerações Introdutórias à Constituição da IPB e seu Código de Disciplina. Apostila da Disciplina Constituição e Ordem da IPB do Curso de Bacharel em Teologia. Seminário Presbiteriano do Sul. 2011.

CARVALHO, Addy Félix. *Interpretação e Comentários Sobre a Constituição da IPB 2: em perguntas e respostas*. Petrópolis-RJ: Renascer, 2006.p.35-36.

CÉSAR, Kléos Magalhães Lenz. *Vocação: perspectivas bíblicas e teológicas*. Viçosa: Ultimato, 2002.

- CONFISSÃO DE FÉ DE WESTMINSTER, disponível em <http://www.monergismo.com/textos/credos/cfw.htm> , acesso em 01/05/2018.
- DUARTE, Jedeias de Almeida. “A vocação para o serviço ou o serviço dos vocacionados?” IN: *Fides Reformata*. Revista do Centro Presbiteriano de Pós-Graduação Andrew Jumper. Vol. XVI, nº 2. 2011. p.105.
- ELIFF, J. “A cura de almas: o pastor servindo ao rebanho”. IN: ARMOSTRONG, John (org). *O ministério pastoral segundo a Bíblia*. p.157 apud LOPES, Edson e Nívea & DE DEUS, Pérsio Gomes. *Fundamentos de Teologia Pastoral*. São Paulo: Vida Nova, 2011. p.44
- FIGUEIREDO, Onézio. *Constituição, Princípios de Liturgia e Código de Disciplina da Igreja Presbiteriana do Brasil comentados*. Disponível em <http://www.ebenezer.org.br/wp-content/uploads/2015/09/Constitui%C3%A7%C3%A3o-da-Igreja-Presbiteriana-do-Brasil.pdf>, acesso em 01/05/2018. p.125.
- GUIMARÃES, Deocleciano Torrieri (org.) *Dicionário Compacto Jurídico*. São Paulo: Rideel, 2012.
- IGREJA METODISTA DO BRASIL. Programa de Orientação Vocacional da Igreja Metodista. Disponível em <http://centrometodistadeestudos.com.br/index.php/pov-2018-programa-de-orientac-o-vocacional.html>, acesso em 30/04/2018.
- KITAGAWA, Sergio TL. *Fundamentos Teóricos do Presbiterianismo: Uma introdução ao sistema de governo presbiteriano*. Monografia de Bacharelado. Rio de Janeiro: Seminário Presbiteriano Rev. Ashbel Green Simonton, 2008.
- LOPES, Edson e Nívea & DE DEUS, Pérsio Gomes. *Fundamentos de Teologia Pastoral*. São Paulo: Vida Nova, 2011. p.43.
- LOPES, Edson Pereira et ali. “Profissão teólogo e vocação pastoral: reflexões conceituais” IN: Ciências da Religião – História e Sociedade. Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Volume 8. Nº 2. 2010.
- NOGUEIRA, Paulo Dias. “Igreja Metodista e a formação pastoral” IN *Expositor Cristão*. Ano 129, nº 03, Março de 2015. Jornal Oficial da Igreja Metodista.
- PERRU, Abner Nagem. *Vademecum do Manual Presbiteriano*. Apostila da Disciplina Constituição e Ordem da IPB do Curso de Bacharel em Teologia. Seminário Presbiteriano do Rio de Janeiro. 2005. p.117.

- REALE, Miguel. *Lições Preliminares de Direito*. Rio de Janeiro: Saraiva, 2002.
- SANTOS, Washington. *Dicionário Jurídico Brasileiro*. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.
- SEMINÁRIO PRESBITERIANO REV. ASHBEL GREEN SIMONTON. Ata 196 da Congregação do Seminário Teológico Presbiteriano Rev. Ashbel Green Simonton.
- WEBER, Max. “Os três tipos puros de dominação legítima” IN: Weber, Max. *A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais*. Col. Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1986.
- WHEATON, D.H. “Vocação” IN: ELWELL, Walter A. (org.) *Enciclopédia Histórico-Teológica da Igreja Cristã*. vol.3. São Paulo: Vida Nova, 1990.

IR, PREGAR E DISCIPULAR: O MODELO DE JESUS PARA A EXPANSÃO DO REINO DE DEUS ENTRE OS HOMENS

Rev. Matheus da Silva Fernandes

STPAS¹

RESUMO

O impacto cultural da pós-modernidade é resultado de uma cosmovisão que reflete a ruptura de totalidades e a falta de compromisso com estruturas já existentes, na qual não existe uma única forma de ler e explicar o mundo e destaca-se um cenário dominado pelo relativismo pessoal. Nesse cenário, princípios e fundações já não são mais representações sólidas, pois modelos, padrões e singularidade deram espaço para a pluralidade. Surge, então, o desafio missional no século XXI: diagnosticar o público e apresentar o evangelho bíblico, puro e simples, apesar das influências culturais presentes na pós-modernidade. O objetivo deste artigo é compreender o significado do termo discipulado e identificar o modelo expansionista inaugurado por Jesus a fim de compreender qual é o caráter missional da igreja diante dos desafios que a cultura pós-moderna apresenta. Partimos do pressuposto de que a igreja cristã se trata de uma comunidade santa que atrai pessoas a um novo modelo de vida através da proclamação do evangelho. Cada membro do corpo de Cristo deve se comprometer com esse caráter missional. Este comprometimento individual sempre se desenvolverá para o coletivo e gerará novos brotos para o reino de Deus, a partir de Jesus: a videira que sustenta todos os seus ramos.

PALAVRAS-CHAVE: Natureza da Igreja; Caráter Missional; Chamado; Discipulado.

ABSTRACT

The cultural impact of postmodernity is the result of a worldview that reflects the breakdown of totalities and the lack of commitment to existing structures, in which there is no single way of reading and explaining the world and a scenario dominated by personal relativism stands out. In this scenario, principles and foundations are no longer solid representations, because models, standards, and singularity have given way to plurality. The missional challenge then arises in the 21st century: to diagnose the audience and present the biblical gospel, pure and simple, despite the cultural influences present in post-modernity. The objective of this article is to understand the meaning of the term

¹ Essa produção bibliográfica se trata de um dos pontos desenvolvidos na monografia “A igreja como instrumento discipulador na pós-modernidade”, sob a orientação do Prof. Dr. Rev. Junio Cesar Rodrigues Lima, aprovada pela banca examinadora do Seminário Teológico Presbiteriano Rev. Ashbel Green Simonton, em 2020.

discipleship and to identify the expansionist model inaugurated by Jesus in order to understand what is the missional character of the church in face of the challenges that postmodern culture presents. We start from the assumption that the Christian church is a holy community that attracts people to a new model of life through the proclamation of the gospel. Each member of the body of Christ must commit to this missional character. This individual commitment will always develop into the collective and generate new shoots for the kingdom of God, starting from Jesus: the vine that sustains all its branches.

KEYWORDS: Nature of the Church; Missional Character; Vocation; Discipleship.

[...] a natureza da igreja se concentra na comunhão dos santos e na tarefa de ser testemunha de Cristo até os confins da terra e essa tarefa é alcançada por meio dos imperativos: ir, pregar e discipular. Não cumprir a Grande Comissão significa ir contra a sua própria natureza.

M. S. Fernandes

DEFINIÇÃO DE DISCIPULADO

O termo discípulo, no âmbito cristão, refere-se ao ser humano que segue os ensinamentos de Jesus (DEVER, 2016, p. 16). A origem do vocábulo, no grego (*mathetes*), se define por aprendiz, aluno ou discípulo (BROWN; COENEN, 2000, p. 581). Tal palavra se apresenta no N.T. 264 vezes e expressa um sentido de completa devoção a alguém, no discipulado (BROWN; COENEN, 2000, pp. 583-584).

Segundo Dewey M. Mulholland, o discipulado inaugurado por Cristo reflete o ato de segui-lo e ser modelado pelo Mestre a partir de um relacionamento pessoal, onde o relacionamento entre Cristo e o discípulo o forma e o transforma de modo a refletir as características do seu Mestre. Ele afirma:

[...] A vida cristã começa com a decisão de desistir do caminho atual para iniciar um novo (arrependimento), que exige se envolver com a confiança (crer) no Reino de Deus que Jesus está anunciando. Essa vida é modelada por um relacionamento pessoal com Jesus (que implica segui-lo). O caráter seguidor, seus propósitos e ambições refletem o que é “estar junto de Jesus”. Seu estilo de vida, sua maneira de pensar, falar e agir – isto é, a formação e transformação dos seguidores – vêm como fruto da convivência com Jesus (MULHOLLAND, 2004, p. 121).

O relacionamento de Jesus com os discípulos aponta para o seu propósito de propagar o evangelho ao homem. Para concretizar tal propósito, Jesus chama pessoas e

passa para o cerne do discipulado, um relacionamento com base no ensino. O discipulado de Cristo direciona os seus seguidores para o seu único objetivo: anunciar o evangelho aos homens (MULHOLLAND, 2004, pp. 121-122).

Além da compreensão de Mulholland, na perspectiva do teólogo batista reformado Jonas Madureira, os termos discípulo e discipulado são intrínsecos ao ministério de Jesus. O primeiro vocábulo define ser cristão como ser discípulo de Cristo. Já o discipulado compreende-se pelo “ato de seguir Jesus (Imitar a Cristo) e o ato de ajudar alguém a seguir Jesus (ajudar outros na imitação de Cristo)” (MADUREIRA, 2019, p. 19). Consoante a perspectiva do teólogo batista, tais definições não são excludentes, todavia são harmônicas, pois não é possível ajudar outros a seguirem a Cristo sem ser um seguidor de Cristo (MADUREIRA, 2019, p. 20).

O teólogo batista reformado Mark Dever define o termo discipulado como o ato de seguir a Cristo. Na perspectiva dele, compreende-se que o discipulado cristão se inicia com a receptividade do evangelho, o desenvolvimento do relacionamento com Deus e a promessa da eternidade (DEVER, 2016, pp. 15-17). Dever afirma que o “nosso discipulado com Cristo tem início quando ouvimos esta ordem e a obedecemos: ‘Siga-me’” (DEVER, 2016, p. 17).

Na abordagem do teólogo Keith Phillips, a ênfase do discipulado de Cristo está no treinamento e envio dos seus discípulos ao mundo para propagação e expansão do reino de Deus. Acerca disto, ele afirma:

Jesus usou o relacionamento semelhante com os homens que ele treinou para difundir o Reino de Deus. Seus discípulos estiveram com ele dia e noite por três anos. Escutavam seus sermões e memorizavam seus ensinamentos. Viram-no viver a vida que ele ensinava. Então, após sua ascensão, confiaram as palavras de Cristo a outros e encorajam-nos a adotar o seu estilo de vida e a obedecer ao seu ensino. Discípulo é o aluno que aprende as palavras, os atos e o estilo de vida de seu mestre com a finalidade de ensinar a outros (PHILLIPS, 2008, p. 19).

Phillips também explana que a partir da vida de Cristo o desenvolvimento do discipulado elenca dois elementos primordiais: renúncia e multiplicação (PHILLIPS, 2008, p. 20). Tais elementos são marcas essenciais na vida dos discípulos de Cristo, pois o exemplo do ministério de Jesus deve ser externado por meio da vida destes discípulos. Phillips diz: “e ele requer que cada um de seus discípulos siga o seu exemplo” (PHILLIPS, 2008, p. 20).

De acordo com as breves compreensões elencadas acima, o termo discipulado abrange características da relação do discípulo com Jesus, ao estabelecer uma conexão de

aprendizagem. Tal relacionamento é firmado a partir do momento em que o homem recebe o evangelho e segue a Cristo. O discípulo passa a receber o treinamento de seu mestre com a finalidade de proclamar estes ensinados adquiridos no treinamento de outras pessoas. Sendo assim, o discipulado cristão estrutura-se entre o chamado do mestre e a resposta do homem, no treinamento e no envio dos discípulos para proclamação dos que não foram alcançados pelo evangelho.

O CHAMADO DE JESUS

O verdadeiro discípulo é aquele que manifesta total devoção a alguém (BROWN; COENEN, 2000, p. 583). Tal devoção, de acordo com Brown, recebe um novo sentido no N.T. mediante à associação com Jesus. Observa-se que algumas características são inerentes no processo de seu discipulado como, por exemplo, o chamado. Este, segundo Brown, destaca-se por três marcas: (1) chamado para seguir. (2) chamado para sacrificar. (3) chamado para servir (BROWN; COENEN, 2000, pp. 583-586).

O modelo de discipulado instalado por Jesus tem como marca o chamado para seguir e, conforme observa Brown, “é indisputável que Jesus chamou os homens para serem seus discípulos e para segui-lo” (BROWN; COENEN, 2000, p. 583). Além disso, ele salienta que o método utilizado por Jesus para chamar os homens era distinto de outros círculos da sua época, pois não visava classe social. Assim é observado que:

Embora nos círculos rabínicos e nas escolas filosóficas, o homem fizesse a sua decisão voluntária para juntar-se à “escola” do seu mestre, tornando-se, portanto, um discípulo; no caso de Jesus o fator decisivo era a Sua chamada. Jesus lançou mão desta iniciativa e chamou homens para aceitarem o discipulado... Diferentemente dos rabinos, Jesus rompeu barreiras que separavam os puros e os impuros, os pecaminosos e os obedientes. Chamou o cobrador de impostos que ficava fora da comunidade da adoração (Mc 2:14), assim como também chamou o Zelote (Lc 6:15; At 1:13) bem como o pescador (Mc 1:16) (BROWN; COENEN, 2000, p. 585-586).

Neste sentido, o homem que desejava ser discípulo não estava condicionado a sua própria escolha, mas ao chamado de Jesus. O ato de chamar aprendizes para o serviço do reino de Deus estava ligado exclusivamente a pessoa de Jesus, independente do estágio social. Uma vez que o homem responde positivamente ao chamado de Cristo, ele passa a ser um seguidor e, agora como discípulo, exige-se sacrifícios na totalidade da sua existência (BROWN; COENEN, 2000, p. 585).

Além do chamado para seguir a Cristo, o discipulado se desenvolve na tônica do chamado para sacrificar. Na perspectiva de Dietrich Bonhoeffer, o discípulo é chamado

para sacrificar o seu mundo, ideias e possibilidades de uma vida confortável. De acordo com o teólogo alemão, isto compreende o morrer para si e enxergar Cristo como o único Senhor. O luterano afirma:

A cruz é imposta a cada crente. O primeiro sofrimento com Cristo, ao qual ninguém escapa, é o chamado que nos chama para fora das vinculações com o mundo. É a morte do velho ser humano no encontro com Jesus Cristo. Quem entra no discipulado entrega-se à morte de Jesus, expõe sua vida à morte. Isso é assim desde o princípio; a cruz não é o fim horrível de uma vida piedosa e feliz, mas se encontra no começo da comunhão com Cristo. Todo chamado de Jesus conduz à morte. Quer devamos abandonar casa e profissão, como o fizeram os primeiros discípulos, para o seguir, quer, com Lutero, abandonemos o convento para ingressar na profissão secular, em ambos os casos aguardamos a mesma morte, a morte em Jesus, a extinção do velho ser humano por causa do chamado de Jesus. Porque o chamado de Jesus ao jovem rico lhe traz a morte, porque este somente pode ser discípulo como alguém cuja vontade própria que já morreu, porque cada ordem de Jesus nos chama a morrer com todos os nossos desejos e ambições, e porque não podemos desejar nossa própria morte, por isso Cristo tem que ser, em sua Palavra, nossa morte e nossa vida (BONHOEFFER, 2004, pp. 46-47).

Embora o discipulado com Cristo evidencie uma realidade de abandono de desejos pessoais, perseguições e até morte, Bonhoeffer defende absoluta segurança e comunhão na companhia de Cristo. Por analogia, Brown explana que Jesus foi um exemplo de sofrimento para os seus discípulos e, a partir disto, os seus seguidores não poderiam esperar outra realidade além daquela vivida pelo Mestre (BROWN; COENEN, 2000, p. 586).

Outra característica do chamado de Jesus aos seus discípulos, em conformidade ao pensamento de Brown, está ligada ao servir (BROWN; COENEN, 2000, p. 586). Com isto, paralelo a profissão de origem dos primeiros discípulos, pescadores (Mc 1:16), Jesus os chama para um serviço ainda maior: o comprometimento com o anúncio do Reino de Deus. Isto implica em “pescar homens”, ou seja, “tendo em vista a chegada iminente do reino de Deus, os discípulos devem apanhar homens para o reino vindouro, por meio de pregarem o evangelho e trabalharem em nome de Jesus” (BROWN; COENEN, 2000, p. 586).

Este serviço confiado aos discípulos, segundo o teólogo presbiteriano Dr. Cláudio Marra, corrobora para a ênfase do ministério terreno de Jesus, ou seja, um serviço dedicado a pregação do evangelho e a chegada do reino de Deus, que, posteriormente, seria delegado aos seus seguidores. Marra explana a sucessão deste ministério messiânico aos discípulos, que após a morte, ressurreição e ascensão de Jesus os seus discípulos

estariam encarregados de executar esse serviço: proclamar o evangelho até os confins da terra (MARRA, 2007, p. 57).

O chamado de Cristo aos seus discípulos discorre em torno dessas características: o chamado para seguir, sacrificar e servir. Tais elementos constituem marcas essenciais no modelo de discipulado de Jesus e o distingue dos mestres de seu tempo. Enquanto as escolas rabínicas e filosóficas eram selecionadas pelos alunos, em Cristo, ocorre o contrário, o discípulo é chamado para fazer parte da missão do seu Senhor (BROWN; COENEN, 2000, p. 585).

Assim, o chamado de Jesus para os discípulos envolve uma resposta de obediência, seguida de uma mortificação de desejos pessoais que possam conflitar com as realidades do ministério. Ao receber o convite e respondê-lo positivamente, o discípulo está disposto a se entregar por completo e viver em prol da missão. No chamado de Jesus, também, destaca-se o serviço no reino, onde os discípulos são chamados a proclamar o evangelho ao próximo e avançar com o reino de Deus. No entanto, antes de todo esse engajamento no reino de Deus, tais discípulos devem passar pelo treinamento de Cristo.

O TREINAMENTO DE JESUS

Após o chamado e a resposta dos discípulos, inicia-se o treinamento coordenado pelo próprio Senhor Jesus. De acordo com Marra: “Jesus separou Doze dos discípulos pra serem seus missionários e o treinamento deles deveria se intensificar” (MARRA, 2007, pp. 60-61). Este treinamento ocorre de modo íntimo, uma vez que Jesus os chamou, os treinou e lhes dotou de autoridade para serem testemunhas oculares do ministério terreno do Filho de Deus (MARRA, 2007, p. 61).

Desta forma, o discipulado de Jesus com os Doze se desenvolveu de modo íntimo. O evangelista Lucas, no capítulo nove, registra uma série de instruções de Jesus para os Doze e o que se percebe é um estilo pedagógico estruturado na tríade da comunicação visual, auditiva e experimental (MARRA, 2007, p. 62). Segundo Marra, essa aproximação de Jesus com seus discípulos foi um fator essencial para a formação do grupo dos Doze. Ele afirma:

Os discípulos permaneceram próximos ao seu Mestre e aprenderam enquanto ele ensinava e alimentava a multidão (Lc 9.12-17). Eles aprenderam em todas as ocasiões, quando outros discípulos e diferentes pessoas vieram a Jesus com perguntas, além de formular eles mesmos as suas próprias questões. Eles estavam lá quando Jesus contou a parábola do semeador e ouviram as perguntas que outros discípulos fizeram. A resposta de Jesus e a conclusão de

Marcos após a seção de parábolas (Mc 4.33,34) demonstram que o Mestre estava lidando de um modo muito especial com o seu grupo mais próximo de discípulos (MARRA, 2007, p. 62).

A partir desta aproximação particular com os Doze, é observado que os discípulos desempenharam um papel de cooperação no ministério terreno de Jesus. A medida em que se envolviam, o Mestre lhes ensinava por meio de exemplos visuais, da exposição da palavra (parábolas), de experiências particulares e com as multidões (MARRA, 2007, p. 63). O teólogo Alexander Bruce explana que a íntima relação dos discípulos com Jesus acrescentou uma experiência proeminente para um testemunho futuro após a morte e ascensão de Cristo, ao afirmar que:

No treinamento dos doze para o trabalho do apostolado, ouvir e ver as palavras e as obras de Cristo eram necessários e ocupavam um lugar importante. Olhos e ouvidos, testemunhas dos fatos de uma vida sem precedentes, eram indispensáveis para a preparação daqueles que testemunhariam no futuro. Os apóstolos podiam garantir crédito às suas maravilhosas narrativas apenas introduzindo-as com a afirmação: "O que vimos e ouvimos, isso vos anunciamos" (I Jo 1.3). Ninguém acreditaria em seus relatos, com exceção daqueles que, ao menos, estavam satisfeitos por esses terem vindo de homens que tinham estado com Jesus (BRUCE, 2007, p. 57).

Jesus, na companhia dos Doze, os treinou por meio de parábolas. Este treinamento foi uma ferramenta de comunicação para expor de modo simples os mistérios do reino de Deus ao público, de modo que quando os Doze não obtinham total compreensão da mensagem, o próprio Jesus lhes explicava em particular (BRUCE, 2007, pp. 60-61).

Além das mensagens (parábolas) pregadas e explicadas por Cristo, a respeito do reino de Deus, os apóstolos também foram testemunhas oculares do ministério terreno do seu Mestre. Conforme afirma Bruce: “na presença deles, como espectadores, homens cegos ganharam a visão, aleijados andaram, leprosos foram curados, surdos recuperaram a audição e pessoas mortas voltaram a viver” (BRUCE, 2007, p. 62). Diante das ocupações cotidianas de Jesus, os Doze observaram os seus feitos poderosos e o bem promovido através das curas e libertações demoníacas (BRUCE, 2007, p. 63).

Ao receberem a mensagem e visualizarem os feitos de Jesus, de acordo com Marra, eles também eram preparados para “os dramáticos acontecimentos que os aguardam” (MARRA, 2007, p. 63). Neste sentido, o teólogo presbiteriano salienta que ao longo do treinamento, Cristo destaca que o autossacrifício em prol do ministério é real e conseqüentemente, o sofrimento faz parte do processo do discipulado. Assim, a ideia de

morrer para si mesmo e carregar a sua cruz é um elemento evidenciado pelo Mestre e segui-lo exige total renúncia. Conforme observado:

[...] Isso não quer dizer que todos devemos sofrer morte violenta, mas ele exigiu deles rendição total, a mesma que ele demonstrou em relação à vontade de seu pai (Mt 26.39,42), a mesma que eles haveriam de ensinar após a ressurreição de Jesus (MARRA, 2007, p. 65).

O autossacrifício ou a “doutrina da cruz” (BRUCE, 2007, p. 309) de acordo com Bruce, compõe a etapa dolorosa no discipulado e o “sofrimento é a educação para o céu” (BRUCE, 2007, p. 315). Sendo assim, compreende-se que no treinamento de Cristo, os Doze são instruídos no ouvir a mensagem proferida pelo Mestre, ver os poderosos atos de Jesus no decorrer do seu ministério e sentir o peso de carregar cada um a sua cruz em prol do reino de Deus.

Por fim, o treinamento de Jesus caracteriza-se pela intimidade com os seus discípulos. Por esta razão, um estilo pedagógico foi desenvolvido a partir da comunicação visual, auditiva e experimental. Esta comunicação estruturou o processo entre Jesus e os Doze de modo que eles usariam em seus ministérios particulares. Desta forma, os Doze visualizaram os atos de poder do Mestre na multiplicação de pães e peixes e libertação demoníaca, ouviram os seus ensinamentos, exortações e palavras de consolo e, por último, experimentaram as etapas do ministério como os perigos, a fé, a perseguição de líderes religiosos e o renunciar a si mesmo. Assim, os discípulos receberam as instruções e foram treinados para uma obra ainda maior, o envio.

O ENVIO DOS DISCÍPULOS AO MUNDO

Os estágios mencionados anteriormente, o chamado e o treinamento, marcam etapas de um processo mais íntimo no desenvolvimento do discipulado de Jesus. Todavia, Seu discipulado também contempla o fato desses discípulos serem enviados como suas testemunhas. Com base nisto, os discípulos são encorajados pelo próprio Mestre e enviados ao mundo para compartilhar tudo o que ouviram, viram e sentiram ao lado de Cristo (BROWN; COENEN, 2000, p. 587). Registra-se o envio dos discípulos com base na redação do evangelista Mateus:

Jesus, aproximando-se, falou-lhes, dizendo: Toda autoridade me foi dada no céu e na terra. Ide, portanto, fazei discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo; ensinando-os a guardar todas as coisas que vos tenho ordenado. E eis que estou convosco todos os dias até a consumação do século (Mt 28:16-20).

Na perspectiva de Jonas Madureira, Jesus fez discípulos e encorajou a multiplicação de novos discípulos, contudo, o padrão de formação está no conteúdo que os Doze receberam durante o ministério terreno de Jesus. Por meio dos exemplos vivenciados com Jesus, os Doze deveriam ir, fazer discípulos, batizar e ensinar o que receberam. Ele afirma:

Ser cristão, portanto, é ser discípulo de Cristo. Todavia, Jesus não somente fez discípulos, como também os encorajou a fazer outros discípulos, não tomando a si mesmos e suas ideias como modelo, mas, pelo contrário, espelhando-se em Jesus e suas ideias, ou seja, imitando a Cristo (MADUREIRA, 2019, p. 19).

Após o chamado e treinamento de Jesus aos Doze, Marra salienta que “Jesus apresenta aos seus discípulos as instruções finais e lhes atribui uma missão que eles cumpririam indo, batizando e ensinando” (MARRA, 2007, pp. 69-70). Com base nestas instruções, Jesus envia os seus discípulos assim como o Pai o enviou (Jo 17:18), de modo que seus discípulos proclamem as boas novas de salvação ao próximo.

De acordo com o Dr. Russell P. Shedd, o chamado de Jesus aos seus discípulos fundamenta-se especificamente em enviá-los a pregar. Na visão do teólogo, esta ideia de enviados a pregar é resultado da promessa feita por Cristo: “Eu vos farei pescadores de homens”. Ademais, tais homens foram treinados em seu caráter, responsabilidades e questões pertinentes ao reino e a lei de Deus, e em virtude deste processo de discipulado com Cristo, o próprio Senhor os envia (SHEDD, 2015, pp.115-117). Shedd observa que esses discípulos estão sob a ordem de Jesus e atuam como embaixadores, ele afirma:

[...] Jesus enviou os apóstolos a fazer discípulos entre as nações, batizando-os no nome do Deus trino e ensinando-lhes a guardar tudo o que Jesus lhes havia ordenado (Mt 28.19,20). O Comandante Supremo colocou sob suas ordens seus embaixadores, para que levassem o evangelho a todo o mundo e disculpassem seus convertidos naquilo que tinham ouvido. O objetivo universal da proclamação do evangelho a todos os homens deve ser atingido antes do retorno de Jesus (Mt 24.14) (SHEDD, 2015, p. 117).

A partir da ordem de Jesus, nota-se que o envio dos Seus discípulos não ocorreu sem as Suas instruções, e sobretudo, na delegação da Sua autoridade. De acordo com o teólogo norte americano John Piper, a autoridade de Jesus se baseia no governo de todo o universo e, por isso, garante o sucesso dessa missão. O teólogo norte americano explana:

No prelúdio da Grande Comissão, Jesus diz que *toda a autoridade* no céu e na terra lhe foi dada (Mt 28.18, ARA). Tendo assumido nossa carne e sangue e cumprido o destino da humanidade (Sl 8.3-8; Hb 2.5-10), além de seguir seu curso sacrificial, o Homem Jesus Cristo, agora, governa todo o universo (nosso pequeno globo também) com a própria soberania de Deus, garantindo o sucesso de sua missão global (PIPER, 2015, p. 13).

Tal autoridade marca uma comissão inaugurada por Cristo, onde seus seguidores são enviados para todas as nações com o propósito de fazer discípulos, batizar e ensinar (MARSHALL, 2015. pp. 18-19). Segundo Mark Dever, antes de partirem para ação de fazer discípulos, o próprio Jesus lhes concedeu a sua autoridade. Ele afirma:

Antes de dar a ordem a seus discípulos para fazerem discípulos, ele lhes diz que recebeu toda autoridade no céu e na terra e que eles deveriam “ir”. A autoridade de Jesus é universal, assim como sua preocupação. E o caráter universal de sua autoridade e de sua preocupação conduz à universalidade de nossa missão: nós nos dirigimos a todas as nações (DEVER, 2016, p. 21).

Em congruência a este pensamento, o teólogo calvinista Dr. Michael Horton defende que a base da Grande Comissão está na autoridade de Jesus. Ele explica:

A Grande Comissão começa de fato na declaração: “Toda autoridade me foi dada no céu e na terra” (Mt 28.18). Essa é a base de argumentação racional para tudo o que a igreja é chamada para fazer. A comissão da igreja é, na verdade, *dirigida* por um propósito (“fazei discípulos de todas as nações”), mas *impelida* por uma *promessa* (HORTON, 2014, p. 28).

Direcionados sob a autoridade de Jesus, os seus discípulos também recebem os termos da missão: ir e fazer, batizar e ensinar (BOSCH, 2002, p. 92). Segundo Horton, a missão contempla um estado de urgência, a partir da ordem de ir e fazer discípulos de todas as nações. Tendo em vista a ênfase no conteúdo da Grande Comissão, elenca-se um imperativo missionário, ou seja, o alcance deve acontecer de modo universal. Isto implica em atingir pessoas de contextos distintos, pois o próprio Mestre voltará para julgar a terra (HORTON, 2014, p. 95).

Além da urgência apresentada, o missiólogo David Bosch defende que o termo batizar representa o início do discipulado com Cristo, isto porque, a partir do perdão dos pecados outorgados por Jesus, se instala um novo processo, uma vez que o homem confessa a sua fé. Mediante a sua abordagem, o ato do batismo inaugura o selo na vida do discípulo (BOSCH, 2002, p. 108). Colin Marshall explica que o batismo “se refere à iniciação dos discípulos no arrependimento e na submissão ao soberano Jesus, o Senhor que governa o mundo” (MARSHALL, 2015. p. 19).

Por fim, observa-se o último termo da missão: ensinar. Na perspectiva de Bosch, o ensino a ser transmitido não é resultado de um produto meramente intelectual, porém, o missiólogo compreende que “o ensino de Jesus é um apelo à vontade de seus ouvintes, e não primordialmente a seu intelecto” (BOSCH, 2002, p. 93). O objetivo de Jesus ao utilizar o termo reflete um ensino de total rendição à vontade de Deus, uma vez que essa

vontade foi revelada no ministério e ensino de Jesus aos seus discípulos (BOSCH, 2002, p. 93). Isto pode ser observado na seguinte abordagem:

[...] O discipulado é determinado pela relação com o próprio Cristo, não pela conformidade com uma ordenança espiritual. O contexto disso não é a sala de aula (onde o “ensino” geralmente tem lugar), nem mesmo a igreja, e sim o mundo (BOSCH, 2002, p. 93).

Em conformidade com Bosch, Marshall considera que o ensino compartilhado de Jesus para os discípulos forneceu alicerces para o crescimento, conhecimento e entendimento. A partir destes alicerces, os novos discípulos deveriam ser ensinados nos parâmetros de Jesus com a finalidade de obedecerem aos mandamentos ordenados pelo Senhor (MARSHALL, 2015. p. 19). Ao comentar a respeito do ensino delegado aos discípulos, Willian Hendriksen defende uma perspectiva que a guarda destes ensinamentos não são restritos ao primeiro grupo da Grande Comissão, mas extensivo para os membros que serão inseridos no grupo de discípulos de Jesus. Ele afirma:

Ensinando-os a observar tudo o que lhes tenho ordenado- que ordem! Primeiramente para os onze e para todos os mestres ordenados; mas, em cento sentido, com certeza também para toda a igreja, todos os membros. Cada membro é uma testemunha verdadeira (HENDRIKSEN, 2001, p. 704).

Desta forma, essencialmente, o discípulo de Jesus carrega o dever de testemunhar verdadeiramente acerca das boas novas transmitidas por Ele, além de fazer da sua vida um testemunho real das características do seu Mestre. A essência do discipulado, segundo afirma Brown, “se acha no cumprimento, pelo discípulo, do seu dever de ser testemunha do seu Senhor durante a sua vida” (BROWN; COENEN, 2000, p. 587).

Logo, o envio dos discípulos ao mundo os designa a uma missão da expansão do reino de Deus. Esta etapa do discipulado completa uma parte do chamado dos discípulos: proclamar as boas novas do evangelho. Embora uma parte do discipulado fora realizada na companhia visível de Jesus, agora, os discípulos são enviados “sozinhos”². Para tal, Jesus os confere a sua autoridade e os comissiona para uma missão central: ir e fazer novos discípulos. Batizar e ensinar de acordo com o conteúdo que eles mesmos

² A perspectiva em destaque não contempla que os discípulos de Jesus estão literalmente sozinhos na missão. Neste assunto observam-se dois sentidos, a saber, o físico e o espiritual. No sentido físico, os discípulos estão sozinhos, isto é, sem a companhia física de Jesus, uma vez que Cristo foi elevado aos céus e está ao lado do Pai (At 1). Por outro lado, tais discípulos não estão abandonados, pois há o acompanhamento espiritual do Espírito Santo conforme prometido por Jesus no evangelho de João capítulo dezesseis, bem como a companhia do próprio Mestre no decurso do ministério da proclamação do evangelho como prometido por Ele (Mt 28.20).

receberam. Todo o processo realizado por Jesus em suas companhias deverá ser reproduzido por este grupo que está então comissionado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se pode perceber, o desafio missional da igreja no século XXI é apresentar o evangelho bíblico, apesar das influências culturais da pós-modernidade. Tal desafio garante à Igreja Presbiteriana do Brasil um árduo trabalho frente à cultura pós-moderna. Apesar das peculiaridades culturais do mundo pós-moderno, a igreja cristã precisa ser uma comunidade santa que atrai pessoas a um novo modelo de vida através da proclamação do evangelho. Ela jamais poderá sucumbir frente à cultura da pós-modernidade. Cada membro do corpo de Cristo deve se comprometer com o caráter missional da igreja. Este comprometimento individual sempre se desenvolve para o coletivo e gera novos brotos para o reino de Deus, a partir dos exemplos de Jesus: a videira que sustenta todos os seus ramos.

Tanto os textos neotestamentários quanto a exposição doutrinária da Confissão de Fé de Westminster e da Confissão Helvética apresentam a igreja como uma comunidade vocacionada para adorar (por meio da comunhão) e proclamar as boas novas de salvação. Logo, qualquer atividade que não se associe à adoração comunitária e à proclamação do evangelho, não estará harmonicamente alinhada com a essência bíblica e histórica dessa comunidade. Se a natureza do Corpo de Cristo contempla a comunhão dos santos e em ser testemunha até os confins da terra, tal responsabilidade somente será alcançada por meio dos imperativos: ir, pregar e discipular. E, não cumprir a Grande Comissão significaria ir contra a sua própria natureza. A igreja possui um modelo a ser seguido: Jesus. O modelo bíblico de discipulado é exemplificado por Cristo quando Ele chama, treina e envia os seus discípulos a uma missão. Tendo em vista que a tarefa primordial na vida do discípulo de Jesus é reproduzir novos discípulos, torna-se necessário ir e alcançar pessoas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLISON, Gregg R. Teologia histórica: uma introdução ao desenvolvimento da doutrina cristã. São Paulo: Vida Nova, 2017.

AZEVEDO, Marcos. Modernidade e pós-modernidade: desafio à vida e à fé cristã. São Paulo: Fonte editorial, 2015.

- BAVINCK, Herman. Dogmática Reformada: Espírito Santo, Igreja e nova criação. São Paulo: Cultura Cristã, 2012.
- BEEKE, Joel R. Harmonia das confissões de fé reformadas. São Paulo: Cultura Cristã, 2006.
- BERKHOF, Louis. Teologia Sistemática. Campinas, SP: Luz para o caminho. 1990.
- BONHOEFFER, Dietrich. Discipulado. São Leopoldo: Sinodal, 2004.
- BOSCH, David J. Missão transformadora: mudanças de paradigmas na teologia da missão. 2ed. São Leopoldo, RS: EST, Sinodal, 2002.
- BROWN, Colin; COENEN, Lothar (Orgs). Dicionário internacional de teologia. São Paulo: Vida Nova, 2000.
- BRUCE, A. B. O treinamento dos Doze. Rio de Janeiro: CPAD, 2007.
- CAIRNS, Earle E. O cristianismo através dos séculos: uma história da igreja cristã. 2ed. São Paulo: Vida Nova, 1995.
- CALVINO, João. As institutas da religião cristã. Volume 4. 2ªed. São Paulo: Cultura Cristã, 2006.
- CARRIKE, Timóteo. O que é igreja missional: Modelo e vocação da igreja no Novo Testamento. Viçosa, MG: Ultimato, 2018.
- CARSON, D. A. Igreja emergente: o movimento e suas implicações. São Paulo: Vida Nova, 2010.
- CHAN, Francis; BEAUVING, Mark. Multiplique: discípulos que fazem discípulos. São Paulo: Mundo Cristão, 2015.
- CLOWNEY, Edmund. A Igreja. São Paulo: Cultura Cristã, 2007.
- CORDEIRO, Wayne. Igreja irresistível: característica de uma igreja que arranca aplausos do céu. São Paulo: Vida, 2016.
- DEVER, Mark. 9 Marcas de uma igreja saudável. São José dos Campos: Fiel, 2016.
- DEVER, Mark; DUNLOP, Jaime. Comunidade Cativante. São José dos Campos: Fiel, 2016.
- DEVER, Mark. Discipulado: como ajudar outras pessoas a seguir Jesus. São Paulo, SP: Sociedade Religiosa Edições Vida Nova, 2015.
- DEVER, Mark. O evangelho e a evangelização. São José dos Campos: Fiel, 2011.
- ELWELL, A. Walter. Enciclopédia histórico-teológica da igreja cristã. São Paulo: Vida Nova, 2009

- ERICKSON, J Millard. Conciso dicionário de teologia Cristã. 2ªed. Rio de Janeiro: JUERP, 1995
- FERREIRA, Franklin. A igreja cristã na história. São Paulo: Vida Nova, 2013.
- FERREIRA, Franklin. Teologia sistemática: uma análise histórica, bíblica e apologética para o contexto atual. São Paulo: Vida Nova, 2007.
- GOHEEN, Michael W. A igreja missional na Bíblia: luz para as nações. São Paulo: Vida Nova, 2014. Versão eletrônica.
- HACKMANN, Borges Luis Geraldo. A amada igreja de Jesus Cristo: Manual de eclesiologia como comunhão orgânica. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.
- HODGE, Alexander A. Confissão de fé de Westminster comentada por A. A. Hodge. Editora Os Puritanos, 1999.
- HORTON, Michael. A Grande Comissão. São Paulo: Cultura Cristã, 2014.
- INÁCIO de Antioquia. Aos magnésios in: Padres apostólicos. São Paulo: Paulus, 1995. Ebook.
- IRINEU de Lion. in: Contra as heresias. São Paulo: Paulus, 1995. Ebook.
- Justino de Roma: I e II apologias, diálogo com Trifão. São Paulo: Paulus, 1995. Ebook.
- KELLER, Timothy. Igreja centrada: desenvolvendo em sua cidade um ministério equilibrado e centrado no evangelho. São Paulo: Vida Nova, 2014.
- MADUREIRA, Jonas. O custo do discipulado: a doutrina da imitação de Cristo. São José dos Campos, SP: Fiel, 2019. Ebook.
- MARRA, Cláudio A. B. A Igreja Disciplinadora. São Paulo: Cultura Cristã, 2007.
- MARSHALL, Colin; PAYNE, Tony. A treliça e a videira. São José dos Campos, SP: Fiel, 2016.
- MORELAND, J. P. Filosofia e cosmovisão cristã. São Paulo: Vida Nova, 2005.
- MULHOLLAND, Dewey. Teologia da Igreja: Uma igreja segundo os propósitos de Deus. São Paulo: Shedd Publicações, 2004.
- PACKER, J. I. Teologia concisa. São Paulo: Cultura cristã, 2014.
- PADOVESE, Luigi. Introdução à teologia patrística. São Paulo, SP: Edições Loyola, 1999.
- PHILLIPS, Keith W. A formação de um discípulo. 2ed. São Paulo: Editora Vida, 2008.
- PIPER, John; MATHIS, David. Cumprindo a missão: Levando o evangelho aos não alcançados e aos não engajados. Rio de Janeiro: CPAD, 2015. Ebook.

QUINTA, Manoel. Apresentação In: Padres apostólicos. São Paulo: Paulus, 1995.

Ebook.

SCAZZERO, Petter; BIRD, Warren. Igreja emocionalmente saudável: uma estratégia de discipulado que realmente transforma vidas. São Paulo: Editora Vida, 2014.

SHEDD, Russel P. Evangelização: fundamentos bíblicos. São Paulo: Shedd Publicações, 2015.

SIRE, James. Dando nomes aos elefantes. Brasília, DF: Editora Monergismo, 2012.

STETZER, Ed. Plantando igrejas missionais: como plantar igrejas bíblicas, saudáveis e relevantes à cultura. São Paulo: Vida Nova, 2015.

STETZER, Ed; PUTMAN, David. Desvendando o código missional: tornando-se uma igreja missionária na comunidade. São Paulo: Vida Nova, 2018.

STILES, J. Mack. Evangelização: como criar uma cultura contagiante de evangelismo na Igreja local. São Paulo: Vida Nova, 2015.

TIMMIS, Steve; CHESTER, Tim. Igreja Total: repensando radicalmente nossa apresentação do evangelho na comunidade. Niterói: Tempo de Colheita, 2011.

VEITH, Gene Edward. Tempos pós-modernos: uma avaliação cristã do pensamento e da cultura da nossa época. São Paulo, SP: Editora Cultura Cristã, 1999.

SIMONTON, Ashbel Green. Os meios necessários e próprios para plantar o reino de Jesus Cristo no Brasil in: SIMONTON, Ashbel Green. O diário de Simonton 1852 - 1866 / Ashbel Green Simonton. Tradução de Daisy Ribeiro de Moraes Barros. Organização de Alderi Souza de Matos – 2ª edição. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2002.

Graduando Samuel Gomes Junior¹

STPS

Ashbel Green Simonton nasceu no dia 20 de janeiro de 1833 em West Hanover, Condado de Dauphin, no sul da Pensilvânia. Seu nome foi uma homenagem ao Rev. Ashbel Green, líder presbiteriano e presidente do Colégio de Nova Jersey, a futura Universidade de Princeton. Filho do Dr. William Simonton, um médico presbiteriano de ascendência escocesa-irlandesa, que fora eleito por duas vezes ao congresso dos Estados Unidos e de Martha Davis Snodgrass, que era filha do Rev. James Snodgrass, que pastoreou uma igreja presbiteriana de sua região por 58 anos.

Em junho de 1855 iniciou seus estudos no Seminário de Princeton juntamente com seu irmão mais velho James, onde ainda em seus primeiros meses de estudos, ao ouvir um sermão proferido por seu professor de Teologia, Dr. Charles Hodge (1797-1878) Simonton passou a considerar a obra missionária no exterior.

Em novembro de 1858, candidatou-se formalmente perante a Junta de Missões Estrangeiras da Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos, citando do Brasil como o campo de sua preferência, foi ordenado pelo Presbitério de Carlisle em 14 de abril de 1859 e embarcou rumo ao Brasil em 18 de junho, chegando ao Rio de Janeiro em 12 de agosto.

Seu início no Brasil foi um pouco mais complicado devido as suas dificuldades com o idioma, o que o levou a limitar-se a pregar aos navios ancorados e em casas de estrangeiros enquanto estudava o idioma. Em 22 de Abril de 1860, Simonton dirigiu seu primeiro culto em português. Em 19 de Maio de 1861, com um melhor domínio da língua portuguesa, ele iniciou uma classe bíblica aos domingos à tarde, depois passou a realizar

¹ Graduando em Teologia pelo Seminário Teológico Presbiteriano Rev. Ashbel Green Simonton, Rio de Janeiro. Resenha desenvolvida para a disciplina Educação Cristã, sob a orientação do Prof. Dr. Junio Cesar Rodrigues Lima.

cultos às quintas-feiras e aos domingos, e no dia 12 de janeiro de 1862 organizou a Igreja Presbiteriana do Rio de Janeiro.

Diante de sua experiência com as transformações que o Evangelho proporciona ao homem que entra em contato com sua mensagem, Simonton percebeu que precisaria organizar uma estratégia para alcançar e estabelecer o Reino de Cristo no Brasil, e por mais que possa soar estranho, esse plano era muito simples e nada mirabolante, consistia apenas de que cada homem e mulher alcançados e transformados pelo Evangelho se tornassem um comunicador das Boas Novas.

Simonton acreditava que o Brasil poderia ser alcançado pela mensagem da paz que é o fruto da paixão, morte e ressurreição de Jesus, pois assim que as pessoas ouvirem o anúncio das Escrituras elas creriam nele para a salvação e transformação de suas vidas, ao submeterem suas vidas à autoridade e soberania de Cristo.

Ao analisarmos este apêndice escrito por Simonton, percebemos que ele traz uma abordagem que diferencia as ações e responsabilidade envolvendo a pregação do Evangelho e a salvação do pecador, ele apresenta duas óticas deste trabalho, uma em que a responsabilidade das ações é humana e a outra que toda a responsabilidade é divina. De certo modo, em parte trabalho nosso e em partes trabalho de Deus.

Simonton tem o cuidado de deixar claro que quando se trata da regeneração da alma, Deus é o único com poder e autoridade para tal, e o homem não consegue fazer nada neste sentido que possa facilitar ou até mesmo conseguir salvar-se, por outro lado não podemos deixar de observar que o homem tem seu papel como instrumento de Deus nesse processo de regeneração da alma.

Interessante esta percepção de Simonton, porque ele declara que somente Deus pode regenerar a alma, mas que o homem é um instrumento pelo qual Deus faz o Evangelho chegar aos pecadores que serão transformados pela ação divina através do Espírito Santo de Deus, ele cita que as Escrituras nos demonstram isso em diversas passagens como; “Vós sois o sal da terra”; “Vós sois a luz do mundo”; “Assim como o Pai me enviou a mim, assim eu vos enviei a vós”.

Simonton passa a discorrer sobre a responsabilidade do homem, como os meios pelo qual Deus tem colocado ao alcance de sua Igreja para que possamos contribuir para a conversão do Brasil. Dentro desta perspectiva ele acredita que qualquer dúvida que possa surgir referente a esta obra de propagação do Evangelho limita-se exclusivamente

à nossa responsabilidade, porque sendo a missão do próprio Deus, não há de falhar nas suas promessas.

Diante de sua proposta ele apresenta em primeiro lugar que a melhor pregação deve ser feita através de uma boa e santa vida de testemunho, pois desta forma endossamos a mensagem falada. Simonton acredita que esta pregação através do testemunho é mais eficaz, e que na falta desta as demais formas de pregação ficam a quem de serem bem-sucedidos, pois quando as palavras diferem da vida prática ao invés de pontes acabamos por construir muros.

Importante perceber que Simonton coloca uma grande responsabilidade sobre uma vida piedosa e santa diante de Deus e dos homens, pois ele alega que qualquer pregação feita por palavras, seja no púlpito ou em alguma publicação, podem ser rebatidas por outras palavras, diante disto Simonton afirma: “Mas uma vida santa não tem réplica”.

A importância de entendermos que cada crente em Jesus é um pregador do Evangelho através de uma vida santa, por meio da vigília e oração, pode acelerar muito o processo de alcançar o Brasil, uma vez que somos muitos crentes em Jesus e poderemos fazer muita diferença em nossa sociedade, o que acaba por nos revelar um problema, por que não somos relevantes para o Brasil?

Em segundo lugar Simonton apresenta outra forma para que a propagação do Evangelho no Brasil seja bem-sucedida, é através de nossos relacionamentos, ele afirma que cada crente tem por responsabilidade conversar com seus amigos, vizinhos, conhecidos, familiares convidando-os para os cultos públicos, ele faz uma analogia com um lago de água parada em que se lança uma pedra no meio, e as ondas provocadas pelo impacto da pedra nas águas se estendem por todo o lago.

Interessante esta perspectiva de que cada crente é um propagador do Evangelho, seja através de uma vida piedosa e santa que testemunha da obra de Cristo, ou através dos relacionamentos pessoais de cada irmão, que ao conversar e convidar para os cultos, gera oportunidades para que estes ouçam a palavra e sejam alcançados e transformados.

Simonton ainda apresenta um pensamento sobre a importância da educação, em que todo o conhecimento é útil para o pregador do Evangelho, pois devemos ter condições de representarmos nossa fé em resposta àqueles que contradizem nossa pregação, ele diz que devemos nos esforçar para não estarmos aquém daqueles que nos cercam, e termos plenas condições de falarmos a todo tido de público.

Sob esta ótica da educação Simonton acredita que a instalação de escolas para que seus membros e seus filhos possam ter um desenvolvimento intelectual saudável e de reconhecida superioridade, uma vez que segundo ele o Evangelho estimula todas as faculdades humanas, levando-os a busca incansável pelo progresso no conhecimento. Simonton afirma que as novas gerações não forem superiores a atual, é um sinal de que falhamos em nossa missão.

Importante ressaltar que Simonton reconhece que a educação sempre há de enfrentar grandes obstáculos e desafios, mas isto não deve ser motivo para não desenvolvermos ações para que proporcione uma educação de qualidade e que estimule o crescimento intelectual, porque a educação é uma ferramenta muito forte de transformação de vidas.

Podemos dizer que de certa maneira as percepções de Simonton em seu tempo parecem fazer uma leitura de nosso momento, nunca foi tão atual estas aplicações simples, porém que podem proporcionar grandes resultados de muita relevância para a sociedade e o nosso Brasil.

Acredito que a igreja no Brasil em algum momento de sua trajetória tenha perdido o seu foco, e acabou mudando a direção e os esforços de suas ações, de maneira que não se incentiva à pregação através do testemunho, e que cada crente em Jesus é um ponto ativo de propagação do Evangelho. Deixamos de lado também o pensamento de que a educação deve ser incentivada e desenvolvida.

Penso que devemos rever estes conceitos muito salutares observados de maneira bem simples por Simonton e que com toda a certeza deveria ser posto em prática pela igreja durante os anos após estes relatos. Ao contrário disso, parece que a igreja a cada dia se afasta destes princípios e ações, que permitam à igreja ser mais relevante em seu tempo através de uma vida piedosa e santa de seus membros e da intensificação de uma educação mais sólida e inspirativa.

Interessante perceber que nossa igreja parece sofrer de algum tipo de amnésia por se esquecer de estratégias tão simples, mas que proporcionam um impacto muito profundo na vida da própria igreja e extensivamente à sociedade na qual ela está inserida. Que possamos voltar a esta perspectiva o quanto antes para mudarmos a direção que nossas igrejas têm tomado, esquecendo-se da missão maior, que é anunciar o Evangelho.

Sementes

Revista Científica de Teologia

Seminário Teológico Presbiteriano Rev. Ashbel Green Simonton
www.revistasementes.com.br



SEMINÁRIO TEOLÓGICO
PRESBITERIANO
REVERENDO ASHBEL GREEN SIMONTON



JURET-RIO
JUNTA REGIONAL DE EDUCAÇÃO TEOLÓGICA



IGREJA
PRESBITERIANA
DO BRASIL